

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA URBANA

Wagner Constantino

**A porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo no contexto
do desadensamento da metrópole: o surgimento de uma nova
centralidade em Osasco**

São Paulo 2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA URBANA

Wagner Constantino

**A porção oeste da Região metropolitana de São Paulo no contexto
do desadensamento da metrópole- o surgimento de uma nova
centralidade em Osasco**

**Dissertação de mestrado
apresentado ao Departamento de
Geografia da faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título
de mestre em geografia**

Orientadora: Professora Doutora Glória da Anunciação Alves

São Paulo 2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE SEJA CITADA A FONTE.

Constantino, W.

A porção oeste da Região metropolitana de São Paulo no contexto de desadensamento da metrópole- o surgimento de uma nova centralidade em Osasco / Wagner Constantino—São Paulo, 2009.

127p.

Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2009.

Bibliografia

FOLHA DE APROVAÇÃO

Wagner Constantino

**Dissertação de mestrado
apresentado ao Departamento de
Geografia da faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título
de mestre em geografia**

Aprovado em:

Banca examinadora

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Josefina, por seu exemplo de perseverança e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Dra. Glória da Anunciação Alves, por sua orientação, fundamental para a concretização deste trabalho.

A minha esposa Eliete, pelo companheirismo e compreensão pela minha ausência em alguns momentos.

Aos colegas do Grupo de Discussão do Programa de Pós graduação em Geografia Urbana da USP, pelos colóquios que tanto me auxiliaram

À Lucilia Blanes, pelos mapas aqui apresentados

Ao meu amigo Raphael Branquinho, por sua amizade e rica contribuição

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Osasco, que tão prestativamente me atenderam, em especial ao Leonardo, da Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento.

À professora Maria Inêz Zampollim Coelho, pela sua prestimosidade em me auxiliar.

Aos professores que contribuíram para a minha formação.

RESUMO

Constantino, W. **A porção oeste da Região metropolitana de São Paulo no contexto do desadensamento da metrópole- o surgimento de uma nova centralidade em Osasco**, 2009. Dissertação (mestrado) Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009

As metrópoles pelo mundo vêm apresentando transformações causadas pelas modificações na sua estrutura produtiva. Tais modificações, iniciadas como fenômeno da globalização das relações econômicas, são possibilitadas pelo avanço das tecnologias de informação, comunicação e transporte, que possibilita a separação entre as unidades produtivas dos seus respectivos centros de comando, além de possibilitar um modelo flexível de produção. Essas modificações têm causado forte impacto na estrutura espacial das metrópoles, contribuindo para a formação do fenômeno urbano da cidade-região. Na Metrópole de São Paulo, esta separação permite que as atividades produtivas concentradas no centro da metrópole se dispersem, ocupando áreas longínquas em um raio de até 150 Km da metrópole, originando a formação da cidade-região de São Paulo, como resultado do desadensamento da metrópole paulista. O Plano Real aparece como um marco no processo da formação da cidade-região de São Paulo. Associadas a esse fenômeno, as transformações na estrutura produtiva do município de Osasco fizeram surgir uma nova centralidade que desempenha um papel articulador na cidade-região de São Paulo.

Palavras-chave; Globalização, desadensamento metropolitano, cidade-região de São Paulo, Plano Real.

ABSTRACT

Constantino, W. **The portion west the metropolitan area of São Paulo's on a context of metropolis' undensification – the outbreak of a new centrality on Osasco**, 2009. Dissertation (master's degree) Department of Geography. University of Philosophy, Letters and Humanities. University of São Paulo, 2009.

The metropolis around the world has presenting changes caused by modifications on his productive structure.

Such modifications, initiate as phenomenon of the globalization by the economical relationships, they are made possible by the progress of the technologies of information, communication and transport, that it makes possible the separation among the productive units of their respective command centers, besides to allow a flexible model of production.

These modifications have been causing strong impact in the space structure of the metropolises, contributing to form an urban phenomenon of the city-region. In the Metropolis of São Paulo, this separation allows that the concentrated productive activities in the center of the metropolis are dispersed, occupying distant areas in a ray of until 150 Km far the metropolis, originating the formation of the city-region of São Paulo, as a result of the São Paulo metropolis' undensification. The Plano Real appears like a mark in the process of the formation of São Paulo's city-region.

Associated to this phenomenon, the transformations in the productive structures of Osasco' municipality had made appear a new centrality that performs an articulation paper on the São Paulo' city-region.

Word-keys: globalization, metropolitan undensidication, São Paulo's city-region, Real Plane.

Índice de gráficos

Gráfico 1-	Participação das sub-regiões no PIB da RMSP-2006.	36
Gráfico 2-	Participação dos municípios no PIB da sub-região oeste-2006.	37
Gráfico 3 -	Distribuição dos estabelecimentos industriais nos municípios da sub-região oeste	37
Gráfico 4-	Distribuição dos estabelecimentos de serviços segundo os municípios da sub-região oeste.	38
Gráfico 5-	Participação das sub-regiões no valor adicionado da RMSP em 1994.	79
Gráfico 6 -	Variação do valor adicionado no período 1994/1995segundo as sub-regiões (em porcentagem).	80
Gráfico 7-	Evolução do valor adicionado segundo as sub-regiões, em porcentagem	81
Gráfico 8-	Participação das sub-regiões no valor adicionado da RMSP	82
Gráfico 09-	Variação do valor adicionado no período 1994/1995 segundo as Regiões de Governo da cidade-região	84
Gráfico 10-.	Evolução do valor adicionado total na cidade-região de São Paulo, segundo as regiões de Governo- 1995-2007 (em porcentagem)	85
Gráfico 11:	Evolução do valor adicionado na indústria na cidade-	

	região de São Paulo, segundo as regiões de governo 1995-2005 (em porcentagem)	87
Gráfico 12-	Evolução da População do Município de Osasco- de 1934 a 2007.	94
Gráfico 13-	Evolução dos vínculos empregatícios em Osasco no período 1994-2005	95
Gráfico 14-	Evolução do valor adicionado fiscal no município de Osasco no período 1994-2005.	96
Gráfico 15-	Distribuição da produção industrial em Osasco, segundo sub-setores	96
Gráfico 16-	Evolução do número de estabelecimentos no município de Osasco no período 1994-2006	97
Gráfico 17-	Evolução do repasse do ICMS no período 2002-2007 (valores brutos em reais)	127
Gráfico 18-	Evolução da receita e Despesa Total do município de Osasco 1997- 2007 (em mil reais)	128
Gráfico 19-	Despesas com saúde e educação em Osasco no período 2002-2007 (em mil reais)	128

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01-	Localização das maiores empresas transnacionais em 1984.	51
Tabela 02 -	Taxa de crescimento do pessoal ocupado na indústria e do número de estabelecimentos em regiões de S.P no período 1970/1980.	60
Tabela 03-	Composição setorial do valor de transformação industrial no Brasil, segundo destino da produção, 1950-1980, em % sobre o total.	61
Tabela 04-	Diferenças entre a metrópole moderna e a metrópole contemporânea.	66
Tabela 05-	Índice nacional de preços ao consumidor amplo- IPCA no período 1980-1994.	72
Tabela 06-	Índice nacional de preços ao consumidor amplo- IPCA no período 1994-2008.	75
Tabela 07-	Aumento das importações em números absolutos (em U\$)	88
Tabela 08-	Municípios que mais tiveram queda no valor adicionado no período 1994/1995	80
Tabela 09-	Número de indústrias segundo as regiões de governo que formam a cidade-região de São Paulo 1994-2006.	86
Tabela 10-	Variação do valor adicionado Total na cidade-região de	

	São Paulo, segundo as regiões de Governo que a compõe, no período 1995-2007.	87
Tabela 11	Número de pessoas empregadas- 1986-200 na RMSP (%).	89
Tabela 12-	Os maiores empregadores na RMSP.	89

Índice de mapas, quadros e imagens

Mapa 01	Região Metropolitana de São Paulo.	25
Mapa 02	Cidade-região de São Paulo	67
Mapa 03	Localização da superquadra no município de Osasco.	99
Mapa 04	Zoneamento na Superquadra.	103
Mapa 05	Municípios de origem de parte dos consumidores de alguns produtos e serviços oferecidos na superquadra	116
Mapa 6	Área de abrangência do Shopping União Osasco	117
Mapa 7	Município de Osasco- Índice de pobreza por área de ponderação.	125
Mapa 8	Município de Osasco- Índice de exclusão social por área de ponderação	126
Imagem 01	Imagem de satélite da RMSP- 2008	26
Imagem 02	Carta imagem- Estabelecimentos instalados na superquadra em junho/2009	106
Quadro 1	Estabelecimentos instalados na superquadra.	107
Quadro 2	Municípios citados como local de origem de alguns consumidores de produtos e serviços oferecidos na superquadra	115
Quadro 3	Número de famílias atendidas, segundo os programas da Prefeitura Municipal de Osasco.	130

Índice de fotos

Foto 01-	Antiga Fábrica da Eternit, onde hoje está instalada uma loja Wal-Mart.	100
Foto 02-	Antiga Fábrica Santista, onde hoje está instalado o hipermercado Carrefour.	101
Foto 03-	Avenida dos Autonomistas, em frente a antiga fábrica Santista	102
Foto 04	Vista parcial da superquadra, a partir da Avenida dos Autonomistas.	104
Foto 05 -	Fachada do Shopping União Osasco.	105
Foto 06-	Vista da av. Hilário Pereira de Souza, a partir da Loja Makro.	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1- A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.	22
1.1- BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.	22
1.2- CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DA PORÇÃO OESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	34
2- O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO.	40
2.1- A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA.	40
2.2- O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.	43
2.3 - O PAPEL DO ESTADO.	46
2.4- A RELAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NACIONAIS E OS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS.	49
2.5- OS ORGANISMOS MULTILATERAIS.	53
3- A CIDADE-REGIÃO.	55
3.1- REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE –REGIÃO.	55
3.2- A FORMAÇÃO DA CIDADE-REGIÃO DE SÃO PAULO	58
4- O PLANO REAL.	68
4.1. O PAPEL DA MOEDA NA ECONOMIA MODERNA.	68
4.2- A REFORMA MONETÁRIA	71
4.3 O PLANO REAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE-REGIÃO DE SÃO PAULO.	78
5- O MUNICÍPIO DE OSASCO E O SURGIMENTO DE UMA NOVA	

CENTRALIDADE.	91
5.1- A ESTRUTURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSASCO.	91
5.2 –UMA NOVA CENTRALIDADE- A SUPERQUADRA.	98
5.3- A NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITAL NA PORÇÃO OESTE DA RMSP.	118
5.4- TRANSIÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICAS SOCIAIS EM OSASCO.	121
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
BIBLIOGRAFIA	136

Introdução

A questão urbana no Brasil está ligada à especificidade do desenvolvimento capitalista a nível nacional, por um lado, e internacional, por outro. Assim, a Região Metropolitana de São Paulo é um produto construído através das relações dos diversos agentes internos e externos que nela operam.

As cidades se diferenciam no tempo e no espaço: as cidades em que vivemos hoje são produtos da moderna sociedade capitalista, sendo, também, a representação da cultura desta sociedade, como materialização dos processos sociais, ao mesmo tempo que, segundo Carlos (2004), também influencia a reprodução da sociedade. Como outras cidades capitalistas, a compreensão de como a cidade de São Paulo é produzida e reproduzida está, por sua vez, associada ao modo de produção capitalista ali desenvolvido.

Falamos, então, que a cidade moderna é produto do modo de reprodução capitalista e abriga, ela mesma, as condições para a sua reprodução

No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo mundial, o processo de acumulação flexível tem provocado profundas modificações na estrutura espacial das cidades e redefinido a divisão internacional do trabalho. Um dos fenômenos mais notáveis desse processo é a formação das cidades-regiões. (SCOTT et al. 2001). Neste novo quadro político-econômico mundial, as cidades - regiões se afirmam cada vez mais como um arranjo espacial surgido como consequência e resposta para vários dilemas relativos a produção e se apresentam “como um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial” (SCOTT et al. 2001), desempenhando um papel articulador entre a produção que se

realiza de maneira dispersa dos diversos lugares. A cidade de São Paulo e sua região metropolitana, por sua vez, realizam essa função, integrando a “rede de cidades que fazem parte do comando da economia e da produção articulada mundialmente”. (ALVES, 2005).

Segundo Borja e Castells (1997), essas cidades são centros direcionais capazes de coordenar, gerir e inovar as atividades de empresas estruturadas em redes de troca interurbana e internacional, pois concentram as funções superiores de direção, produção e gestão do planeta; os centros de poder político; o controle dos meios de comunicação; a capacidade simbólica de criação e difusão de mensagens dominantes. Acrescentam esses autores que no centro dos processos econômicos estão atividades ligadas a serviços avançados que se apresentam como fluxo de informação e conhecimento: atividades financeiras, de seguros, imobiliárias, de consultoria, de serviços legais, de publicidade, desenho, marketing, relações públicas, seguros, obtenção de informação e gestão de sistemas informáticos que se caracterizam pela simultaneidade de sua concentração e sua dispersão possibilitada por uma rede de fluxos.

No entanto, apesar desses serviços avançados caracterizarem a economia recente, a indústria ainda é um setor produtivo e a base da produção da riqueza, de tal maneira que os novos padrões de localização das indústrias alteram os processos espaciais das cidades.

Sendo assim, partimos do pressuposto de que as transformações ocorridas na metrópole de São Paulo são decorrentes, também, de uma redefinição do processo produtivo deste novo estágio do desenvolvimento capitalista a nível mundial, e de relações particularmente locais. Dessa maneira, temos por princípio que o entendimento das transformações da estrutura produtiva de São Paulo poderá

ser alcançado com a análise combinada dos acontecimentos locais e globais da economia.

A estrutura espacial da metrópole está sendo moldada pelo processo recente da reprodução do capital, no qual a flexibilização da produção é chave, já que permite o distanciamento das plantas produtivas do seu centro de gestão. Dessa maneira, a metrópole paulista apresenta-se descontínua espacialmente, desconcentrando as atividades econômicas que estavam aglomeradas no centro da metrópole no período anterior. Ocorre uma desconcentração das atividades industriais dentro de uma área já industrializada, ao mesmo tempo em que a gestão e os serviços mais especializados ainda se aglomeram no centro da metrópole, reafirmando a centralidade já existente. Dessa maneira, a taxa anual de crescimento em algumas regiões no interior do Estado é resultado do processo da ampliação da RMSP e não da descentralização da indústria paulista em escala regional. O que ocorre não é somente um fenômeno econômico, mas, sim, um processo espacial que está redefinindo as proporções da metrópole paulista. Essa nova conformação regional, Sandra Lencioni (1998) identificou como Metrópole Paulista Desadensada.

O município de Osasco insere-se nesse processo como um local onde as transformações espaciais vêm sendo realizadas de maneira contínua, notadamente no bairro Industrial Autonomistas, área que abrigou muitas empresas, agora substituídas por estabelecimentos de comércio e serviços, inclusive com a entrada de grupos multinacionais.

Esse trabalho tem como objetivo analisar as modificações econômicas e espaciais ocorridas na porção oeste da RMSP e parte da hipótese que tais modificações são oriundas do processo de desadensamento da região metropolitana de São Paulo. A nossa segunda hipótese é que esse processo tem articulações com

o momento atual de reprodução do capital, que conhecemos como globalização da economia. Para atingir nosso objetivo, a nossa reflexão está estruturada, nesse trabalho, da seguinte maneira:

No capítulo 1, realizamos um breve histórico da estruturação da metrópole paulista e caracterizamos sua porção oeste, acompanhada de um breve relato da sua formação.

No capítulo 2, discutimos o novo momento do processo de desenvolvimento do capitalismo, fazendo uma reflexão do debate estabelecido sobre a globalização da economia. Realizamos um trabalho que busca articular a globalização e o processo de acumulação flexível. Propomos, ainda, uma discussão a respeito do papel do Estado neste novo quadro mundial e as relações que os Estados mantêm com os grandes grupos econômicos. Concluimos o capítulo tecendo comentários a respeito dos organismos multilaterais da atualidade.

No capítulo 3, nos dispusemos a elaborar um debate a respeito do conceito de cidade-região. Nesse capítulo analisamos, também, a formação da cidade-região de São Paulo que se consolida a partir do processo de desadensamento da metrópole paulista.

No capítulo 4, analisamos o plano de reforma monetária e estabilização econômica lançado pelo governo federal em 1994 - o Plano Real- e sua influência no processo de reestruturação produtiva da metrópole paulista.

No quinto e último capítulo, nos dedicamos a analisar o município de Osasco. Partimos de um breve relato a respeito de sua estruturação. Em seguida, analisamos as transformações ocorridas em uma porção do bairro Industrial Autonomistas, que chamaremos neste trabalho de “superquadra”, como uma nova centralidade na metrópole, sendo exemplo das modificações espaciais decorrente do processo de

desadensamento metropolitano de São Paulo. Realizamos, ainda, neste capítulo, uma análise da nova estratégia do capital que une o capital financeiro e o capital imobiliário, produzindo um novo capital que influencia diretamente a produção do espaço. Encerramos o capítulo com comentários a respeito da exclusão social em Osasco, como um par dialético da riqueza que ali é gerada.

Concluimos o trabalho tecendo nossas considerações finais.

1- A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

1.1- BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo apresentou no último século um grande crescimento econômico e populacional, que proporcionou, por sua vez, grandes transformações sócio-espaciais. Durante os primeiros séculos da colonização brasileira, São Paulo teve um papel econômico de pouca importância, comparado com as regiões florescentes do nordeste e algumas cidades mineiras, mas já no início do século XX reunia condições para seu crescimento econômico¹.

O processo de concentração industrial em São Paulo constitui um fenômeno que tem seu ponto de partida já no início do século XX. Entre 1907 e 1919, a indústria de São Paulo cresceu 8,5 vezes, perfazendo 31,5% da produção industrial brasileira (CANO,1977:100). Com a crise de 1929 e o estabelecimento da política de substituição de importações pelo governo Vargas, a indústria paulista tomou novo impulso.

O crescimento econômico do município de São Paulo já era enorme nos anos 40. Nesta época, a capital paulista já concentrava 34,28% do número de indústrias

¹ Prates (2001) elencou assim tais fatores: a posição privilegiada da capital em relação ao interior do estado e o porto de Santos; a convergência de linhas ferroviárias, ponto de passagem obrigatória para a exportação do café que, pela única linha férrea no início do século XX, permitia ligações inter-regionais; o papel como centro político e administrativo, influenciando a mudança dos fazendeiros, que necessitavam estar próximos dos centros de decisão política e de comercialização do café; a prematura disponibilidade de energia elétrica, se comparado com outras localidades, graças a construção de Usina Hidrelétrica de Parnaíba em 1901 e, posteriormente, da construção da Usina Edgar de Souza. No texto integral, Prates ainda aponta como condição “a presença de mão-de-obra imigrante, principalmente italianos, com conhecimentos técnicos necessários para a produção industrial”, que nós não relacionamos acima, por discordarmos desta questão.

A estas particularidades somam-se ainda mais três fatores que foram estudados por Cano (1977): a) a inexistência de um mercado nacional integrado; b) a dinâmica de cada uma das economias regionais e sua estrutura de concentração da propriedade e da renda; e c) os problemas decorrentes da rigidez tecnológica. A combinação destes fatores permitiu que São Paulo desenvolvesse e concentrasse a maior parte da atividade econômica brasileira.

do Estado. Entretanto, com o crescimento econômico verificado no país na década de 60, os demais municípios da metrópole paulista ganharam destaque na participação do número de indústrias. No final dos anos 40, a atuação do governo federal tornou-se de grande importância no processo de industrialização, promovendo o desenvolvimento de alguns sub-setores específicos na RMSP. Assim, as indústrias de bens duráveis de consumo, e algumas de bens intermediários e de capital, concentradas na RMSP, ganharam posição de destaque na nova estrutura industrial no país.²

Nesse processo, a Região Metropolitana da Grande São Paulo cresceu muito³: em 1965, a área urbanizada da metrópole paulistana, segundo Marcondes (1999), era de 744,54 km² e saltou para 2.209 km² em 2007 (EMPLASA, 2007). Esse período confere com o de maior achatamento salarial do trabalhador. No crescimento da metrópole paulistana é importante notar o papel da procura por locais de habitação compatíveis com os salários. Assim, a mancha urbana cresceu segregando a população de baixa renda para as áreas periféricas da metrópole onde os terrenos eram mais baratos.

o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, o que quer dizer que para usar, usufruir dos atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca. Por

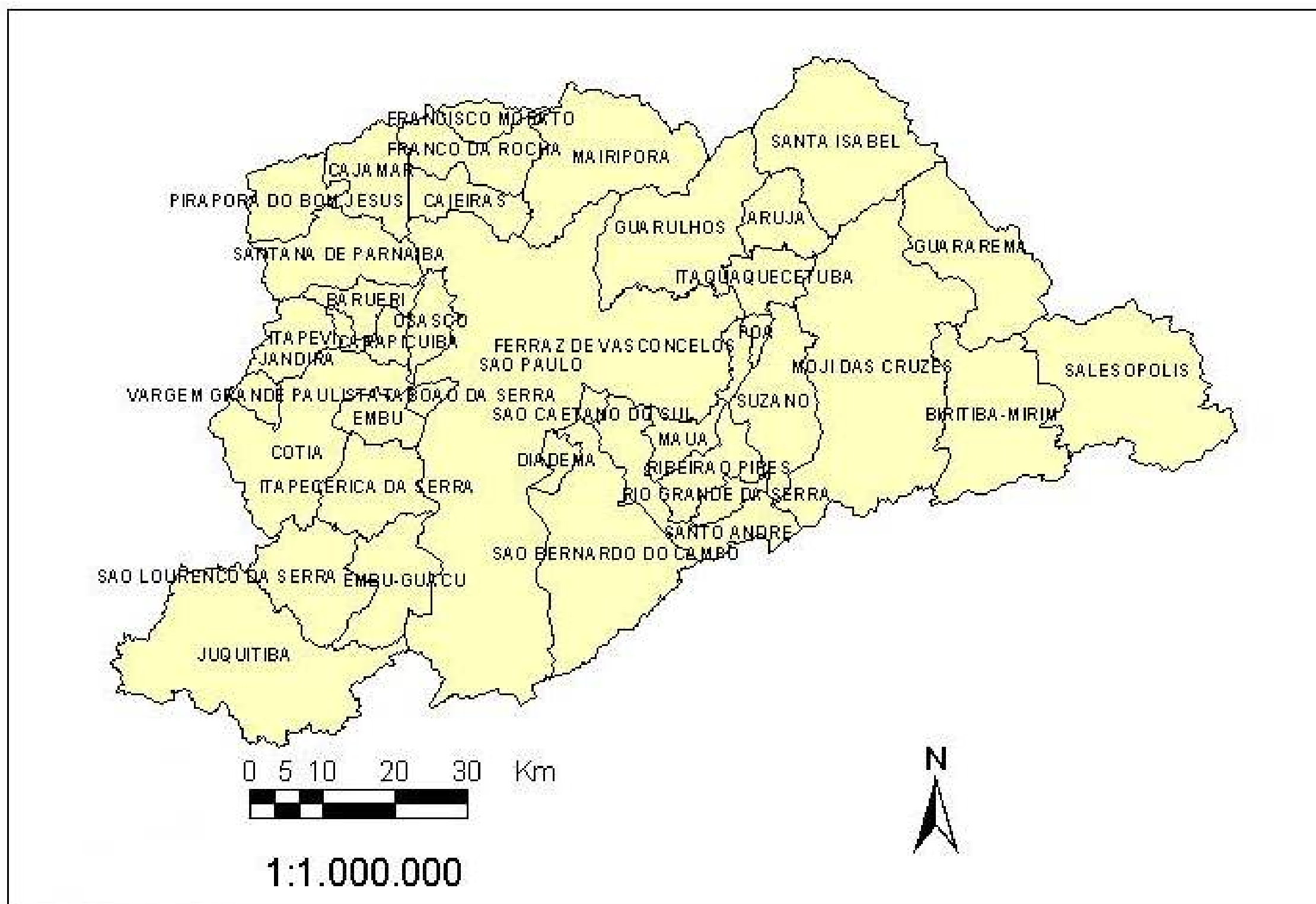
² O que se verificou com fortalecimento da RMSP foi o aumento da disparidade regional brasileira. Enquanto São Paulo (estado) concentrava 57,6% do valor da produção industrial brasileira em 1965 (RATNER, 1972:34), outras porções do território nacional encontravam-se no atraso econômico onde a população vivia na miséria. Esta situação de caráter regional já havia causado preocupação no nível do governo federal e algumas tentativas governamentais de planejamento econômico foram implementadas, como a criação da SUDENE em 1959. Esta preocupação aparece explícita no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963/65, no governo João Goulart, no qual sempre esteve clara a intenção de reduzir as disparidades regionais através do desenvolvimento dos recursos e da orientação da atividade econômica. Para melhor compreensão deste assunto, ver Seabra e Goldenstein (1982).

³ A Região Metropolitana de São Paulo é composta por 39 municípios divididos em 8 sub-regiões, assim formadas: **oeste**- Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista; **sudoeste**: Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba Taboão da Serra, São Lourenço da Serra; **sudeste**: Diadema, Riberirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernerdo do Campo, São Caetano do Sul; **leste**: Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi-Guaçu, Poá, Salesópolis, Suzano; **nordeste**: Arujá, Guarulhos, Santa Isabel; **norte**: Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Mairiporã; **centro**: São Paulo.

isso os processos de valorização do espaço passam, necessariamente, pela mercantilização do próprio espaço, concretamente pela mercantilização dos lugares (SEABRA, 1987:278).

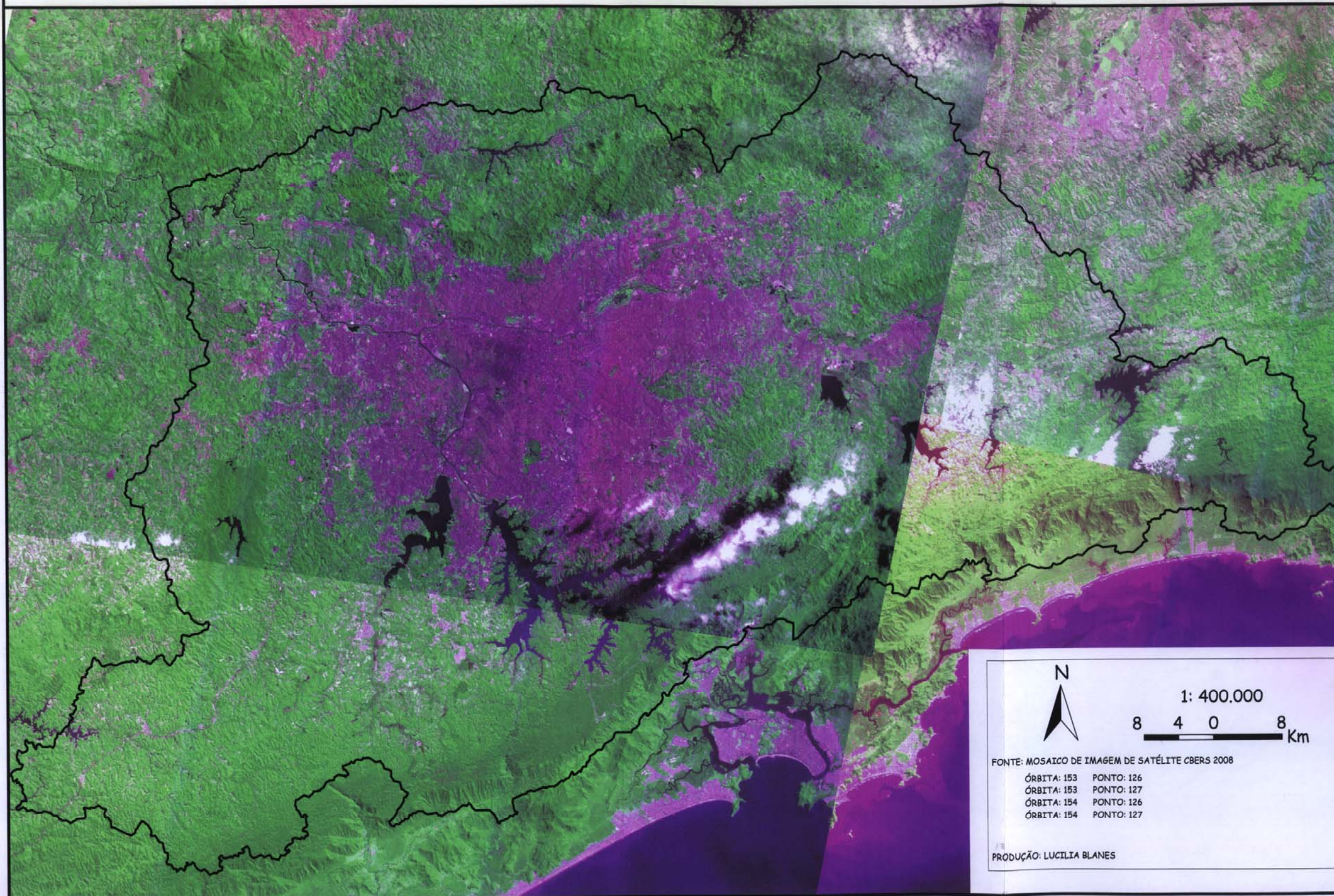
Para os corretores imobiliários, a cidade é negociada, construída e reconstruída de acordo com o seu valor de troca. Para quem usa a cidade, para seus moradores, a cidade é vivenciada de acordo com seu valor de uso⁴. Mas, sendo mercadoria, conseqüentemente o seu valor de troca é mediado de acordo com a renda que ela pode gerar. Assim, se no campo temos a renda diferencial rural, no urbano temos o preço do solo urbano associado a distância e aos incrementos que recebe, além da especulação imobiliária. A infra-estrutura urbana (calçamento, rede de água e esgoto, iluminação elétrica) é outro fator que faz aumentar o preço dos terrenos. Dessa maneira, as populações que sobrevivem de baixos salários estão impedidas financeiramente de habitarem as áreas centrais e melhores servidas da cidade (a não ser que façam na forma de moradias precárias, como os cortiços), sendo impulsionadas para as bordas da cidade, onde a distância e a ausência de infra-estrutura dificultam a elevação dos preços no mercado de terras. Em outras palavras, os mais pobres habitam os lugares onde não precisam (e talvez nem pudessem) pagar pelas infra-estruturas urbanas.

⁴ Segundo David Harvey (1980), são os seguintes os grupos que operam no mercado de moradia: 1-Os usuários de moradia – relacionados ao valor de uso; 2-os corretores de imóveis –relacionados ao valor de troca; 3-proprietários- relacionados aos valores de troca (quando negociam) e valor de uso (quando habitam o próprio imóvel); 4-incorporadores e a indústria da construção- envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, afim de realizar valores de troca para si próprios; 5 -instituições financeiras- interessadas em obter valor de troca por meio de financiamentos de oportunidades para a criação de valores de uso, e 6-instituições governamentais- interferem no mercado de moradia, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia. Também impõe e administra uma variedade de restrições institucionais na operação do mercado de moradia (o zoneamento e o controle de planejamento do solo, principalmente). Harvey, D. Justiça Social e a Cidade, Hucitec, São Paulo, 1980 p 141-142



Mapa 1 – Região Metropolitana de São Paulo.

IMAGEM 01 - MOSAICO DE IMAGENS DE SATÉLITE DA RMSP - 2008



Quando a ferrovia já se afirmava como condicionadora da estruturação da metrópole paulista⁵, a participação do automóvel no desenvolvimento urbano passou a ser sentido e implicou uma nova lógica da cidade. Quando a circulação rodoviária ganhou corpo, a metrópole paulista já estava estruturada. Langenbuch (1971) considera que as más condições das rodovias e o alto custo do transporte nelas realizados desvalorizaram, ao menos momentaneamente, a sua utilização, ao passo que a ferrovia continuava a ser o mais barato e rápido meio de transporte de passageiros e de carga. No segundo quartel do século XX, o transporte de passageiros por ônibus apenas complementava o transporte ferroviário, conduzindo os usuários da estação de trens aos bairros um pouco mais afastados que iam sendo constituídos, chamados por Langenbuch (1971) de subúrbios-loteamentos . A título de exemplo, a ocupação residencial das margens da Estrada Velha de Itu, em Osasco (atual Av. dos Autonomistas), só foi verificada quando a circulação de ônibus aumentou ali. (BRITO, 1996).

A lógica do desenvolvimento metropolitano de São Paulo se realizou diferenciando os lugares graças ao papel que cada um deles desempenhou. Aos municípios da porção oeste da RMSP, salvo Osasco e Barueri, o papel de predominante de cidade-dormitório esteve associado ao dinamismo que as atividades industriais assumiram no município de São Paulo e a sua conseqüente atração populacional para o seu entorno. Esses municípios, áreas menos valorizadas, localizados na franja das metrópoles, precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são baixos, formam a periferia metropolitana, emprestando o termo da geometria. Mas isto já não é mais verdade

⁵ Em 1930, as linhas de trens que operavam na região que se tornou a Metrôpe eram: a Inglesa (de Santos a Jundiaí);a Central do Brasil (de São Paulo a Mogi); a linha tronco do Tramway da Cantareira (do município de São Paulo, ao Tremembé); o ramal Guarulhos do Tramway da Cantareira e a Sorocabana.

única, pois o crescimento periférico da cidade, contraditoriamente originou porções do espaço afastadas do centro, de preço muito alto, como é o caso de Alphaville e Aldeia da Serra, na sub-região Oeste da Grande São Paulo. É a cidade sendo construída com a justaposição de espaços fragmentados.

Os incrementos espaciais, através da instalação de infra-estrutura básica, são determinantes para os diferentes valores do solo urbano. Nesse caso, o poder público é um agente proeminente no processo de valorização do espaço e seu papel no processo da construção das cidades é muito intenso.

Patrocinados pelo poder público, estes incrementos funcionam como mecanismos de apropriação do trabalho social (que assim se transforma em capital) pela propriedade privada. Entretanto o papel do Estado vai muito além. O Estado, em seus múltiplos desdobramentos se encarrega ao mesmo tempo da gestão dos espaços tornados públicos e de arbitrar sobre os direitos instituídos entre o que é público e o que é privado. Encarrega-se, portanto, da socialização de determinadas condições sociais de produção. Constitui-se, portanto, o Estado Moderno em poderoso agente da produção do espaço, necessário e aceito socialmente como tal. (SEABRA, 1987:280)

Como ferramenta do Estado, a política habitacional desenvolvida através do Sistema Financeiro de Habitação e pelo Banco Nacional de Habitação⁶ teve um

⁶ “Criado pelo regime militar, em 1964, o SFH e o BNH foram estratégicos para a estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista. O investimento de vultosa poupança, parte compulsória (FGTS) e parte voluntária (SBPE) no financiamento à habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana, mudaram a face das cidades brasileiras, financiando a verticalização das áreas residenciais mais centrais; contribuindo para o aumento especulativo do solo; dinamizando a promoção e a construção de imóveis (o mercado imobiliário atinge novo patamar e nova escala); diversificando a indústria de materiais de construção; subsidiando apartamentos para as classes médias urbanas; patrocinando a formação e consolidação de grandes empresas nacionais de edificação e mesmo da construção pesada, nas faraônicas obras de saneamento básico.

Apesar de o SFH ter financiado 4,8 milhões de moradia ou praticamente 25% do incremento do número de habitações construídas no Brasil entre 1964 e 1986 (estimativa), o número de moradores de favelas cresceu acentuadamente no período. [enquanto] a distribuição das moradias populares foi uma das maiores fontes de troca de favores que contribuiu para reeleições sistemáticas de políticos clientelistas[...]. Nunca é demais lembrar que essa política foi criada e praticada em nome dos despossuídos e que grande parte dos recursos assim utilizados vieram do FGTS, espécie de seguro desemprego que ‘flexibilizou’ as relações de trabalho no mercado formal, promovendo a rotatividade no emprego e barateando as demissões. Sobre esse fundo incidem juros abaixo dos de mercado. Os trabalhadores subsidiaram um dos capítulos mais vergonhosos das políticas públicas brasileiras, no qual a concepção, o superfaturamento e o uso do dinheiro público para fins privados se generalizaram. Tudo leva a crer que a extinção do BNH em 1996 e o incêndio do seu arquivo, então no

papel preponderante no desenvolvimento das regiões metropolitanas brasileiras. O fato é que o papel desempenhado pelo BNH não atendeu as reais necessidades habitacionais enfrentadas nas cidades. Bolafi (1982) desenvolveu seu estudo a respeito do BNH e concluiu que o problema da habitação popular, para cuja solução o SFH e o BNH foram criados, não passou de um artifício com o qual procurou se enfrentar um problema econômico conjuntural configurado nos anos 60. Afirma, ainda, que o BNH funcionou como um funil, por meio do qual os recursos do FGTS foram drenados para o setor privado. Não nos interessa no momento aprofundar o que deixou de acontecer por causa do “desvio de função” do BNH, mas, sim, os reflexos no espaço metropolitano paulista ocasionados na ausência de uma política habitacional realmente eficiente para prover o trabalhador de baixa renda.

O programa oficial de habitação do BNH não conseguiu atender a população de baixa renda porque as unidades habitacionais construídas eram de valores altos. De acordo com Ribeiro & Azevedo, (1996), os altos valores das habitações construídas pelo setor são provenientes das dificuldades de avanço tecnológico do setor, por sua vez explicadas em função de dois fatores:

- Problema fundiário – o parcelamento do solo e os usos diferenciados dificultam o acesso pleno do capital ao espaço necessário para o planejamento da produção a longo prazo. Ainda que a propriedade privada da terra desempenhe papel crucial na constituição deste constrangimento, não se pode esquecer que este parcelamento é também um produto histórico da cristalização e da superposição de várias relações de uso da terra que não são redutíveis somente ao cálculo econômico *stricto sensu*;

- demanda solvável- demandas extremamente diversificadas e atomizadas por modelos arquitetônicos e construtivos e por localização espacial da moradia. Essa diversidade é consequência, por um lado, de distintos estilos de vida existentes na sociedade e, por outro lado, da estrutura de distribuição de renda, além das especificidades individuais de cada terreno urbano (comprimento, largura, declividade etc). Se não há garantias de condições adequadas de produção e mercado comprador em escala, há pouco incentivo à transformação tecnológica do setor.

As metrópoles brasileiras tiveram um crescimento de população acentuado entre os anos 60 e 80. Neste período, verificou-se a proliferação de loteamentos populares⁷. Mas em 1979 a legislação concernente aos loteamentos ficou mais rigorosa com a aprovação da Lei nº 6766/79. Sua aprovação teve dois resultados distintos. Primeiro, impôs um modelo urbano de parcelamento do solo que ocasiona uma extensão territorial de baixa densidade. Esse modelo proporciona uma expansão descontínua rumo às áreas periféricas da região urbana que aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos operacionais e de manutenção e reduz o aproveitamento *per capita* dos equipamentos existentes. Enquanto porções do solo urbano parcial ou totalmente atendidas permanecem ociosas, contingentes cada vez maiores da população se instalam em áreas não servidas por infra-estrutura. Enquanto a

⁷ Até o início da década de 80, a população de baixa renda dos grandes centros urbanos do país teve como principal meio de acesso à casa própria, o loteamento periférico. A produção intensiva de lotes com baixos investimentos em infra-estrutura e comercialização a longo prazo, conjugada com a autoconstrução da moradia, garantiu a difusão da propriedade privada da terra pelas camadas sociais de baixa renda. A oferta massiva de lotes na periferia a partir da década de 50 foi, juntamente com a expansão da oferta de emprego, um dos principais fatores de inserção da massa trabalhadora na economia urbano-industrial. A década de 80, entretanto, evidenciou o retraimento dessa forma de produção espacial e o consequente aumento das ocupações ilegais de terra e de novas formas ilegais de comercialização fundiária. Lago & Ribeiro. A casa própria em tempo de crise, in A produção de moradias nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana, EDUF RJ, Rio de Janeiro, 1996.

periferia se amplia, a baixa utilização dos serviços instalados condena o poder público a incapacidade permanente de resolver um problema que, paradoxalmente, o crescimento econômico e demográfico somente contribuem para agravar (Bolafi, 1982).

Segundo, contribuiu para o aumento do número dos loteamentos clandestinos e irregulares na periferia, o que leva a crer que os loteamentos regulares deixaram de ser propostos, visto que as exigências da legislação significaram obter menos lucros. Mas, como afirma Bonduki & Rolnik (1979:51),

[...] não parece correto afirmar, como fazem os empreendedores, que nas atuais condições (da lei 6.766) abrir loteamentos legais para a baixa renda significa operar sem lucro. Na realidade os empreendedores imobiliários, como todos empreendedores capitalistas nesta fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, operam com sobrelucro. É o lucro extraordinário que os loteadores teriam que abdicar se fossem obedecer às imposições legais.

Na consolidação desses loteamentos para população de baixa renda na Grande São Paulo, dois expedientes de reprodução estão implícitos e podem ser esclarecedores: a produção familiar e a mercantilização da habitação, que constituem a relação entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. “Uma vez que a habitação é uma instância fundamental da reprodução da força de trabalho, o seu estudo permite vincular o processo de expansão da metrópole à dinâmica de reprodução do capital” (BONDUKI & ROLNIK, 1979:14).

Na dinâmica de expansão da metrópole, a intervenção do Governo é decisiva como fomentadora do aumento do valor do solo urbano. À medida que as intervenções foram sendo realizadas na área central da metrópole e criados corredores para a circulação, a mancha urbana cresceu alimentada pelo deslocamento da população de baixa renda, acrescida da migração de

trabalhadores atraídos pela oportunidade de empregos. Segundo Gottdiener (1993), as mudanças importantes da padronização social e da reestruturação urbana ocorrem porque são funções de mudanças do sistema social maior, e não porque sejam produtos de processos internos aos próprios lugares.

Dessa forma, a expansão da RMSP foi, por sua vez, também resultado de intervenções realizadas fora dela, fato atestado nos estudos de Marcondes (1999:88), o qual escreveu que

no espaço metropolitano de São Paulo, na capital, os intensos investimentos no urbano pelo Estado foram possibilitados pelo financiamento externo e voltaram-se para o suporte material das condições gerais da produção: a construção das rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e Bandeirantes, a construção das avenidas marginais e das vias de fundo de vales como a Bandeirantes, o sistema metropolitano (linha norte-sul) e as inúmeras pontes sobre o Rio Pinheiros, assim como as inversões de capital, remodelaram o espaço urbano radicalmente. As transformações produzidas geraram uma valorização intensa e desigual dos terrenos urbanos, uma vez que as intervenções se concentraram em uma determinada área do espaço.

As intervenções que acarretam a valorização do espaço segregam os mais pobres, visto que

uma das razões pela qual os pobres tendem a não se fixar, sendo levados para localizações sempre mais periféricas, vem do custo dos serviços. Estes gastos com água, energia elétrica e limpeza urbana são inversamente proporcionais à renda dos menos favorecidos. Isto significa que a chegada de melhoramentos urbanos a uma área conduz, em médio prazo, para a expulsão dos pobres, pela impossibilidade de arcarem com as respectivas despesas (SANTOS, 1990:50-51).

Essa população se desloca para as periferias em busca de terrenos mais baratos devido à ausência de infra-estrutura, agravando sua situação de pobreza.

A forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia pobres, mas ela própria crie ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental à construção de pobres e da pobreza: um argumento a mais para considerar o espaço geográfico não apenas como um dado ou um reflexo, mas como um lugar ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições". (SANTOS,1990:51)

Os loteamentos periféricos têm em comum o baixo preço dos lotes, que são pagos em longo prazo. O valor das prestações deve ser baixo para que o trabalhador mal remunerado possa disponibilizar algum dinheiro para a construção da casa. A modalidade da construção familiar da habitação entra como uma forma de trabalho, mas não deve ser entendida como uma forma não capitalista de produção ou como uma resistência à reprodução do capital, visto que ela é a produção de um bem social que não é valor, não é capital, mas está posta a serviço do capital, na medida em que contribui para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, no custo da residência, seja no custo da urbanização, no caso de pequenas obras públicas feitas por moradores em seus bairros, em suas ruas (OLIVEIRA, 1982).

Citado por Milton Santos (1990), a Revista Construção São Paulo apontava, em sua edição nº 1494 de 27/09/76, que mais de 70% das casas construídas na época, na metrópole paulista, foi produto da construção familiar. Verificava-se que este processo de construção foi mais frequente no anel externo da RMSP, atingindo os 90% e mais nos municípios de Embu, Franco das Rocha e Jandira e, se aproximando desse índice em Itapevi e Francisco Morato. Jacobi (apud Santos) (1990) relacionou a modalidade construção familiar da habitação aos salários dos trabalhadores e levantou que, das 610 famílias pesquisadas que em 1975 lançavam mão da modalidade, na RMSP, tinham renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos. O

fenômeno da construção familiar da habitação traz em si a marca da exclusão⁸. A construção familiar não se restringe à produção da casa. Pequenas obras urbanas, como calçamento, melhoria de ruas, limpeza de córregos também são realizadas através dessa modalidade. Essa modalidade se estende para a produção do espaço urbano. São bairros inteiros, porções enormes do espaço construídas artesanalmente pelos trabalhadores com baixos salários.

É da combinação do crescimento industrial que cria espaços altamente sofisticados e funcionais, com a ocupação por moradias feitas principalmente pela modalidade da construção familiar que se processou a consolidação da região metropolitana de São Paulo. Entretanto, a partir do início da década de 1970, além da especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, a reprodução do espaço da metrópole paulista vem sendo determinada também por processos relacionados ao novo momento do capitalismo mundial marcado por profundas modificações nos processos de produção, distribuição e gestão.

1.2- CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DA PORÇÃO OESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

O processo de formação da metrópole paulistana resultou na construção do maior e o mais bem equipado parque industrial regional brasileiro que, tendo como centro o município de São Paulo, expandiu-se aos municípios de seu entorno.

Atualmente, a Região Metropolitana de São Paulo institucional – RMSP- é formada pela capital do estado e por mais outros 38 municípios, dividida em 7 sub-regiões, abrangendo uma área de 7.947 km², com uma mancha urbanizada de

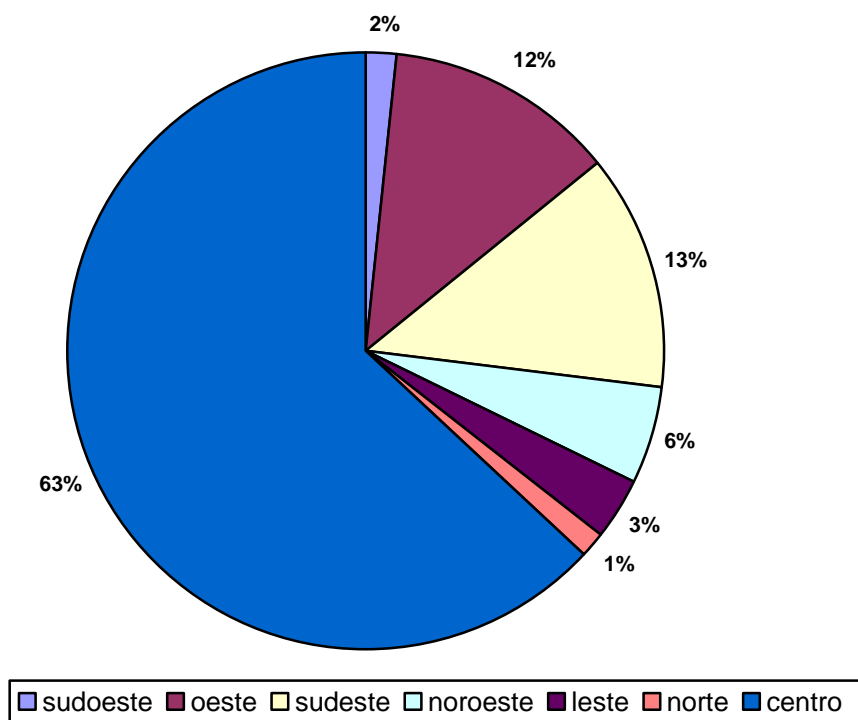
⁸ Relatório Construção e Moradia na Periferia de São Paulo; Aspectos sócio-econômicos e Institucionais, 1970, Secretaria de Planejamento de São Paulo, in Santos, M. Metrópole Corporativa fragmentada, Nobel, São Paulo, 1990.

2.209 km², reunindo uma população de 19,7 milhões de habitantes, segundo estimativas para o ano de 2006 (EMPLASA, 2007).

A porção oeste da RMSP é formada pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista. Esses municípios somam uma área total de 904 km², com uma área urbanizada de 244,9 km² e uma população estimada de 2.008.151 habitantes (EMPLASA, 2007).

Desde a implementação do Plano Real, em 1994, como detalharemos em capítulo específico, a sub-região oeste tem demonstrado uma dinâmica econômica muito forte, que a coloca como responsável pela geração de 12% do PIB da região metropolitana, ficando atrás somente o Município de São Paulo, que contribui com 63% do PIB metropolitano, e apenas a um ponto percentual da sub-região sudeste⁹, conhecida por sua concentração industrial, principalmente no setor automobilístico.

⁹ Os municípios que formam a sub-região sudeste são: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

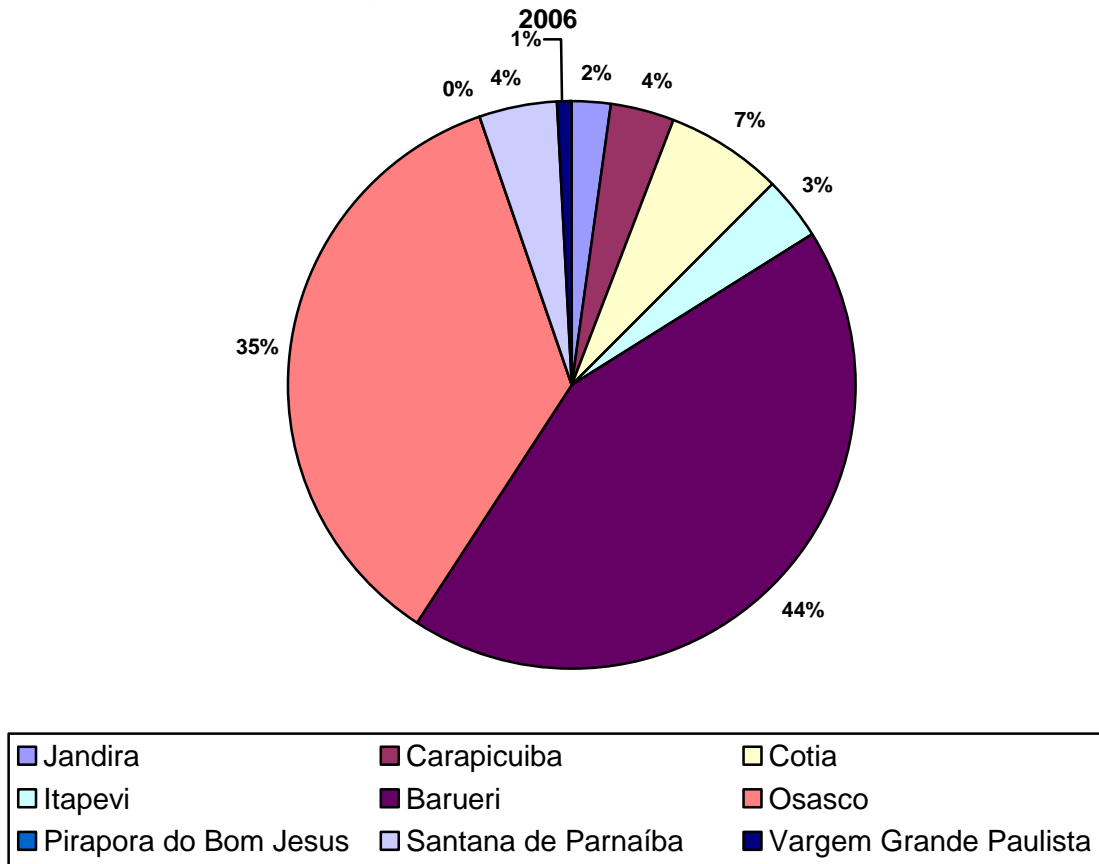
Gráfico 1: Participação das sub-regiões no PIB da RMSP-2006

Fonte: IBGE, 2008

Elaboração: Wagner Constantino

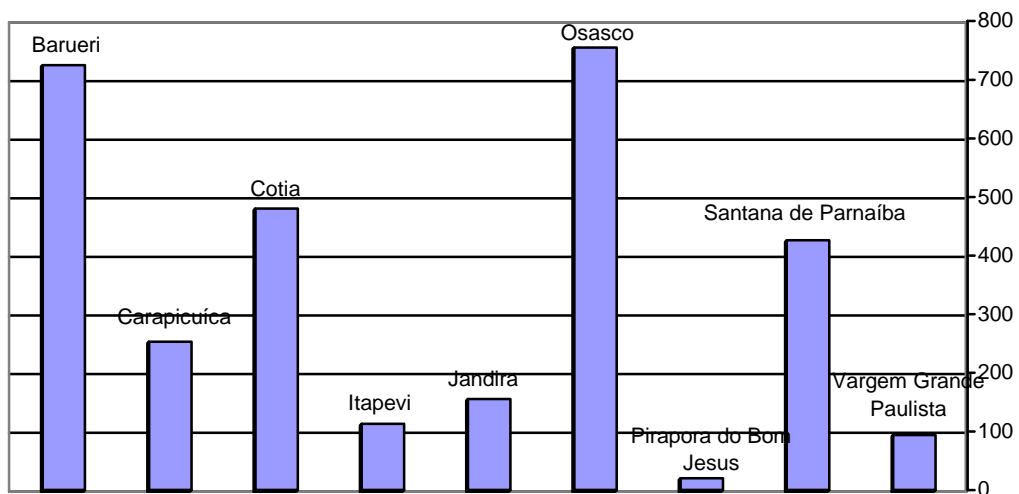
Essa dinâmica econômica da sub-região oeste está associada às intensas atividades industriais e de serviços encontradas principalmente nos municípios de Barueri e Osasco. Juntos, estes dois municípios somam 79% do PIB desta sub-região. As atividades ligadas ao setor primário estão restritas ao cultivo de hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e flores realizadas nos municípios de Vargem Grande Paulista e Cotia.

Gráfico 2: Participação dos municípios no PIB da sub-região oeste-



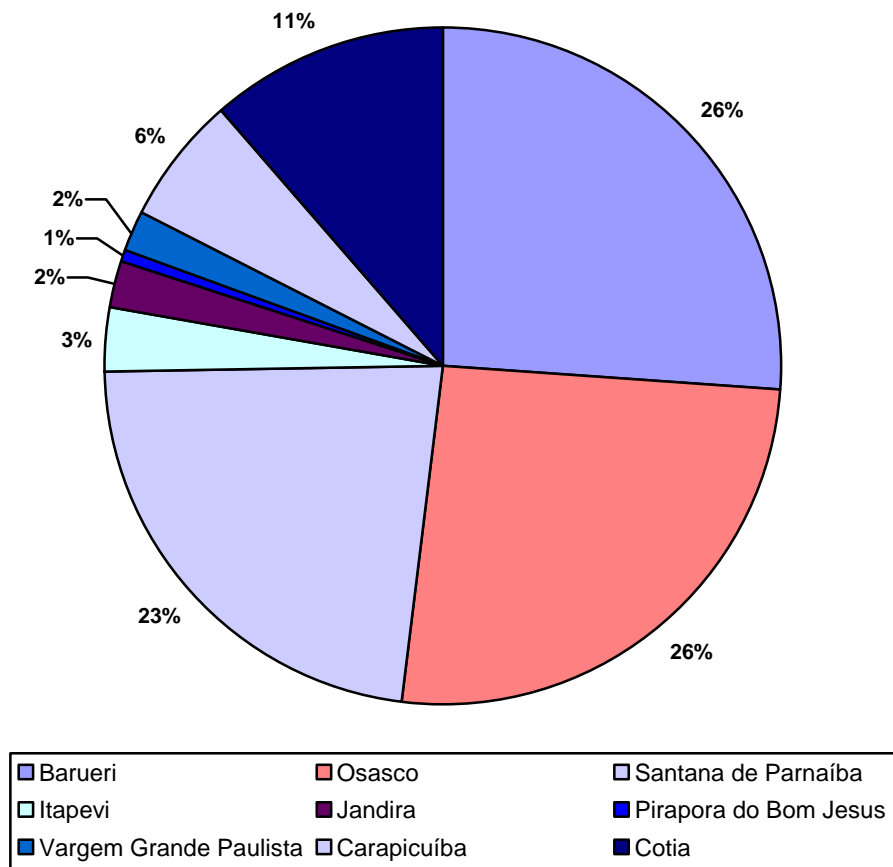
Fonte: IBGE, 2008
 Elaboração: Wagner Constantino

Gráfico 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais nos municípios da sub-região oeste



Fonte: SEADE, 2008
 Elaboração: Wagner Constantino

Gráfico 4: Distribuição dos estabelecimentos de serviços segundo os municípios da sub-região oeste



Fonte: SEADE, 2008
Elaboração: Wagner Constantino

Os gráficos 3 e 4 dão-nos uma noção da importância da produção econômica realizada nos municípios de Barueri e Osasco. Juntos, esses municípios concentram 52% dos estabelecimentos de serviços e 49% dos estabelecimentos industriais da porção oeste da metrópole. Vale ressaltar que o município de Santana de Parnaíba aparece com destaque no gráfico 4, pois em 2006 o município abrigava a sede de muitas empresas de serviços que se mantinham ali apenas por causa do baixo imposto sobre serviços -ISS- cobrado pelo município, quando essa tributação era realizada no município que hospedava a empresa contribuidora. Atualmente, o recolhimento do ISS deve ser realizado no município onde o serviço foi prestado, o

que, possivelmente, influenciará na permanência das empresas em Santana de Parnaíba, já que este atrativo não é mais um diferencial para hospedar as empresas de serviços.

Essa área possui uma infra-estrutura viária eficiente e partem dela as principais rodovias de ligação com o interior paulista (Rodovias Raposo Tavares e Castello Branco, além de ser cortada pelo sistema Anhanguera-Bandeirantes). Também é servida pelo único trecho em funcionamento do Rodoanel Metropolitano Mário Covas. É muito heterogênea no que concerne a sua estrutura sócio-econômica, apresentando disparidades urbanas acentuadas, com condomínios residenciais de alto padrão e centros comerciais e empresariais servidos por uma eficiente infra-estrutura, em contraposição às demais áreas habitadas por população de baixa renda, onde a infra-estrutura de saneamento básico, transporte, saúde educação e habitação é bastante precária.

2 – O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO.

2.1- A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA.

Os processos econômicos mundiais estabelecidos desde os anos 70 têm suscitado um debate profícuo no meio acadêmico internacional. Esses processos recebem uma atenção muito grande por parte de inúmeros estudiosos oriundos da sociologia, geografia, economia, história, entre outros que, por causa de suas distintas origens acadêmicas, interpretam diferentemente o que acontece. Devido a essa distinção de interpretações, estes processos têm recebido uma diversidade de nomes e atributos como primeira revolução mundial, terceira onda, sociedade informática, sociedade amébrica, aldeia global, passagem de uma economia de “*high volume*” para outra “*high value*”, de um universo habitado por objetos móveis, além de metáforas a eles associados como economia-mundo, sistema mundo, shopping center global, disneylândia global, nova divisão internacional do trabalho, moeda global, cidade global, fim da geografia, fim da história e outras mais. O que une tantas interpretações é o fato de que todos os autores entendem que este processo tem alcance mundial e se realiza em torno da economia como um novo ciclo da expansão do capitalismo (IANNI, 1999:11), chamados por alguns de mundialização e por outros, de globalização.

Há, entretanto, uma confusão no uso dos termos globalização e mundialização, utilizados para fazer referência a um mesmo processo. Canclini (2003) entende a globalização como o momento atual da história, que foi gestado em dois processos anteriores: Primeiro, na internacionalização da economia e da cultura, período iniciado com as grandes navegações transoceânicas do século XV, com a abertura das sociedades europeias para o Extremo Oriente e América Latina

e a conseguinte colonização. Segundo, na posterior transnacionalização, que se formou mediado pela internacionalização da economia e da cultura com o acréscimo da “geração de organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusivamente nem predominantemente numa nação”. (CANCLINI, 2003, 42).

Sobre o termo mundialização, podemos nos remeter ao documento produzido pelo Groupe de Lisbonne, utilizado por Ferreira (1997:12-13), intitulado *Limites à la compétitivité*, que define a mundialização como o conjunto dos seguintes processos assim ordenados:

- Mundialização do setor financeiro, ou seja, desregulamentação dos mercados financeiros e mobilidade internacional do capital;
- Mundialização dos mercados e das estratégias, entendido como integração das atividades das empresas na escala mundial, com deslocamento de recursos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, divisão dos setores produtivos por áreas específicas etc.;
- Mundialização da tecnologia, que permite a criação de redes de comunicação privadas dentro dos grandes grupos econômicos;
- Mundialização dos costumes e dos modelos de consumo, com reflexos sobre a cultura e na qual se destaca o papel da mídia;
- Mundialização do poder e da competência em matéria de desregulamentação e autoridade, o que significa, para os autores, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a tentativa de concepção de regras que possibilitem um governo mundial; unificação da política planetária que, para os autores, pressupõe a disposição cada vez maior dos Estados Nacionais em integrar as sociedades num sistema político e econômico mundial de poder centralizado, e

- Mundialização de uma consciência planetária, que ressalta a tomada de consciência, especialmente pela sociedade civil, de valores como “um planeta de todos”, onde deve ser incentivada uma consciência coletiva de preservação.

A lista acima sintetiza o que muitos autores concordam como sendo as características do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo (IANNI, 1995, 1996, 1999; CHESNAIS, 1996; SOROS, 1998; OHMAE, 1996). Porém, para não cairmos nas controvérsias a respeito deste tema, neste trabalho utilizaremos o termo globalização para nos referirmos ao atual estágio do desenvolvimento capitalista e suas implicações.

Para nossos estudos, são as implicações da globalização sobre o sistema financeiro mundial que nos auxiliam a compreender as manifestações espaciais relacionadas às transformações econômicas.

A análise das ocorrências referentes ao setor financeiro mundial tem deixado em evidência a importância da desregulamentação do mercado como uma condição *sine qua non* para a circulação do capital. A desregulamentação financeira estabelecida nos anos de 1979 a 1981, pelos Estados Unidos e Inglaterra,

cuja imposição foi depois continuamente ampliada, permitiu, ao capital recuperar a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele (CHESNAIS, 1996:17-18).

Entender a mobilidade do capital como se ele fosse livre e pudesse se instalar traz, entretanto, alguns problemas de entendimento. Visto somente assim, parece que não há uma referência espacial para o fato de porções do capital serem destinadas a partes diferentes do espaço e, sim, que essa mobilidade está associada somente a um referencial temporal, de maneira a induzir que este fato

está associado somente a uma época na qual o capital está sendo destinado a diferentes lugares. Ora, a mobilidade do capital não pode ocorrer sem que uma produção espacial seja realizada por este movimento, pois a manifestação espacial é imprescindível a sua realização.

2.2- O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Até antes de 1973 (auge da crise energética, quando os países do Oriente Médio diminuíram a produção do petróleo, elevando seu preço), o capital fixo imobilizado foi parte imprescindível do processo produtivo capital. Ocorre que o capital imobilizado no espaço tende a se desvalorizar quando não participa mais na mesma proporção do processo produtivo. Quando entendemos o fordismo “menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida” (HARVEY 1989:131) e considerarmos todas as mudanças iniciadas no início da década de 70, podemos compreender que o sistema de acumulação fixo característico do fordismo não era mais sustentável. As grandes massas de capital investidas como capital fixo não acompanhavam mais a valorização do capital em um sistema no qual as mudanças na produção tornavam-se cada vez mais rápidas, para poder responder com rapidez e corrigir o processo de desvalorização do capital então verificado nesta época.

Assim, a rigidez do sistema fordista de produção teve sua variante espacial manifestada na rigidez dos investimentos de capital fixo, acompanhada da rigidez nos mercados, na alocação e contratos de trabalho, na rigidez dos compromissos do Estado e na rigidez da produção, em um momento em que a demanda da

flexibilidade no planejamento era uma necessidade para vencer a queda da desvalorização do capital (HARVEY, 1989:135-136).

O novo processo que veio atender as novas necessidades de valorização de uma parcela do capital foi chamado por Harvey (1989) de Processo de Acumulação Flexível, conceito que nos permite apreender, de uma maneira mais elucidativa, a flexibilização do mercado financeiro. A acumulação flexível

se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores e produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1989:140).

Essa gama de inovações materializa-se, entretanto, em locais que possam oferecer as condições ideais para o processo de valorização de uma parcela do capital. Como a diversidade de lugares no mundo é enorme e as distintas condições entre eles são muito grandes, essa parcela do capital precisou se reorganizar para aproveitar o que estes lugares têm de melhor para realizar sua valorização. A necessidade de organização para tal parcela do capital é, estão, muito maior, de maneira que corresponda à dispersão geográfica característica do processo de acumulação flexível.

Vale ressaltar, por suposto, que essa parcela do capital aqui distinguida é aquela que se reproduz imprescindivelmente por meio dos avanços tecnológicos e organizacionais baseados na telemática. Para o capital produtivo industrial, percebemos que sua reprodução ainda se realiza, em boa parte, em bases fordistas. Não é certo afirmar que o processo de acumulação flexível abrange a totalidade da reprodução capitalista atual.

O avanço tecnológico criou uma situação absolutamente nova que Harvey (1989:40) chamou da “compressão espaço-tempo”. Utilizamos aqui as próprias palavras do autor para explicar este conceito:

Pretendo explicar por essa expressão processos que nos revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que parece que, às vezes, o mundo parece encolher sobre nós. À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’, de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependência ecológicas e econômicas [...] e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de ‘compressão’ dos nossos mundos espacial e temporal. (1989: 219).

Vários autores participam da ideia de que o mundo tem ficado menor, pois as distâncias têm sido suprimidas pelas tecnologias de transportes e comunicação, e a telemática tem permitido que muitas ações no mundo sejam simultâneas. Em nosso entendimento, o espaço não foi suprimido, apenas o tempo de transporte para algumas modalidades de produtos ficou mais rápido. Comparemos os tempos de viagem de uma informação enviada por correio eletrônico, de pessoas que viajam por avião e de um container com qualquer produto que seja, saídos da cidade de São Paulo, no Brasil e enviados para Benfica, em Portugal. O correio eletrônico chegará quase que simultaneamente. Já as pessoas, viajarão em um tempo maior, condicionado pelo limite de velocidade do avião. O container, por sua vez, levará um tempo muito maior que o segundo. Esse terá que ser transportado via terrestre até o porto, para seguir de navio até Portugal e, estando lá, terá que viajar via terrestre do

porto local até o seu destino. Esses exemplos ilustram como a ideia de que “o mundo está menor” não confere com a realidade.

2.3 - O PAPEL DO ESTADO

Há, no debate a respeito da globalização, o discurso divulgador da ideia que Estado sofre uma diminuição das atribuições que desempenha na conjuntura econômica mundial. Autores como Ianni (1999, 2002), Ohmae, (2004), entre outros, indicam que este momento do capitalismo tem provocado, progressivamente, a subordinação do Estado-nação aos movimentos e às articulações do capital. Ianni (1999, 2002), entende que os Estados-nação tornaram-se apenas autoridades locais do sistema global, de maneira que não têm mais controle sobre as distintas atividades econômicas que as corporações transnacionais desenvolvem em seu território, orientadas pelo capital financeiro. Para o autor, o Estado-nação não pode mais agilizar e generalizar as condições propícias ao desenvolvimento da produção, distribuição, troca e consumo, ou a reprodução ampliada do capital em escala mundial, porém, continua o autor, isso não significa que ele deixará de existir, mas que ficará reduzido a uma obsolescência diante das novas exigências para a reprodução do capital que, neste momento, necessita de estruturas que excedem a capacidade do Estado-nação. Já Ohmae (1998) percebe o Estado-nação como um pouco mais que um ator coadjuvante, como uma unidade disfuncional para se pensar a atividade econômica.

Entretanto, muitas evidências apontam que esse discurso da diminuição do papel do Estado não se sustenta.

Nos moldes da globalização, o capital financeiro, deslocando-se para onde for mais bem remunerado, instala-se em países que criam as melhores condições para atraí-los (SOROS, 1998:21), tomando medidas que acomodem as economias nacionais ao sistema econômico mundial como, por exemplo, a necessidade de bancos centrais autônomos e a privatização do setor público, além de outras que atendam as necessidades vigentes da valorização do capital.

Dessa maneira, o que se verifica com a dispersão de parcelas do capital em busca das condições mais adequadas para se reproduzir é a criação de diferentes espaços associados aos distintos papéis que estas parcelas do capital desempenham no processo produtivo. Assim, a globalização apresenta-se, também, como um processo que promove uma diferenciação da espacialização, e não somente a homogeneização do espaço mundial.

A mobilidade do capital a partir dos anos 70 foi possível por meio do uso da desregulamentação como instrumento de políticas neoliberais, amplamente utilizada nos governos Thatcher e Reagam, os estados que primeiramente se adequaram às necessidades do capital. As medidas neoliberais adotadas neste período pelas nações mais poderosas promoveram uma alteração na conjuntura internacional que conduziram a uma globalização das relações econômicas e finanças mundiais (GADELHA, 1997:53)

O momento atual do desenvolvimento capitalista traz à tona, então, a estreita ligação entre os Estados neoliberais e a globalização das relações econômicas (Prado, 2005). De fato, nas décadas de 1970 e 1980, as condições para a ampliação da lógica globalizadora das relações econômicas foram dadas por políticas neoliberais, comandadas por Estados do centro capitalista e imitados por outros Estados. Tais políticas passaram a dar suporte ao novo funcionamento do capitalismo e suas características podem ser assim arroladas:

[...]uma nova disciplina do trabalho e da gestão dos ganhos dos credores e dos acionistas; o recuo das intervenções estatais em matéria de desenvolvimento ou proteção social; o crescimento espetacular das instituições financeiras; a criação de novas relações entre os setores não-financeiros e financeiros com vantagens para estes últimos; uma nova atitude favorável a fusões e aquisições; uma grande desregulamentação financeira; um reforço do poder e da autonomia dos bancos centrais cuja ação se concentra na estabilidade dos preços; a determinação de drenar para o centro os recursos da periferia. O neoliberalismo dá nova forma a mundialização, notadamente aquela da dívida do Terceiro Mundo e estragos causados pela livre mobilidade dos capitais. A característica atual é a sua extensão gradual ao conjunto do planeta, sua própria mundialização (DUMÉNIL LEVY, 2003: 29 apud PRADO, 2005)

Diante disso, o Estado não perdeu importância no processo de globalização. Antes, pelo contrário, os Estados neoliberais, como criadores das condições de acumulação do capital, além de proteger os monopólios, privatizar empresas públicas, combater os sindicatos, "não só levanta, enfim, os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das empresas, mas é capaz de criar as condições para que estas últimas operem de modo lucrativo" (PRADO, 2005:132-133), principalmente no campo da desregulamentação que permite ao capital uma maior mobilidade. Além disso, a atuação dos diversos Estados do centro capitalista diante da crise econômica iniciada nos Estados Unidos, na segunda metade de 2008, auxiliando empresas em crise e coordenando o processo de recuperação econômica, mostra que, mais que nunca, os Estados são fundamentais para a reprodução capitalista.

De maneira contrária ao discurso que minimiza o papel dos Estados no atual momento da reprodução do capital, percebemos o Estado como um agente importante no processo de globalização. Em nosso ponto de vista, o Estado ainda é, nas palavras de Engels,

“um produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento” e, ainda, desempenha seu papel clássico na regulação da competição (*entre os capitalistas*), além de desempenhar um papel importante no provimento de seus públicos e de infra-estrutura sociais e físicas, pré-requisitos necessários para a produção da troca capitalista. (Engels apud Harvey, 1989, p.85)

2.4- A RELAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NACIONAIS E OS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS.

Uma consequência da mobilidade do capital e a possibilidade de livre escolha para se instalar é o surgimento de economias regionais. Como o capital desregulamentado flui com mais facilidade através das fronteiras políticas, pode escolher, dentre determinados locais, instalar-se onde houver as melhores condições para a sua reprodução. Dessa maneira, espacialmente ele assume formas regionais. Ohmae chamou essas configurações regionais de Estados-regiões¹⁰. Assim, criam-se condições diferentes para a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas (IANNI, 1999:101), dispersas geograficamente pelo globo e unificada pelo capital financeiro.

capital financiero es la mediación por la cual las coaliciones de capitalistas mantienen el control de propiedad de los ciclos de valorización de los capitales productivos, gracias a la disposición de capital monetario centralizado. El capital financiero no es una abstracción. Se concreta en los grupos

¹⁰ Ohmae (1996) elencou os seguintes Estados-regiões: Norte da Itália; Baden-Wurtemberg (ou Alto Reno); País de Gales; San Diego/Tijuana; Hong Kong/Sul da China; o vale do sílcio/Bay Area de San Francisco na Califórnia; Pusan (na extremidade sul da península da Coréia) e as cidades de FuruKawa e Kitakiushu no norte da ilha japonesa de Kiushu. Outras dessas áreas são o triângulo do crescimento, de Cingapura, Johare) o estado mais ao Sul da Malásia) e s vizinhas ilhas Riau da Indonésia (incluindo Batan, um amplo paraíso fiscal); o triângulo da pesquisa, na Carolina do Norte; a região francesa de Rhône-Alps, centrada em Lyon, com seus estreitos vínculos comerciais e culturais com a Itália; a região e Languedoc-Roussilon, centrada em Toulouse, com seus vínculos estreitos com a Catalunha; Tóquio e suas áreas adjacentes; Osaka e a região de Kansai; a ilha Malaia de Penang; e mesmo o recente triângulo de maior crescimento, surgido em 1992 através do Estreito de Málaca, conectando Penang, Medau (uma cidade da Indonésia em Sumatra) e Phuket, na Tailândia) Ohmae, K. O fim do Estado Nação, Rio de Janeiro Campus, 1996.

financieros que realizan la cohesión del capital financiero. El estudio del control de propiedad es, por tanto, el estudio de las modalidades a través de las cuales los grupos financieros se apoderan de la forma estructural que es la gran empresa, para determinar su estrategia y dirigir su ejecución. (AGLIETA, 1986, P.219).

São as grandes corporações, segundo Aglieta, que centralizam o capital e controlam a atividade financeira mundial na busca da ampliação dos lucros. Devemos, entretanto, entender que centralização do capital não se confunde com concentração de capital. O segundo refere-se ao somatório das atividades econômicas, enquanto o primeiro diz respeito ao controle destas atividades. A centralização ocorre quando

um mesmo poder, um mesmo comando mobiliza e controla os ciclos de valorização do capital segmentado em várias unidades de produção. O que importa não é a proximidade física entre os vários segmentos da produção, ou mesmo entre a administração e a produção propriamente dita, mas sim a capacidade de controle dos distintos ciclos de valorização submetidos a um mesmo ciclo (LENCIONI, 1996;205).

E

é justamente no terreno da internacionalização financeira que fica mais evidente que o avanço tecnológico pode superar barreiras naturais de tempo e espaço que separam os mercados mundiais. A remoção de controles sobre os movimentos internacionais de capital e a desregulamentação dos mercados financeiros domésticos, combinados com o rápido progresso tecnológico em computação e comunicações e com a diversificação e sofisticação crescentes dos investimentos financeiros, produziram uma ampliação extraordinária dos mercados, especialmente dos fluxos internacionais” (BATISTA JR, 1998:168-169)

dos quais tanto se beneficiam as grandes corporações internacionais.

Tabela 1- Localização das maiores empresas transnacionais em 1984

Ranking	Cidade	nº de firmas	Ranking	Cidade	nº de firmas
1	Nova Iorque	59	11	Hamburgo	10
2	Londres	37	12	Dallas	9
3	Tóquio	34	13	St. Louis	8
4	Paris	26	14	Detroit	7
5	Chicago	18	15	Toronto	7
6	Essen	18	16	Frankfurt	7
7	Osaka	15	17	Minneapolis	7
8	Los Angeles	14	18	San Francisco	6
9	Houston	11	19	Roma	6
10	Pittsburg	10	20	Estocolmo	6

Fonte: Feagin & Smith apud Koulioumba, 2002

Entretanto, Batista Jr. (1998:163) afirma que são poucas as empresas que fazem jus ao título transnacional na medida em que esse insinua a ausência de base ou dependência nacional.

A maioria das grandes corporações da Europa, dos Estados Unidos e do Japão concentra sua atuação nos respectivos países. Funções centrais como pesquisa e desenvolvimento, e as atividades geradoras de maior valor adicionado tendem a se realizar no país de origem das empresas (BATISTA JR, 1998:163).

Essas empresas, segundo Batista Jr (1998), dependem das políticas nacionais de seus respectivos Estados nacionais para potencializar sua capacidade de controlar os mecanismos de valorização do capital. Vale ainda notar que o Estado, junto com o capital privado, intervém na estrutura espacial, produzindo e transformando as estruturas espaciais que funcionam como infra-estrutura para o

desenvolvimento das atividades produtivas, criando valores de uso das quais as empresas tanto se beneficiam. (DÉAK 2004:32).

Dessa maneira, estando sob o controle dos agentes financeiros e das corporações transnacionais, o capital localiza-se onde houver as melhores condições para sua valorização e segurança, condições que somente o Estado pode oferecer mais que qualquer outro agente.

Ferreira (1997) ressalta que a relação de dependência entre as corporações transnacionais e seus respectivos Estados-nação é recíproca, pois, ao mesmo tempo em que as primeiras são acolhidas de diversas formas e beneficiadas pelos segundos, esses também estariam

se utilizando dessas empresas para a manutenção de sua posição de força dentro do cenário mundial. As empresas transnacionais, nas mãos de poucos Estados seriam, então, um instrumento eficaz, na economia globalizada, na disputa pelo poder mundial (Ferreira, 1997:50)

e pela manutenção da hegemonia, visto que, segundo o mesmo autor, a capacidade econômica de uma nação tornou-se o principal fator de avaliação do poder por ela exercido. Isso significa dizer que, nos tempos atuais, a economia tornou-se o principal instrumento na disputa pela hegemonia do poder mundial.

Esse raciocínio parece estar profundamente associado com as teorias neoliberais nas quais o papel do Estado-nação tende a atender as exigências de uma nova conjuntura econômica orientada para a satisfação das necessidades das grandes corporações transnacionais.

2.5- OS ORGANISMOS MULTILATERAIS

O Processo de Acumulação Flexível criou uma conjuntura mundial para a qual as superestruturas existentes são insuficientes e vêm sendo gradativamente atendidas por organismos multilaterais como ONU, FMI, OMC e o Banco Mundial. Esses organismos são criados e funcionam de maneira que fornecem um arcabouço de infra-estrutura física e institucional ampliado (DÉAK, 2004:34), “operando como poderosas e ativas estruturas mundiais de poder e agências de serviços”, podendo ser “consideradas como canais por meio dos quais os Estados prestam-se serviços mutuamente; ou como corpos burocráticos criados e mantidos pelos Estados para prover serviços aos seus membros” (CLAUDE JR apud IANNI, 1995:67). Como sempre foi na história do capitalismo, cada época requer uma superestrutura adequada para o desenvolvimento das relações de produção, assim,

os organismos multilaterais surgem como uma tentativa de atender a necessidade da reprodução dos aparelhos de hegemonia do capital em um momento histórico recente, dentro de uma ação coletiva de Estados que participam dos mesmos interesses. (BUCI-GLUCKMANN, 1980:70)

de maneira que as demandas advindas das transformações ao nível da força produtiva sejam atendidas a partir da transformação da superestrutura (Debrum, 2001:110).

Dessa maneira, os organismos multilaterais devem ser entendidos não como substitutos dos Estados-nação, mas, sim, como criação oriunda da vontade dos Estados-nação, já que existem somente como criação a partir das iniciativas desses. Assim, não podemos enxergar que os Estados-nação estejam perdendo sua soberania porque os organismos multilaterais estão desempenhando papéis que, na

fase imediatamente anterior ao Processo de Acumulação Flexível, era desenvolvido pelos primeiros. Ora, surgidos da vontade de vários Estados-nação, os organismos multilaterais devem ser entendidos como extensão desses para deliberar e criar condição para a reprodução do capital, que agora interessam a um conjunto de Estados. Assim, a partir das idéias de Hirst e Thompson (1998:294-295) de que os Estados Nacionais estão compartilhando decisões em benefício do desenvolvimento de suas economias, nos atrevemos a dizer que os organismos multilaterais, ao invés de enfrentar as soberanias dos Estados-nação, são na verdade a cristalização dos interesses compartilhados por Estados-nação como um produto histórico voltado para a manutenção da hegemonia.

Isso não significa que estes organismos não desempenhassem um papel importante na época em que a economia era pautada predominantemente pelo modelo fordista de produção. Apesar de, já na época que antecede o período de acumulação flexível, os organismos multilaterais estivessem presentes nas discussões internacionais, o que ocorreu foi um aumento de sua importância no cenário mundial nesse período recente.

3- A CIDADE-REGIÃO

3.1- REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE-REGIÃO.

A Região Metropolitana de São Paulo tem passado por intensas modificações estruturais desde os anos 1970, relacionadas às alterações nas formas de produção, distribuição e gestão, demandados pelo processo de acumulação flexível. Esse mesmo processo de reestruturação urbana tem feito surgir o que Scott et al. (2001) identificam como cidades-região, conceito associado à ideia de Cidade-Mundial de Hall (1966) e Friedmann e Wolff (1982), ideia de Cidade Global de Sassen (1991) e à ideia de Megacidades de Borja & Castells (1997) e de Estados-regiões (OHMAE, 1996)

No período imediatamente anterior ao processo de acumulação flexível, os vários países capitalistas, inclusive o Brasil, se caracterizaram por executarem um planejamento econômico a nível nacional delimitado territorialmente. Nesse quadro, cada país dispunha de sua própria estrutura institucional peculiar que, em um grau maior ou menor, moldou processos sociais e demográficos e manteve um sistema urbano com características nacionais próprias.

Hoje, uma nova ordem se apresenta com a globalização, que “consiste, sobretudo, na hierarquia de escalas territoriais interpenetradas de atividade econômica e de relações de governança, variando do global até o local” (SCOTT et al. 2001). Essa nova ordem surgiu como consequência da relação muito estreita entre a quantidade enorme e sempre crescente de atividade econômica, que agora ocorre em redes transnacionais extensivas, concomitante com a proliferação, nas últimas décadas, de blocos multinacionais como a UE, Nafta, Mercosul, Asean, Apec, Caricom e muitos outros, em um quadro que conduz os Estados nacionais a

procurar proteger todos os interesses regionais e locais dentro de sua jurisdição. (SCOTT et al. 2001). Assim, tanto os novos arranjos espaciais como os novos arranjos institucionais surgem como frutos das novas relações vinculadas ao processo de globalização.

A combinação desses fatores resultou no surgimento de formas de organização econômica e política de cunho regional, sendo a maior expressão desta tendência encontrada em algumas grandes cidades-regiões globais, que se afirmam cada vez mais como um arranjo espacial surgido como consequência e resposta para vários dilemas relativos à produção. Essas cidades-regiões se apresentam “como um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial” (SCOTT et al. 2001), funcionando como nós espaciais de fundamental importância na economia mundial pelo seu alto grau de influência em relação a outras partes do mundo, já que a flexibilidade do sistema produtivo, característico da atual fase do desenvolvimento capitalista mundial

requiere la formación de un medio espacialmente concentrado de recursos, incluyendo recursos humanos, que no están permanentemente adstritos a una empresa, sino que son utilizados en cualquier momento, en función de la demanda y los proyectos empresariales. La flexibilidad e adaptabilidad del nuevo sistema productivo son posibles gracias a la combinación entre la aglomeración de funciones e personal en los nodos de una red global y la conexión de una multitud de funciones secundarias a estos nodos, dispersas en la región, el país y el planeta, conectados por medio de transportes rápidos, telecomunicaciones e sistemas informáticos” (GRAHAM, 1994, apud BORJA & CASTELLS, 1997).

Essas cidades-região, caracterizadas acima, tornam-se importantes para o capitalismo porque suas funções são postas ao alcance dos mais diversos capitais e funcionam como ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas. “Assim se definem esses lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos

e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando”. (SANTOS 1994:18-19), tornando-se o “locus de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso considerados mundiais. Esses lugares são espaços que regulam a ação em outros lugares”.(SANTOS , 1994:32).

Apesar de os serviços avançados constituírem-se como imperativos na nova economia, a indústria ainda é um setor produtivo importante. Os novos padrões de localização industrial incidem fundamentalmente na estrutura, nos processos espaciais e dinamismo das cidades (COHEN & ZISMAN, apud BORJA & CASTELLS, 1997), alterando um padrão urbano que até poucos anos vigorava e modificando o quadro da divisão internacional do trabalho. No setor da eletrônica, as atividades relacionadas à inovação, que emprega pessoal altamente qualificado, estão no Japão e Estados Unidos, enquanto a produção de equipamentos, que envolve uma atividade rotineira, encontra-se no sudeste asiático, empregando uma mão-de-obra pouco qualificada e de baixos salários. Nesse novo quadro, as empresas europeias e japonesas também estenderam sua produção para outros países. Os meios de inovação tecnológica para o conjunto da estrutura industrial, não excluindo a indústria tradicional, são de importância decisiva e têm, como regra geral, a continuidade da dominação metropolitana. Entretanto, a este respeito, Lencioni (1991:8) adverte que:

a introdução de novas técnicas não pode ser considerada, em si, elemento reestruturador do espaço urbano industrial; isto se constituiria num reducionismo da análise ao aspecto tecnológico, que seria insuficiente para captar o significado das transformações em estudo.

É nesse contexto de reestruturação urbana associada ao processo característico da fase da acumulação flexível que se desenvolve no nível global,

que procuramos compreender os fenômenos que ocorrem na Região Metropolitana de São Paulo.

Nesse trabalho, utilizaremos o conceito de cidade-região entendido como “aglomerações policêntricas ou multiagrupadas”, constituídas por várias cidades, que funcionam como “motores regionais da economia global, isto é, como redes locais dinâmicas de relações econômicas inseridas em telas estendidas em escala mundial de competição e troca inter-regional”. (SCOTT et al. 2001, p. 16) afirmam que elas funcionam como bases territoriais possuidoras de grande vantagem competitiva, a partir das quais grandes empresas disputam o mercado global.

Desta maneira, o conceito de cidade- região aparece, em nossa pesquisa, mais adequado para o entendimento da questão urbana da região metropolitana de São Paulo do que foi, até então, o conceito de cidade, ou mesmo de cidade mundial ou global, pois expressa um conjunto novo de atividades econômicas, políticas e territoriais que atuam sinergicamente em nível regional, mantidas as relações que se estendem a nível global. Através do conceito cidade-região, podemos compreender melhor de que maneira o global se articula com o local na região Metropolitana de São Paulo.

4.2- A FORMAÇÃO DA CIDADE-REGIÃO DE SÃO PAULO

O crescimento de São Paulo até os anos 1960 acentuou a disparidade econômica advinda da concentração industrial na RMSP. A partir do início da década de 60, uma sucessão de iniciativas governamentais foi implementada pelos governos que se sucederam, como tentativa de proporcionar uma distribuição da

atividade econômica no estado de São Paulo, como relacionadas por Frick (1991:79-90)¹¹.

No nível da administração municipal, a estimulação para a instalação de indústrias se processou através de realizações de investimentos em infra-estrutura urbana, doações de terrenos, isenções de impostos e taxas municipais, ressarcimento de investimentos em infra-estrutura realizados pelas indústrias, criação de distritos industriais e outros (NEGRI apud FRICK, 199, p. 84).

Não encontramos, em nossa pesquisa bibliográfica, um indicador da eficiência das iniciativas do governo estadual paulista de promover a descentralização da indústria na RMSP, entretanto, foi a partir dos anos 70 que o interior paulista passou a ter uma maior participação na produção industrial e, conseqüentemente, no pessoal nela empregado, indicando o processo de industrialização do interior.

¹¹ Governo Carvalho Pinto (1959-1963)- marcado por um planejamento simples, resumido a um pequeno grupo de técnicos, que apresentaram resultados sem muita expressão; Governo Ademar de Barros (1963-1967)- Criação da Secretaria de Planejamento (organismo separado da Secretaria da fazenda); Governo Roberto de Abreu Sodré (1967-1971)- Atividade baseada no Orçamento Programa. Foi marcado pela criação de dois grupos: o Grupo de Desenvolvimento Industrial e o Grupo de Análise Territorial, com conclusões diferentes. O GDI sugeria a não intervenção do governo e destacava a importância de pequenas e médias empresas como elementos descentralizadores. O GAT concluiu que existiam algumas regiões que justificavam a intervenção estatal para corrigir distorções, mas que tais intervenções seriam de alto custo e requeriam muito investimento. Os objetivos das políticas de descentralização industrial seriam os de atenuar as disparidades regionais e promover o descongestionamento da área metropolitana. Foram criados, ainda, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) e o Banco de Desenvolvimento de São Paulo (BADESP); Governo Laudo Natel (1971-1975)- Implantação de uma política de interiorização do desenvolvimento, com ênfase nos investimentos rodoviários, para oferecer a estrutura adequada para a aceleração do processo (entendido como natural) de descentralização da indústria da RMSP; Governo Paulo Egydio Martins (1975-1979)- implantação de uma política de descentralização com ênfase na organização da rede urbana. Foi realizada a remodelação e ampliação do aeroporto Internacional de Viracopos e da rodovia dos Bandeirantes que beneficiaram grandemente a região de Campinas. Também foi criada a CETESB; Governo Paulo Salim Maluf (1979-1983)- o tema descentralização industrial deixou de fazer parte, pelo menos em ordem de importância da análise e da elaboração de políticas econômicas do governo estadual. Entretanto foi elaborado o Programa Regional de industrialização, que tinha por objetivo estimular o desenvolvimento da indústria no interior, mediante o apoio a pequenas e médias empresas. Foi feita, ainda, a discussão sobre a transferência da capital do Estado. Também foram elaborados programas básicos de caráter setorial: o Projeto Babaçu, o Projeto Mogi-Guaçu, o Programa de micro-usinas hidrelétricas e o Programa de substituição do óleo diesel. Governo Franco Montoro (1983-1987)- foram realizados investimentos visando, em particular, facilitar a ligação viária e criação de escritórios regionais;

Tabela 2 - Taxa de crescimento do pessoal ocupado na indústria e do número de estabelecimentos em regiões de S.P. no período 1970/1980.

Região	Média do pessoal ocupado	Número de estabelecimentos
RMSP	5,18	2,611
Litoral		
Santos	5,08	-0,589
Vale do Paraíba		
São José dos campos	8,45	2,588
Taubaté	10,12	2,439
Guaratinguetá	1,79	1,915
Cruzeiro	4,46	0,612
Sorocaba		
Sorocaba	8,06	3,069
Itapetininga	9,36	2,912
Botucatu	8,94	2,577
Campinas		
Campinas	8,11	3,084
Piracicaba	8,17	2,259
Limeira	7,83	1,373
Rio Claro	8,07	0,627
Jundiaí	7,95	3,188
Estado	6,03	2,131

Fonte: SINEGE 1987 in Frick(1991)

Como exposto na tabela acima, verifica-se que a expansão industrial se concentra nos eixos das rodovias Castelo Branco, Bandeirantes e Presidente Dutra, até um raio de 150 km da capital. Essa expansão está associada a diversos fatores. Uns estão relacionados à dificuldade para a implantação de indústrias na RMSP verificada a partir dos anos 70, como o congestionamento das vias de transporte, a precariedade das redes de energia e de telecomunicações, pequena oferta de áreas para o assentamento industrial, agravada ainda mais pelo zoneamento industrial e pela lei de mananciais, as restrições impostas pelas CETESB e o maior custo da reprodução da força de trabalho (PRATES, 2001:22), bem como do valor do solo urbano. Outro fator que favorece a expansão industrial são as inovações tecnológicas e gerenciais, na medida em que a área de produção pode distanciar-se do centro das decisões. A maior participação industrial do interior paulista está, por sua vez, ligada, também, às modificações ocorridas na base da produção, com o

crescimento da produção dos bens duráveis e de capital, em detrimento dos produtos de consumo não-duráveis.

Tabela 3 - Composição setorial do valor de transformação industrial no Brasil segundo destino da produção, 1950-1980, em % sobre o total.

Setor	1950	1960	1970	1980
Cons. Não durável	60,9	45,3	40,4	30,6
Bens intermediários	31,7	38,0	37,0	42,6
Bens de capital/ cons. Durável	7,4	16,7	22,6	26,8

Fonte: Censos industriais 1950, 1960, 1970 e 1980 in Frick 1991

Os estudos a respeito da distribuição espacial da indústria são, desde os anos 60, objeto de preocupação de economistas e geógrafos, que, entretanto, tratam o assunto sem consenso quanto à terminologia para designar o processo. Relacionados por Frick (1991:91-92), temos algumas das principais correntes que estudam esse fenômeno. Richardsom usa as expressões a) descentralização intra-regional, para expressar a fragmentação do centro em sub-centros regionais, e b) dispersão inter-regional para a formação desses sub-centros em locais que estão fora da região originária. Carlino usa, indistintamente, os termos descentralização, desconcentração e *spillover*, para expressar a saída de pessoas e empregos da região metropolitana em direção a lugares (no caso, condados nos EUA) adjacentes. *Spillover* é a fase de descentralização em que as forças que ergueram a área metropolitana ainda operam, só que agora seu campo de influência é mais amplo. Silva Leme afirma que a essência do significado de descentralização remete aos movimentos espaciais das indústrias se afastando da metrópole e distingue: a) a difusão ou saída do centro da metrópole com deslocamento para sua periferia,

como resultado do fortalecimento dos fatores aglomerativos, e b) a dispersão, ou saída da metrópole com deslocamento para localidades menores da região, cuja causa principal não é o fortalecimento desses fatores desaglomerativos, mas responde a outros motivos (por exemplo, a fragmentação de um grande mercado por adensamento da demanda). Stoper, ao comparar os casos do Brasil e EUA, diferencia a descentralização industrial (em ambos os casos frutos de uma estratégia administrativa das firmas) da descentralização da produção (que apenas seria um sub-produto da primeira). Para ele, dispersão indicaria deslocamentos motivados por outros fatores que não os desaglomerativos, contudo, não delimitariam as mudanças intra-regionais. Azzoni também diferencia descentralização industrial e descentralização da produção, com distinção entre localização da planta produtiva e do seu aparelho administrativo, onde apenas a produção seria deslocada a assentamentos menores desse entorno, entretanto as funções decisórias manter-se-iam no centro para otimizar as diversas economias de aglomeração existentes. No entanto, Azzoni usa indistintamente desconcentração e descentralização industrial. Hamer também não distingue desconcentração e descentralização industrial. Somente quando explica sua hipótese sobre a falta de espacialização industrial na RMSP, paradoxalmente, indica que uma causa do fenômeno seria a inércia locacional, o que poderia favorecer a desconcentração antes que a descentralização. Pecht baseia sua pesquisa a respeito da expansão industrial diferenciada no território paulista sobre o conceito de transbordamento industrial (da RMSP). Esse transbordamento decorreria do congestionamento na RMSP e dos investimentos em infra-estrutura e locais não muito distantes daquele centro.

O único consenso neste debate é que desconcentração e descentralização industrial expressam coisas diferentes. Centralização refere-se à integração das funções decisórias e concentração remete à ação física de agrupar-se em um ponto. Portanto, os opostos devem significar, para descentralização, a perda dos poderes decisórios pelo centro e desconcentração para indicar a mudança de posição das indústrias enquanto planta de produção, e, também, de população e emprego.

Assim, concordamos com Lencioni (1991:51-52)

A consolidação da dispersão da indústria a partir da capital é apenas uma aparente descentralização industrial, pois o fortalecimento desta implantação industrial no entorno da RMSP significa e, ao mesmo tempo acompanha, um processo de concentração e centralização das atividades econômicas. À medida que se consolida a dispersão da indústria ao redor da capital, o processo de concentração aparece descaracterizado dada a aparência menos densa de uma aglomeração em escala ainda maior. A nosso ver, o processo de concentração passa a ser obscurecido porque é apreendido como descentralização industrial; assim capta-se o processo como se fosse mero entorno ou transbordamento da capital, ficando o caráter de concentracionista do processo sócio-espacial encoberto.

Dessa maneira, a taxa anual de crescimento em algumas regiões no interior é resultado do processo da desconcentração da RMSP e não da descentralização da indústria paulista em escala regional, visto que os processos decisórios de investimentos e controle da valorização do capital ainda permanecem em São Paulo. Assim, o crescimento urbano de algumas porções do interior paulista que têm tido seu parque industrial aumentado, não se processa isoladamente, mas é resultado da ampliação dos efeitos da aglomeração, fundamentais na reprodução das condições gerais da reprodução do capital, que tende à homogeneização do espaço. O que se

assiste é a dispersão da dinâmica metropolitana pelo espaço, que agora não é mais exclusividade da metrópole. (LENCIONI, 2004).

Segundo Lencioni (1991:11), o entendimento da cidade-região

Se funda na busca de compreensão de um processo histórico no qual na metamorfose da forma social da produção industrial se gesta uma metamorfose na forma espacial da cidade que agora assume uma outra dimensão territorial: a da região. Esta cidade-região está relacionada à dispersão territorial da indústria e à concentração territorial das indústrias inovadoras e mais dinâmicas. Está relacionada ao processo de metropolização do espaço e imprime características metropolitanas- que até então eram particulares e exclusivas da metrópole- a outros espaços. Está relacionada, também, à revolução da informática e das comunicações, ao desenvolvimento de determinadas condições gerais de produção, às transformações no mundo do trabalho e, para não alongarmos, ainda mais, relacionada [...] à reestruturação produtiva.

O processo de desconcentração da metrópole paulistana indica, por sua vez, o reforço da metrópole, e não o seu enfraquecimento. Enfim, conceitualmente, utilizaremos, para expressar o processo verificado na Região Metropolitana de São Paulo, o conceito de desadensamento da metrópole. Esse conceito contribui enormemente para a consolidação da cidade-região de São Paulo, conforme Lencioni (1991) esclarece, de maneira que, ao utilizá-lo, além de expressarmos o processo de instalação industrial em curso, expressemos, também, todo um conjunto de fatores, eventos, processos e movimentos relacionados à constituição, ampliação e reestruturação da RMSP, como processo de metropolização do espaço que não é mais exclusivo da região metropolitana institucionalizada.

A formação da cidade-região de São Paulo se realiza tendo como elemento fundamental a dispersão das condições gerais de produção neste território por meio da metropolização do espaço.(LENCIONI, 2007),

Como metropolização, queremos designar

um conjunto de processos que privilegiam as grandes dimensões urbanas marcadas pelas transformações do sistema produtivo aprendido a nível internacional e mundial que conduz a organizações e às recomposições territoriais novas, tanto no plano internos dos conjuntos urbanos que lhes dizem respeito, quanto relativos as suas relações internas (LACOURT, 1999:64 apud LENCIONI, 2008).

A dispersão das atividades econômicas e sociais e a densidade populacional mais baixa que a metrópole, por causa do seu espraiamento territorial, torna os limites territoriais da cidade-região difusos. Se essa for analisada somente em uma perspectiva topográfica, a composição das suas características mais relevantes podem não identificá-la como um território passível de ser compreendido como um todo, já que aparecerão fragmentados e desconexos territorialmente. A cidade-região só pode ser apreendida em sua totalidade por meio de uma perspectiva multiescalar (LENCIONI, 2008)

A metrópole, como fenômeno espacial urbano, está associada à forma organizacional do espaço das cidades modernas, enquanto a cidade-região é a manifestação espacial da metrópole contemporânea. Assim, os métodos de análise que explicam as metrópoles modernas são insuficientes para explicar o fenômeno da cidade-região.

Segundo Lencioni (2008), as principais diferenças entre a metrópole moderna e a metrópole contemporânea são as seguintes:

Tabela 4 - Diferenças entre a metrópole moderna e a metrópole contemporânea

	MODERNA	CONTEMPORÂNEA
Processo	Urbanização	Metropolização
Aglomeração	Concentrada	Dispersa
Espaço	Espaço dos lugares/ Espaço dos fluxos	Espaço dos fluxos/ Espaço dos lugares
Extensão territorial	Metrópole coesa	Metrópole difusa
População/superfície	Alta densidade	Densidade em declínio
Forma	Contínua	Fragmentada
Mobilidade	Integração no percurso	Percurso sem integração
Desenho	Crescimento radiocêntrico	Crescimento mais linear
Limites	Definidos	Indefinidos
Dentralidade	Policêntrica	Intensificação da Policentralidade
Renovação urbana	Planos de recuperação	Planos estratégicos
Redes	Hierárquicas	Anastomosadas
Capital	Produção	Gestão

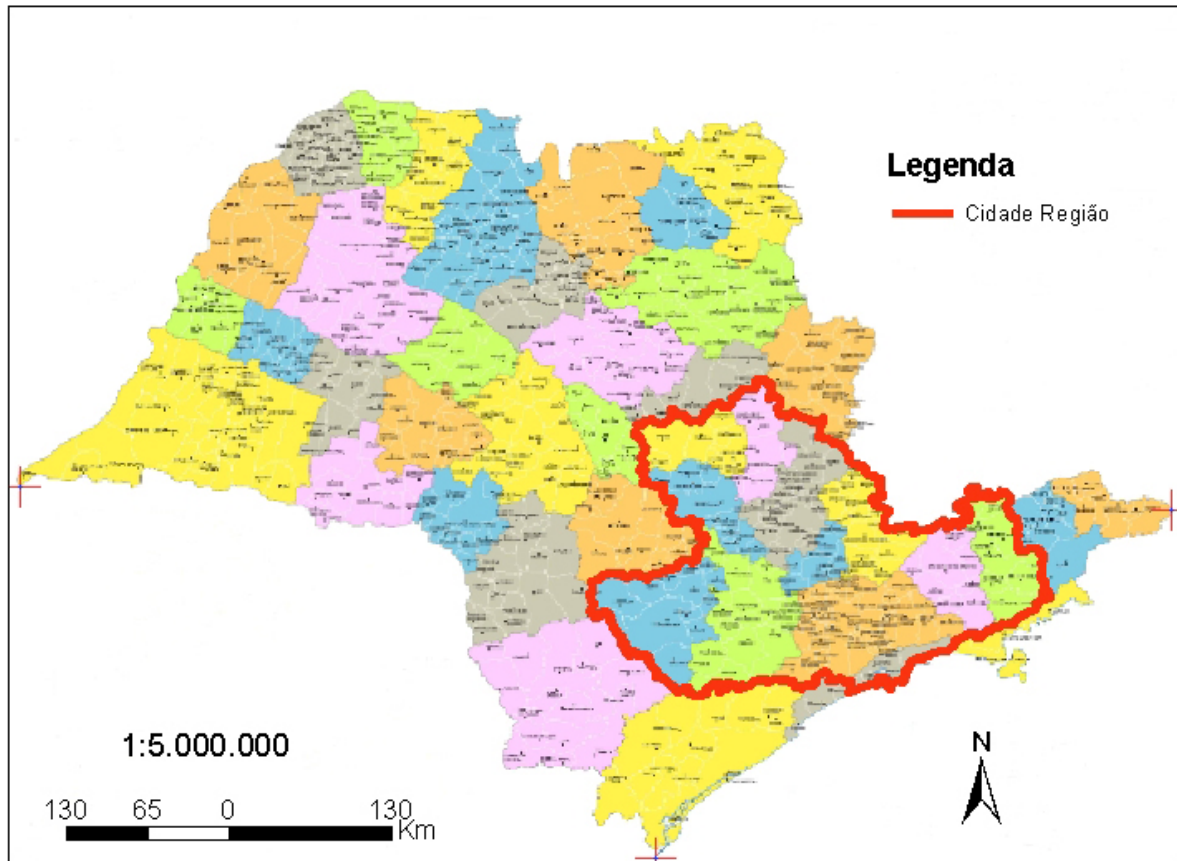
Fonte: Lencioni, 2008

A investigação das características da cidade-região de São Paulo ainda requer um método mais apropriado. Na ausência desse, utilizamos, nesse trabalho, um referencial institucional, por meio do qual procuramos estabelecer os parâmetros que permitam delinear os fenômenos ali ocorrentes.

A cidade-região de São Paulo é formada pelas seguintes regiões de governo do Estado de São Paulo: Região de Governo de Bragança Paulista, de Campinas, de Itapetininga, de Limeira, de Piracicaba, de Rio Claro, de Santos, de São José dos Campos, de Sorocaba, de Taubaté e pela Região metropolitana de São Paulo Apresenta, portanto, diferenças em relação à Macrometrópole estabelecida, pela EMPLASA.

A cidade-região de São Paulo abriga uma população de 30.444.339 pessoas, equivalente a 74,0% do total do Estado, segundo estimativa do SEADE para 2008. Segundo o mesmo órgão, participa com 82,08 % do total do PIB do Estado, com um montante de 658.744,85 milhões de reais.

Mapa 2: A Cidade-região de São Paulo.



Fonte: Lencioni, 2003.

4- O PLANO REAL.

4.1. O PAPEL DA MOEDA NA ECONOMIA MODERNA

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), nos primeiros 40 anos do século XX, era incipiente e se resumia ao Banco do Brasil, o que levou Said (2005) a afirmar que esse não foi, até aquela época, nem sistema nem nacional.

Após esse período, a dinamização da economia brasileira deu novas características ao SNF e muitos trabalhos a seu respeito foram produzidos desde então. Entretanto, Crocco e Jayme Jr. (2006) denunciam que tanto no Brasil como em outros países, a moeda sempre foi relegada ao segundo plano nos estudos de economia regional e de geografia. Entre os geógrafos, os autores associam a ausência do estudo da moeda ao fato desses focalizarem os estudos preponderantemente em pontos fixos de produção, caracterizados por serem tangíveis e estáticos. Entre os economistas, os autores apontam o “fato da maioria dos pesquisadores em economia regional apoiar-se no arcabouço teórico neoclássico no qual a moeda é neutra a longo prazo” (p12). De fato, há uma escassez de literatura que aponte a moeda como um fator importante na economia regional, o que corrobora com a afirmação dos autores.

Em Marx (1971), encontramos um debate a respeito da moeda. Para o pensador alemão, a moeda só pode ser entendida no conjunto das relações econômicas. Assim,

na medida em que a moeda constitui uma engrenagem do capitalismo, o seu papel depende das funções no conjunto das relações econômicas que caracterizam o capitalismo. Sendo, segundo Marx, uma relação social de produção, a moeda no sistema capitalista parte das relações capitalistas de produção. Ela participa, contudo, nessas relações à sua maneira,

subsistindo sob sua forma de moeda, e o problema monetário consiste justamente em saber o que significa esta estranha maneira de ser da moeda, inseparável e distinta das outras relações características do capitalismo” (Brunhoff, 1978:13)

Em Marx, a moeda tem funções bem definidas no processo capitalista, a saber:

- A moeda como medida de valor. A princípio, tendo o lastro no ouro, a moeda (como forma assumida pelo dinheiro) designa o valor que todas as demais mercadorias têm;
- A moeda como meio de circulação. Sendo o equivalente geral de todas as demais mercadorias, a moeda é o meio pelo qual todas as mercadorias circulam;
- A moeda como instrumento de entesouramento. Sendo a medida de valor de todas as demais mercadorias e o instrumento pelo qual as trocas se realizam, o acúmulo de moedas dá ao seu possuidor a potencialidade de obter qualquer mercadoria, trocando o dinheiro que possui pela mercadoria que necessita, a qualquer tempo.

Essas características da moeda são compreendidas pela sociedade como válidas para o estabelecimento das relações que nela operam. Sua aceitação como padrão monetário convencional necessita de uma validade geral que acaba sendo regulada pelo Estado. Essa regulação se realiza coercitivamente, sendo que só o estado pode emitir o papel moeda. “A coerção do Estado vigora apenas na esfera interna da circulação contida dentro das fronteiras de uma comunidade, e só nela desempenha o dinheiro plenamente sua função de meio de circulação” (MARX, 1971:143). É necessário, portanto, que o valor de uma moeda seja reconhecido por

outra comunidade, de maneira que se possa estabelecer uma equivalência para que as trocas se realizem externamente. Assim, o valor de uma moeda deve ser estável para que as trocas internas e externas se realizem sem sobressaltos.

Autores pós-keyensianos exercem uma forte crítica ao pensamento neoclássico de que a moeda é neutra em uma economia, reduzida às suas funções.

Keynes constrói um arcabouço teórico em que trabalha o conceito de economia monetária sendo aquela em “que a moeda afeta motivações e comportamentos dos agentes econômicos, tanto no curto como no longo tempo. A moeda não é vista apenas como facilitador de troca, o lubrificante da roda do comércio” (CARVALHO, 2006:29)

[...]. para Keynes, não é apenas a existência de uma moeda com características modernas, e das instituições que a acompanham, que altera as possibilidades e as oportunidades abertas aos agentes, permitindo-lhes criar arranjos produtivos inacessíveis à comunidade menos sofisticada, mas também muda as perspectivas pelas quais esses agentes encaram a sua vida econômica, ao mudar suas oportunidades de acumulação de riqueza. A própria tese pela qual Keynes é reconhecido, a da possibilidade de uma deficiência na demanda efetiva levar a economia de um estado de depressão e desemprego, se deve ao papel especial da moeda nessa classe de economia.

A investigação realizada por Keynes a respeito das razões pelas quais os agentes econômicos preferem reter moedas e bens, levou-o a considerar uma variável até então não notada por outros estudiosos: “a incerteza que cerca o futuro dos indivíduos que vivem em uma economia moderna” (CARVALHO, 2006:32). Essa visão sobre a economia moderna considera que as transações financeiras não se utilizam apenas da moeda como meio de circulação, mas, também, de contratos, que surgem como instrumento de mitigação das incertezas do mercado. Dessa maneira, a moeda, que serve como unidade de conta em um contrato, também é o

meio de pagamento para a liquidação desse. Assim, uma moeda estável é imprescindível para o funcionamento das economias modernas, já que a imprevisibilidade do valor de uma moeda instável é um impeditivo para a firmação de contratos que devem ser liquidados a um longo prazo (CARVALHO, 2006).

A inflação (e também a deflação)

[...]destrói a moeda sequencialmente, primeiro debilitando sua capacidade de servir como reserva de valor [...] e, em seguida prejudicando sua utilidade como unidade de conta [...] e, por fim, reduzindo sua capacidade como meio de pagamento (FRANCO, 1995:29-30)

fazendo ruir um sistema de contratos. A partir dessa visão, a moeda é um elemento do processo produtivo que a torna mais do que um instrumento facilitador do consumo (CARVALHO, 2006).

4.2- A REFORMA MONETÁRIA

A instabilidade monetária ocasionada por um regime econômico de um estado que convive com alta inflação é, por sua vez, um obstáculo para o desenvolvimento econômico desta nação. É o que o Brasil presenciou no fim dos anos 80 e na primeira metade dos anos 90

A característica principal da inflação brasileira dos anos 80 e 90, segundo Franco (1995), é o fato de que o sistema monetário e financeiro esteve aparelhado de maneira que pode conviver pacificamente com a inflação alta, sugerindo uma “enganosa sensação de normalidade ensejada pela nossa extraordinariamente elaborada tecnologia para conviver com ela” (FRANCO, 1995:17).

**Tabela 5 - Índice nacional de preços ao consumidor amplo- IPCA
no período 1980-1994**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO NO ANO
1980	6,62	4,62	6,04	5,29	5,70	5,31	5,55	4,95	4,23	9,48	6,67	6,61	99,27%
1981	6,84	6,40	4,97	6,46	5,56	5,52	6,26	5,50	5,26	5,08	5,27	5,93	95,65%
1982	6,97	6,64	5,71	5,89	6,66	7,10	6,36	5,97	5,08	4,44	5,29	7,81	104,80%
1983	8,64	7,86	7,34	6,58	6,48	9,88	10,08	9,11	10,30	8,87	7,38	8,68	163,99%
1984	9,67	9,50	8,94	9,54	9,05	10,08	9,72	9,35	11,75	10,44	10,53	11,98	215,27%
1985	11,76	10,87	10,16	8,20	7,20	8,49	10,31	12,05	11,12	10,62	13,97	15,07	242,24%
1986	14,37	12,72	4,77	0,78	1,40	1,27	1,71	3,55	1,72	1,90	5,45	11,65	79,65%
1987	13,21	12,64	16,37	19,10	21,45	19,71	9,21	4,87	7,78	11,22	15,08	14,15	363,41%
1988	18,89	15,70	17,60	19,29	17,42	22,00	21,91	21,59	27,45	25,62	27,94	28,70	980,22%
1989	37,49	16,78	6,82	8,33	17,92	28,65	27,74	33,71	37,56	39,77	47,82	51,50	1.972,91%
1990	67,55	75,73	82,39	15,52	7,59	11,75	12,92	12,88	14,41	14,36	16,81	18,44	1.620,96%
1991	20,75	20,72	11,92	4,99	7,43	11,19	12,41	15,63	15,63	20,23	25,21	23,71	472,69%
1992	25,94	24,32	21,40	19,93	24,86	20,21	21,83	22,14	24,63	25,24	22,49	25,24	1.119,09%
1993	30,35	24,98	27,26	27,75	27,69	30,07	30,72	32,96	35,69	33,92	35,56	36,84	2.477,15%
1994	41,31	40,27	42,75	42,68	44,03	47,43	6,84	1,86	1,53	2,62	2,81	1,71	916,43%

Fonte: IBGE, 2009

Entretanto, os altos índices de inflação deterioravam a moeda corrente e atrofiavam as tentativas de fazer avançar o desenvolvimento econômico nacional brasileiro. Os governos que se sucederam após a redemocratização brasileira em 1984 fizeram enormes tentativas para conter a inflação¹², todas frustradas.

No início da década de 90, o então presidente Fernando Collor de Mello, envolvido em um esquema de corrupção, foi afastado da presidência em 2 de outubro de 1992 e teve o processo de *impeachment* aprovado pelo senado no dia 29 de dezembro daquele ano. No seu lugar, assumiu o vice Itamar Franco, que nomeou o então senador Fernando Henrique Cardoso Ministro da Fazenda. O trabalho do novo ministro diagnosticou que a “inflação decorria de dois fatores básicos: o

¹² De 1986 a 1992, foram implantados os planos Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), e os Planos Collor I (1990) e II (1991).

desequilíbrio das contas públicas e a indexação generalizada dos preços, ou seja, do déficit público e da inércia” (FILHO, 2001:2-3). Partindo desta premissa, o Ministro de Fazenda lançou mão de um plano que, visando à estabilidade duradoura dos preços, propunha uma mudança nos regimes fiscais e monetário: O Plano Real (FILHO, 2001).

Em meados de 1993, a inflação estava em torno de 30% ao mês. A equipe econômica então elaborou o Plano de Ação Imediata – PAI -, direcionado para a melhoria das contas públicas¹³, que preparou as bases para a implementação do Plano Real

O Plano Real foi lançado em dezembro de 1993 e implementado em três fases:

1ª- O ajuste fiscal- buscou os cortes orçamentários e criou o Fundo Social de Emergência;

2ª- Introdução de um novo sistema de indexação, a Unidade Real de Valor- URV; e

3ª- introdução do Real (R\$) como nova Moeda¹⁴

O Plano Real reformulou o Sistema Financeiro Nacional¹⁵ (SFN) para que pudesse atingir os seus objetivos, visto que o SFN, até então, era muito frágil e sua

¹³ O PAI “previa o corte de US\$6 bilhões nos gastos públicos, abrangendo todos os ministérios; recuperação da receita tributária, mediante aprovação da lei de regulamentação de IPMF e do combate à sonegação, com a mobilização da opinião pública e pleno uso dos instrumentos de fiscalização que a lei facultava à Receita Federal; fim da inadimplência dos estados e dos municípios em relação à dívida com a União; controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; saneamento dos bancos federais e privatização” (RODRIGUES, 2004; 97)

¹⁴ Introduzido pela Medida Provisória nº 542, de 30/06/1994.

¹⁵ “O Sistema Financeiro Nacional pode ser definido como o conjunto de: a) instituições normatizadoras governamentais, e b) mercados financeiros representados por instituições operativas – instituições financeiras (1) monetárias ou captadoras de depósitos a vista, (2) de crédito, (3) de capitais (4) de câmbio, (5) de seguro e previdência” (SAID, 2005:16)

reforma implicou significativas mudanças na base produtiva da nossa economia, como veremos adiante (SAID, 2005).

Barros e Loyola e Bogdanski (1998) apud Said (2005), identificaram o ajuste o SFN em três fases¹⁶:

1ª- O processo de transferência do controle acionário entre instituições financeiras privadas, concomitante com o ajuste na legislação pertinente e a criação do PROER (vai do início do Plano Real até meados de 1996);

2ª- ajuste das instituições financeiras públicas e o ingresso de bancos estrangeiros na economia brasileira (iniciada em meados de 1996), e

3ª- reforma do modelo operacional dos bancos brasileiros.

Segundo Franco (1995), dentre os economistas modernos é bem comum a definição de três funções básicas da moeda: I- a de servir como meio de pagamento; II- a de permitir a transferência no tempo do poder de compra, ou seja, a de servir como reserva de valor, e III- a de oferecer à economia uma unidade de conta para se referenciar a valores. Os economistas idealizadores do Plano Real, André de Lara Resende e Pêrsio Arida, apostaram na manipulação das propriedades da moeda para conter a inflação. A engenharia econômica que realizaram foi a criação da URV para instituir um índice único de indexação, definindo-o como uma unidade de conta oficial, já tendo a função monetária da moeda de conta. Ao passo que a moeda antiga era corroída pela inflação, a unidade de conta corria separada, livre do

¹⁶ A configuração atual do SFN foram norteadas pelos seguintes dispositivos legais: a) regimes especiais – Lei nº 6.024 de 13/03/74 e Decreto Lei 2321 de 25/02/87- até o segundo semestre de 1994, o Banco Central só tinha estes dois dispositivos para intervir nas instituições financeiras. Após este período, foram implementadas: b) flexibilização das regras para a privatização das instituições financeiras -Medida Provisória 1182 de 17/11/95-; c) criação do Fundo garantidor de Crédito- Resolução nº 2211 de 16/11/95; d) criação do Programa de Estímulo à reestruturação e Fortalecimento do sistema Financeiro- PROER- através da Medida Provisória 1179 de 03/11/95; e) criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária- PROES- através da Medida Provisória 1514/96, atual Lei 10.661 de 22/04/03; f) Incentivo para Fusões e Aquisições – Circular 2502 de 26/10/94-; g) permissão do ingresso, participação ou aumento de capital estrangeiros na economia- aplicação da Lei 4131/62.(SAID,2005).

processo inflacionário. Quando o real foi instituído, a unidade de conta juntou-se novamente às outras funções da nova moeda. Essa engenharia permitiu que a inflação ficasse, após a implantação do Plano Real, em índice muito abaixo do qual se encontrava no momento anterior

Tabela 6 - Índice nacional de preços ao consumidor amplo- IPCA no período 1994-2008

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1994	41,31	40,27	42,75	42,68	44,03	47,43	6,84	1,86	1,53	2,62	2,81	1,71	916,43%
1995	1,70	1,02	1,55	2,43	2,67	2,26	2,36	0,99	0,99	1,41	1,47	1,56	22,41%
1996	1,34	1,03	0,35	1,26	1,22	1,19	1,11	0,44	0,15	0,30	0,32	0,47	9,56%
1997	1,18	0,50	0,51	0,88	0,41	0,54	0,22	-0,02	0,06	0,23	0,17	0,43	5,22%
1998	0,71	0,46	0,34	0,24	0,50	0,02	-0,12	-0,51	-0,22	0,02	-0,12	0,33	1,66%
1999	0,70	1,05	1,10	0,56	0,30	0,19	1,09	0,56	0,31	1,19	0,95	0,60	8,94%
2000	0,62	0,13	0,22	0,42	0,01	0,23	1,61	1,31	0,23	0,14	0,32	0,59	5,97%
2001	0,57	0,46	0,38	0,58	0,41	0,52	1,33	0,70	0,28	0,83	0,71	0,65	7,67%
2002	0,52	0,36	0,60	0,80	0,21	0,42	1,19	0,65	0,72	1,31	3,02	2,10	12,53%
2003	2,25	1,57	1,23	0,97	0,61	-0,15	0,20	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	9,30%
2004	0,76	0,61	0,47	0,37	0,51	0,71	0,91	0,69	0,33	0,44	0,69	0,86	7,60%
2005	0,58	0,59	0,61	0,87	0,49	- 0,02	0,25	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	5,69%
2006	0,59	0,41	0,43	0,21	0,10	- 0,21	0,19	0,05	0,21	0,33	0,31	0,48	3,14%
2007	0,44	0,44	0,37	0,25	0,28	0,28	0,24	0,47	0,18	0,30	0,38	0,74	4,45%
2008	0,54	0,49	0,48	0,55	0,79	0,74	0,53	0,28	0,26	0,45	0,36	0,28	5,90%

Fonte: IBGE, 2008

O Plano Real aparece no contexto da história econômica brasileira como uma iniciativa do Estado em favor do desenvolvimento do capital. Da mesma maneira que os Estados do centro capitalista promoveram os ajustes econômicos que permitiram ao capital entrar em uma nova fase de valorização, o Estado brasileiro também o fez, promovendo os ajustes necessários para que a economia brasileira pudesse ser inserida com um novo papel no cenário econômico internacional. Mais uma vez, o Estado aparece como um elemento de extrema importância para a reprodução

capitalista. O Plano Real contribuiu para remover os entraves que o capital encontrava para a sua reprodução na economia brasileira. Foi o instrumento criado pelo Estado brasileiro para atender as novas necessidades da reprodução capitalista características do processo de acumulação flexível. O modelo de adequação econômica adotado pelo Brasil incluiu os seguintes elementos centrais, segundo Batista Jr, (1996)

- Uso da taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação;
- Abertura da economia às importações, por meio da drástica redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias;
- Abertura financeira externa, com adoção inclusive de políticas de estímulo à entrada de capitais externos de curto prazo;
- Medidas de desindexação da economia; ajuste fiscal e austeridade monetária, e
- Venda de empresas públicas.

O processo de privatização desencadeado pelo Plano Real possibilitou o ingresso de grandes somas de capital estrangeiro na economia brasileira. Em 1996, o Brasil recebeu US\$11,1 bilhões em investimentos diretos de multinacionais, dos quais US\$3,108 bilhões foram dirigidos para a aquisição de empresas. Já em 1997, o investimento direto de capital estrangeiro alcançou o volume de US\$16,3 bilhões, sendo que deste montante, US\$10, 296 bilhões foram direcionados para a fusão ou aquisição do controle de companhias brasileiras (SAID, 2005).

Os resultados do Plano Real foram impactantes na conjuntura econômica e social brasileira¹⁷. A reforma do SFN ocasionou uma disparidade regional em termos

¹⁷ Rodrigues (2004), resumiu assim os resultados do Plano Real no sistema financeiro: “queda da inflação de um patamar de 50,75% em junho de 1994 para 0,82% em setembro do mesmo ano. O aumento acumulativo dos preços em 1994 foi de 1.340%, enquanto em 1995 caiu para 46,17%. Em 1998, o índice caiu para 1,7%. Dessa forma, o plano conseguiu atingir o seu principal objetivo, reduzindo significativamente a inflação e acabando

de funcionamento do sistema financeiro (CROCCO & JAIME JR, 2006) que teve perversas implicações no desenvolvimento regional da economia brasileira.

Segundo Amado (2006), há uma tendência de maior preferência pela liquidez na periferia do que no centro de uma economia (consequência da maior incerteza e dos arranjos institucionais menos desenvolvidos). “Os bancos são de fundamental importância nesta história, pois são eles os principais criadores de liquidez” (p.150).

Dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos dos centros tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a velocidade da base de informações é menor. Contudo, isso representa dois problemas fundamentais em termos regionais; a) esses projetos, normalmente, mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, dessa forma apresenta maiores coeficientes de importação que projetos da própria região periférica, reduzindo, dessa forma, tanto os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários; e b)esses projetos tendem a usar com mais intensidade ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos nas contas de capitais que se refletem num menor multiplicadores monetários” (AMADO, 2006:152)

Assim, segundo o mesmo autor, os efeitos da concentração bancária têm implicações diretas na acentuação das desigualdades regionais e tende a acentuar também a concentração industrial em favor das indústrias do centro.

A região sudeste brasileira concentra 58% dos estabelecimentos do sistema financeiro. Junto com a região sul, soma 78%, sendo que somente o estado de São Paulo concentra 32%. Em contraposição, a região nordeste possui apenas 9,4% dessas instituições e 44% dos municípios da região não possuem agências bancárias

com sua inércia; aumento da renda real dos grupos de renda mais baixa com o conseqüente aumento de consumo dessa classe; nos primeiros meses, verificou-se uma queda da taxa de câmbio nominal, que passou de R\$0,931/US\$ em junho de 1994 para R\$0,842/US\$ em novembro de 1994, no sistema bancário, contínua busca pela redução de custos, adequação dos *spreads* e da alternativa de receitas em substituição aos ganhos inflacionários, com o aumento das receitas de operações de crédito e dos ganhos com tarifas; a expansão das operações de crédito, sem a devida análise do risco, implicou o aumento da inadimplência no setor bancário; aumento das taxas de juros e das restrições do crédito; saneamento e capitalização das instituições financeiras públicas federais; e o saneamento e redução do número de bancos estaduais (104,105)

ou posto de atendimento bancário. Se compararmos os créditos, em 2003 a região sudeste possuía 75,6% do total de crédito concedido, contra 1,6% da região norte e 6,6% da região nordeste (AMADO, 2006)

Vemos, então, que a reforma do sistema financeiro nacional serviu para acentuar a disparidade econômica regional já existente no Brasil e em conjunto com as outras medidas adotadas no Plano Real.

4.3 O PLANO REAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE-REGIÃO DE SÃO PAULO.

A reforma instaurada pelo real trouxe grandes implicações no desenvolvimento da metrópole paulista. A abertura da economia, iniciada no Governo Collor, e a valorização do real, incentivaram as importações, provocando uma mudança na esfera produtiva, com redução do valor adicionado local. A abertura da economia, com a eliminação de restrições a importações e a redução das alíquotas de importação significaram um enorme desafio para a indústria brasileira. Na ânsia de abrir a economia, as tarifas de importação caíram de 55% no final dos anos 80, para cerca de 15%, em meados de 90 (LACERDA, 2001:26). O resultado imediato foi o aumento das importações e a consequente queda do saldo comercial.

Tabela 7 - Aumento das importações em números absolutos (em U\$)

Ano	Valor das importações
1993	25 bilhões
1994	33 bilhões
1995	49,9 bilhões
1996	53 bilhões

Fonte: Lacerda, 2001

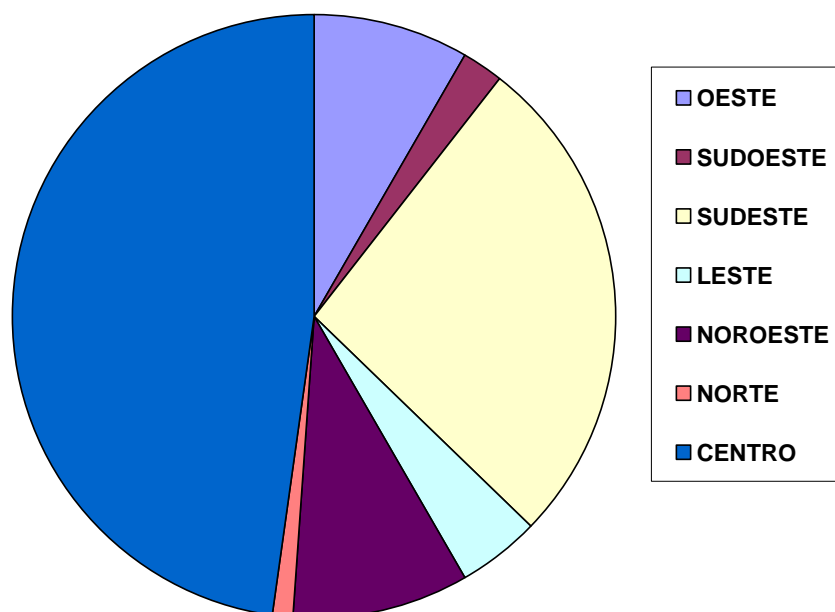
No período indicado na tabela, as importações brasileiras cresceram 112% em apenas três anos, enquanto as exportações cresceram apenas 24% e o saldo comercial positivo de 13,3 bilhões em 1993, transformou-se em um déficit de 5,5 bilhões em 1996. (LACERDA, 2001).

A indústria brasileira, em especial a da RMSP, sofreu impactos muito fortes diante dessa nova situação. Primeiro, fazemos uma análise dos efeitos do Plano Real no interior dos limites administrativos da RMSP para, em seguida, estendê-la à cidade-região.

A participação das sub-regiões da grande São Paulo estava distribuída em 1994, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 5

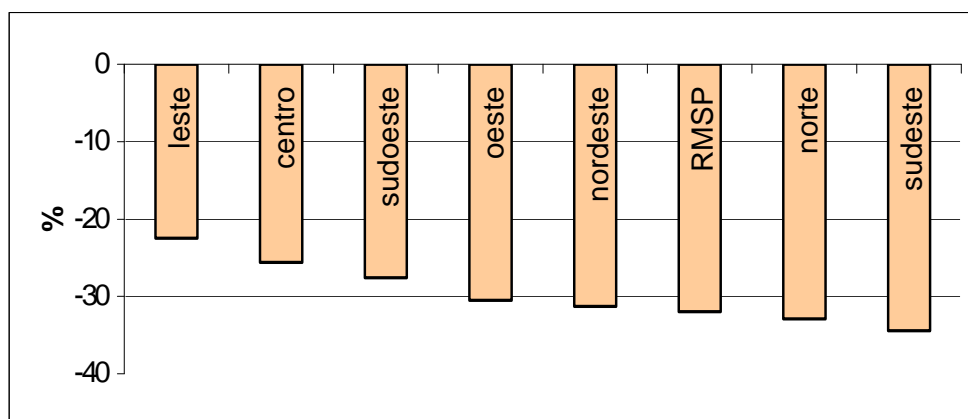
PARTICIPAÇÃO DAS SUB-REGIÕES NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA RMSP EM 1994



Fonte: SEADE-SP- 2004
Elaboração: Wagner Constantino

Após a implementação do Plano Real, o valor adicionado¹⁸ composto pelos 39 municípios que compõem a RMSP institucional caiu, no período 1994/1995, em 31,96%, mas seu impacto foi diferente em cada sub-região, como podemos observar no gráfico 6:

Gráfico 6 - Variação do valor adicionado no período 1994/1995 segundo as sub-regiões (em porcentagem)



Fonte: SEADE-SP- 2008
Elaboração: Wagner Constantino

Ocorreu, ainda, que alguns municípios tiveram uma queda do valor adicionado muito acima da média, como mostra a tabela 8:

Tabela 8 - Municípios que mais tiveram queda no valor adicionado no período 1994/1995

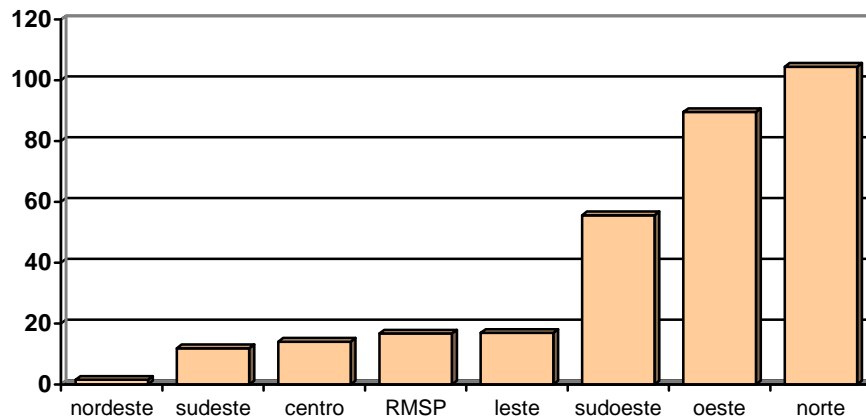
Município	Variação %
São Lourenço da Serra	-72,53
Jandira	-72,23
Pirapora do Bom Jesus	-62,22
Franco da Rocha	-57,24
Santa Isabel	-42,86

Fonte: SEADE-SP- 2008
Elaboração: Wagner Constantino

¹⁸ Valor adicionado fiscal: constitui-se em variável importante como indicador da produção municipal. Corresponde para cada município, ao valor das saídas das mercadorias, acrescido do valor de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadoria em ano civil. O valor adicionado é utilizado pela secretaria de Estado dos negócios da Fazenda como um dos critérios para a definição do índice de Participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

Após esse período, inicia-se um processo de recuperação que ocorre de forma irregular na metrópole. Ocorre que as sub-regiões sudeste, que sempre foram dinâmicas economicamente na metrópole, junto com as sub-regiões nordeste, sudeste, leste e centro apresentam uma taxa de recuperação muito abaixo das taxas verificadas nas demais sub-regiões, como mostra o gráfico 7:

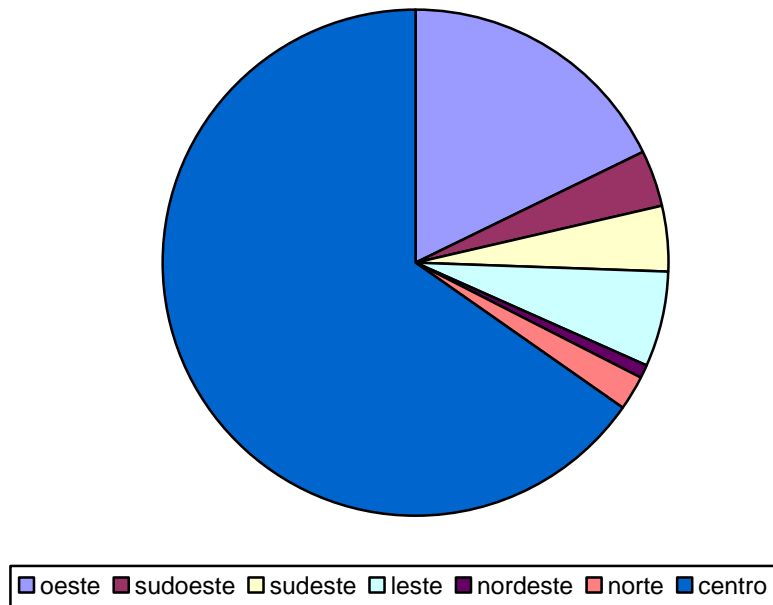
Gráfico 7- Evolução do valor adicionado segundo as sub-regiões, em porcentagem- 1995-2007



Fonte: SEADE-SP- 2007
Elaboração: Wagner Constantino

O que se pode notar é que o Plano Real marcou um corte profundo na reestruturação metropolitana paulista, acelerando o processo de desconcentração metropolitana que estava em curso.

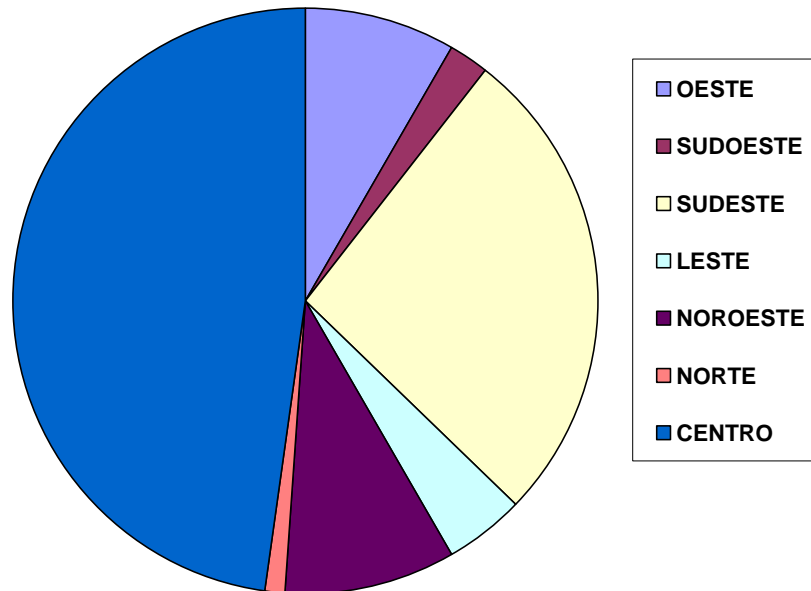
Gráfico 8 - Participação das sub-regiões no valor adicionado da RMSP- 2007



Fonte: Seade, 2009
Elaboração: Wagner Constantino

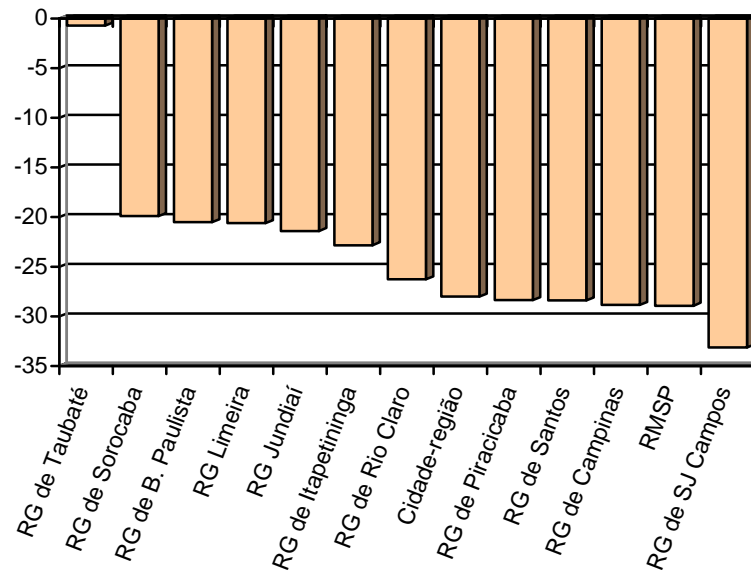
A comparação do gráfico 8 com o gráfico 5 (novamente reproduzido abaixo para facilitar a consulta) mostra a mudança na participação dos municípios da RMSP no valor adicionado, com o reforço do município de São Paulo como centro de produção de riqueza.

Gráfico 5

PARTICIPAÇÃO DAS SUB-REGIÕES NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA RMSP EM 1994

Entretanto, avaliar somente o movimento que ocorre na RMSP não elucida a reestruturação econômica que se processa, pois essa não está restrita a essa localidade, mas, sim, está expandido na cidade-região de São Paulo. Da mesma maneira que o Plano Real implicou uma queda brusca do valor adicionado da RMSP, também afetou a produção nas demais regiões de governo da cidade-região, conforme mostra o gráfico abaixo:

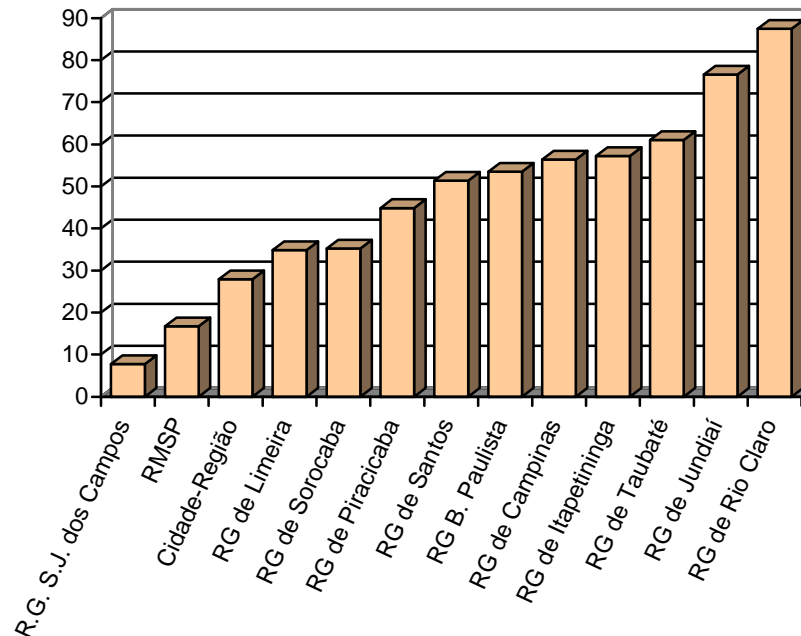
Gráfico 9 - Variação do valor adicionado no período 1994/1995 segundo as Regiões de Governo da Cidade-Região



Fonte: SEADE, 2009
Elaboração: Wagner Constantino

Desde 1995, as regiões de governo da cidade-região vêm apresentando uma recuperação do valor adicionado total nelas produzido, em um movimento de reestruturação produtiva que dá uma nova configuração à economia regional, conforme vemos no gráfico 10.

Gráfico 10 - Evolução do valor adicionado total na Cidade-região de São paulo, segundo as regiões de Governo- 1995-2007 (em porcentagem)



Fonte: SEADE, 2009
Elaboração: Wagner Constantino

Esse gráfico deixa claro o potencial de recuperação do valor adicionado na cidade-região São Paulo. Exceto a Região de Governo de São José dos Campos, todas as demais apresentaram um potencial de recuperação maior que a RMSP, com destaque para as regiões de governo de Jundiaí e Campinas

Os efeitos da reestruturação econômica apresentados nos gráficos acima podem ainda ser melhores entendidos se compararmos como ficou a distribuição dos números de estabelecimentos industriais na cidade-região, segundo as regiões de governo que a compõem:

Tabela 9 - Número de indústrias segundo as regiões de governo que formam a Cidade região de São Paulo 1994-2006

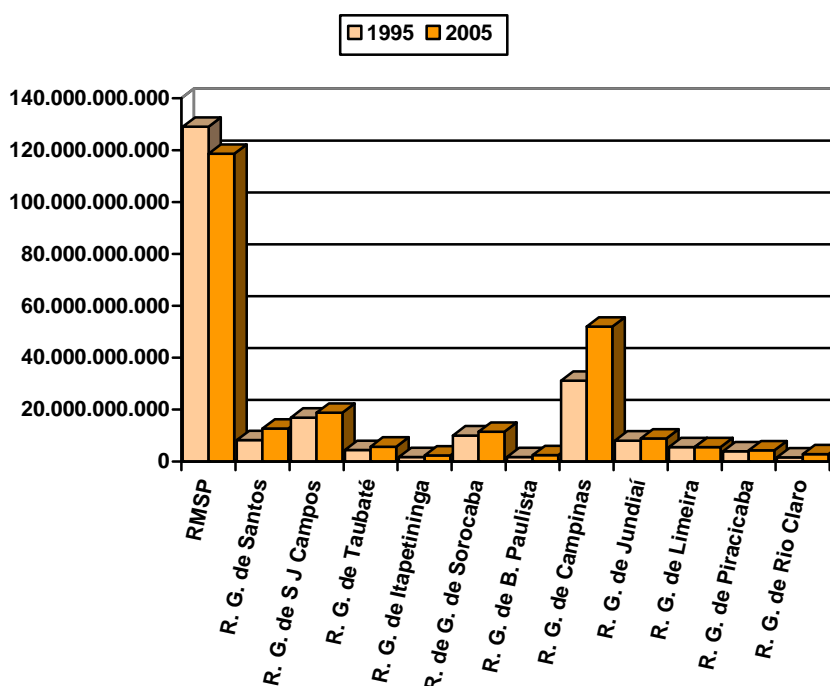
Localidade	1995	2006
Região Metropolitana de São Paulo	42.158	42.737
Região de Governo de Santos	1.377	1.156
Região de Governo de São José dos Campos	964	1.304
Região de Governo de Taubaté	670	801
Região de Governo de Itapetininga	645	865
Região de Governo de Sorocaba	2.216	3.107
Região de Governo de Bragança Paulista	1.367	1.834
Região de Governo de Campinas	5.632	7.761
Região de Governo de Jundiaí	1.500	2.063
Região de Governo de Limeira	1.430	2.257
Região de Governo de Piracicaba	1.230	1.667
Região de Governo de Rio Claro	586	838
TOTAL DA CIDADE-REGIÃO	59.775	66.390

Fonte: SEADE, 2008

Elaboração: Wagner Constantino

Na cidade-região, o número de estabelecimentos industriais aumentou 18,81% no período 1994-2006. Ocorre que a RMSP também apresentou um aumento nesta variável de 7,07%. Percebe-se que não há um movimento de desindustrialização da RMSP, mas há, sim, uma reestruturação econômica que só pode ser apreendida se consideradas as mudanças que acontecem na cidade-região de São Paulo como um todo. A reestruturação econômica se realiza, também, com uma modificação espacial da distribuição dos estabelecimentos industriais. Essa reestruturação implica efeitos diretos na produção industrial de cada região de governo, como mostra a tabela 9.

Gráfico 11 - Evolução do valor adicionado na indústria na Cidade-Região de São paulo, segundo as regiões de governo 1995-2005 (em porcentagem)



Fonte: SEADE,2009
Elaboração: Wagner Constantino

Tabela 10 - Variação do valor adicionado Total na cidade região de São Paulo, segundo as regiões de Governo que a compõe, no período 1995-2007

Localidade	1995	2007
Região de Governo de Bragança Paulista	2.997.248.369	4.599.938.598
Região de Governo de Campinas	49.174.605.915	76.918.204.400
Região de Governo de Itapetininga	2.931.811.541	4.609.094.354
Região de Governo de Jundiaí	12.412.165.985	21.943.577.264
Região de Governo de Limeira	7.520.642.324	10.138.932.117
Região de Governo de Piracicaba	5.654.249.108	8.189.729.915
Região de Governo de Rio Claro	2.523.297.640	4.730.636.761
Região de Governo de Santos	15.203.699.666	23.011.460.995
Região de Governo de S.José dos Campos	21.717.274.262	23.393.413.105
Região de Governo de Sorocaba	15.482.385.377	20.934.577.830
Região de Governo de Taubaté	5.691.757.128	9.165.901.580
Região Metropolitana de São Paulo	238.383.607.378	278.118.432.976
Total da Cidade-Região	379.692.744.693	485.753.899.895

Fonte: SEADE 2008.
Elaboração: Wagner Constantino

Quando tomamos para efeito de comparação o valor adicionado gerado na indústria na cidade-região de São Paulo (gráfico 11), percebemos que esse tem

acompanhado o movimento de desadensamento, diminuindo na RMSP e aumento nas demais regiões de governo que compõem a cidade região. O destaque fica para a região de Campinas, que teve o mais expressivo aumento do valor adicionado na indústria no período selecionado.

Apesar de todas estas transformações, São Paulo, como município-centro da metrópole, ainda é o município que mais produz riqueza, apesar de sua posição nas tabelas aqui apresentadas. É o município que mais concentra atividades econômicas: São Paulo é sede de 16 dos 20 maiores bancos múltiplos e comerciais; de oito das dez maiores corretoras de valores e de cinco das dez maiores empresas de seguros; A BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) é a sexta do mundo em volume de contratos negociados; temos que pensar que, além do sistema financeiro, a cidade conta com uma extensa rede de bancos estrangeiros dos mais importantes do mundo e que apóiam 38% das 100 maiores empresas privadas de capital nacional, assim como 63% dos grupos internacionais instalados no país, as 6 das 10 maiores empresas de cartão de crédito, os centros de gestão de 5 das mais importantes empresas de seguros, 3 dos 5 jornais nacionais, 7 das 10 maiores editoras de livros, 19 das 20 principais agências de propaganda do país, 6 das 10 maiores empresas de equipamentos de informática e o mesmo relativo a software. Enfim, todas essas atividades econômicas cujas sedes se localizam na cidade de São Paulo, assim como 7 das 10 empresas de internet que trabalham no Brasil. Além disso, é sede de centros de reuniões, congressos e encontros tanto científicos como de outros temas.

Essa nova caracterização de São Paulo é marcada, também, por um movimento que redefine os postos de trabalho, com uma predominância do setor de serviços na metrópole. Podemos notar esse fato, analisando o número de pessoas empregadas na RMSP, como na tabela abaixo:

**Tabela 11 - Número de pessoas empregadas-
1986-2000- na RMSP (em porcentagem)
1986-2001-**

Ano	Indústria	Serviços	Comércio
1985	32,8	40,7	14,1
1995	25,0	47,0	16,0
2000	19,9	53,0	15,7

Fonte: Seade/Dieese in Carlos, 2004

Entretanto, a diminuição do número do pessoal empregado na indústria não significa que a indústria perdeu importância, mas deve ser entendido como uma característica da modernização do processo produtivo que articula, de uma nova maneira, a indústria e o setor de serviços. Ao mesmo tempo em que ocorre a desconcentração do setor produtivo, acontece, também, a concentração, no centro da RMSP, do setor de serviços, em que se destaca o desenvolvimento do setor financeiro e de serviços sofisticados, acompanhados por atividades ligadas à informática e à telecomunicações. (CARLOS, 2004).

Assim, os maiores empregadores na RMSP não são mais predominantemente os do setor industrial, como verificamos na tabela a seguir:

Tabela 12 - Os maiores empregadores na RMSP

Empresa	N ° de empregados
Bradesco	28.335
Pão de açúcar	26.650
Telefônica	21.000
Wolkswagem	18.000
Itaú	16.867
Mercedes Bens	10.200
Carrefour	9.057
McDonald's	7.700

Fonte: Revista Exame nº 723, 2000 in Carlos 2004

Todas essas transformações evidenciam que a cidade-região de São Paulo vem passando por um processo de reestruturação produtiva e teve no Plano Real um provocador de mudanças mais abruptas, que aceleraram alguns processos econômicos e espaciais.

5- O MUNICÍPIO DE OSASCO E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CENTRALIDADE.

5.1- A ESTRUTURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Como apresentamos na introdução, a ferrovia Sorocabana, inaugurada em 1875, foi fundamental para o desenvolvimento da porção oeste da região metropolitana de São Paulo.

As estações da estrada de Ferro Sorocabana, assim como as das demais ferrovias paulistanas, transformaram-se em pontos para onde as pessoas e os produtos das áreas próximas convergiam. Aí se desenvolveram as primeiras atividades voltadas para servir as pessoas que buscavam as estações, fazendo surgir os botequins e as vendas, primeiramente, que deram origens a várias cidades.

O crescimento do município de Osasco foi fortemente beneficiado pela sua estação ferroviária. Ali, além da função comercial característica das estações da linha de ferro, foram instaladas indústrias de cerâmica, favorecidas pelo transporte próximo e pela disponibilidade de matéria-prima. Em 1892 instalou-se em Osasco a Indústria de Cartonagem, e a fábrica de tecidos “Sociedade de Importação e Exportação Eurico Dell’Água” em 1895. Em 1915, foi instalado o Frigorífico Wilsom, beneficiado pela estrada de ferro por onde chegava o gado de corte. A fábrica de tecidos Beltramo instalou-se ali nesta mesma época (BRITO, 1996). Da mesma maneira, instalaram-se próximo à estação Sorocabana de Osasco a Indústria de Cerâmica Hervy, em 1912. Em 1920, foram instaladas duas fábricas de fósforos; a Companhia Sorocabana de Material Ferroviário foi instalada em 1929, a Benzenex, em 1952 e a fábrica de cimento Santa Rita, em 1957 (COELHO, 1998). Além destas

atividades econômicas, em Osasco instalaram-se também quartéis militares do exército que, conjugados, deram uma maior dinâmica ao comércio local¹⁹.

Assim como em Osasco, outras localidades, beneficiadas pela estada de ferro, tiveram também a instalação de indústria. Esses estabelecimentos juntos à estrada de ferro funcionaram como polos que atraíram o povoamento para junto da estação, propiciando o surgimento dos “povoados-estação”, assim denominados por Langenbuch (1971:111). Esses povoados não funcionaram inicialmente como subúrbios dormitórios, como alguns viriam a ser no futuro, pois na fase inicial do povoado-estação, as ferrovias extra-regionais não mantinham viagens frequentes com trens de longo percurso, e não serviam para o transporte de operários para áreas distantes. Na ferrovia Sorocabana, apenas dois trens diários paravam em todas as estações. Assim, a maioria dos primeiros habitantes dos povoados-estação trabalhava nas indústrias locais e apenas uns poucos iam trabalhar em outros lugares. As indústrias, nessas localidades, precederiam o estabelecimento residencial maciço. O preço baixo dos terrenos atraía os operários que poderiam, então, residir próximo às fábricas, muitas delas, inclusive, incentivavam este processo construindo vilas operárias (LANGENBUCH,1971, p.147)

Em Osasco, o que se percebe, é que até 1940 o crescimento populacional não foi acentuado (COELHO, 1998). O crescimento demográfico no município só será maior a partir dos anos 40, vinculado ao crescimento da atividade industrial metropolitana e teve como fator decisivo a disponibilidade de terras de baixo preço, o que permitiu a um número muito grande de trabalhadores adquirir a casa própria em Osasco.

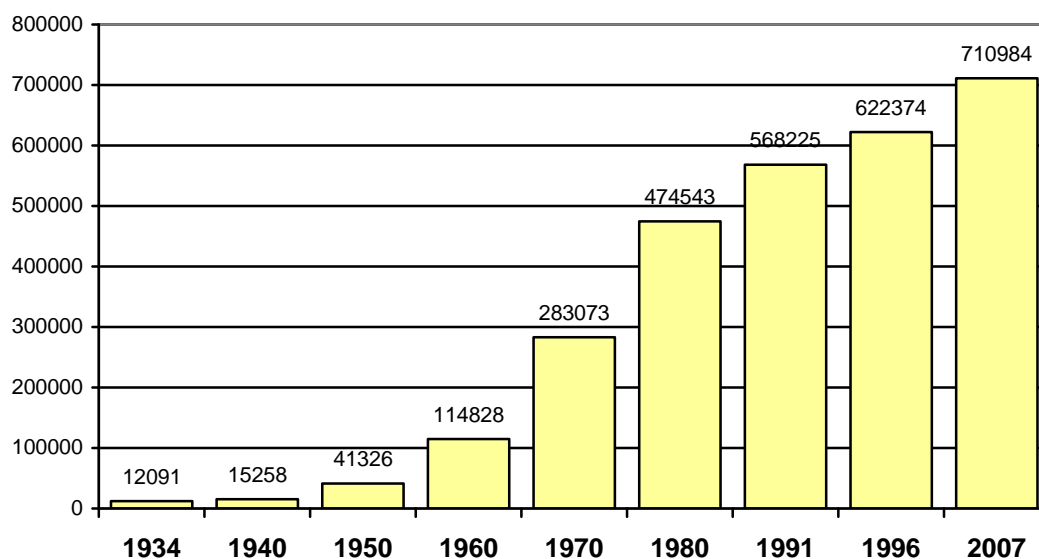
¹⁹ Para um maior detalhamento a respeito da estruturação do município de Osasco, ver Coelho,1998.

O crescimento econômico do município de São Paulo promoveu, também, o desenvolvimento de muitos outros municípios vizinhos. Em Osasco, a instalação de indústrias de bens de produção (como a Cobrasma e a Brown Boveri, por exemplo) e outras, como a Eternit do Brasil, a Fábrica de Cimento e Amianto, a Induselet Materiais Elétricos, a Fábrica de Fibras Sintéticas Rilsan, contribuíram para consolidar o município como importante núcleo urbano industrial nos anos 40. (PETRONE apud LANGENBUCH, 1971). Já nos anos 60, a indústria osasquense era responsável por 90% da renda bruta do município. A partir desse período, percebemos que a população local cresceu acentuadamente “acarretando numa rápida expansão da área ocupada em direção à sua periferia, que de início não oferecia plenas condições de ocupação” (COELHO, 1998; 112.).

Dessa maneira, o crescimento industrial de Osasco foi superado pela suburbanização residencial. Inicialmente, os moradores desse município eram trabalhadores das indústrias locais. Mas, posteriormente, o município passou a abrigar trabalhadores que mantinham vínculos com São Paulo. Em 1966, durante a elaboração do Plano Urbanístico de Osasco, apenas 10% dos entrevistados apontaram a proximidade do emprego como fator determinante para sua fixação no município. (BRITO, 1996).

Atualmente, Osasco é a sexta maior economia do estado de São Paulo e o 23º PIB entre os municípios brasileiros. É uma das cidades com maior índice de desenvolvimento do Estado. O município de Osasco vem apresentando, após o Plano Real, uma reestruturação do seu parque produtivo. O município mantém, ainda, a tradição de seu parque industrial, mas a participação desse na economia vem se modificando desde 1994.

**Gráfico 12- Evolução da População do Município de Osasco-
de 1934 a 2007**



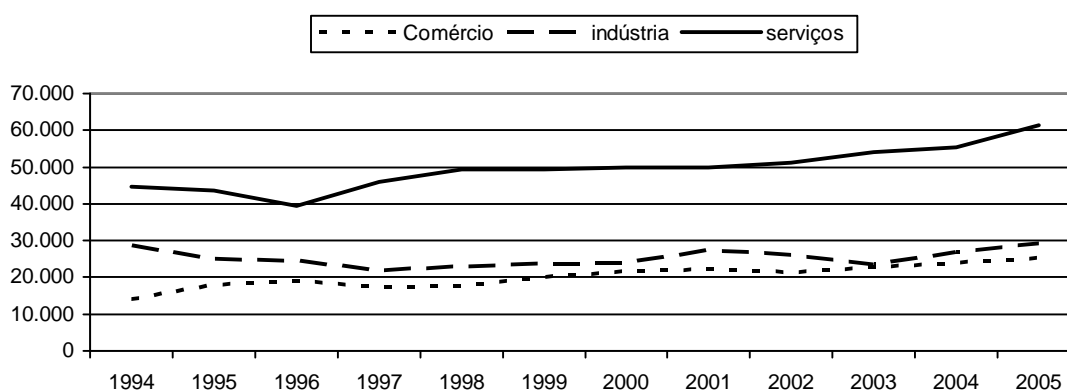
Fonte: dados de 1934 até 1996: COELHO 1998,
dados de 2007: EMPLASA, 2009

O início da década de 90 também é percebido por Coelho (1998) como o marco inicial das transformações econômicas que vêm se realizando em Osasco. É nesse momento que a autora percebe a saída de indústrias pioneiras (como Cobrasma, a Eternit e a Santista), concomitante com a chegada de empresas multinacionais (como a Wal-Mart e o Carrefour), além da instalação de *shopping centers*, como sendo um marco na reestruturação produtiva do município.

Quando analisamos a evolução dos vínculos empregatícios a partir da implementação do Plano Real, percebe-se que seu nível na indústria manteve-se estável desde 1994, sofrendo uma diminuição acentuada entre os anos de 1996 e 2000, com uma queda novamente em 2003, recuperando-se a partir de então, sem, no entanto, superar os índices que apresentava em 1994. Já no setor de serviços, pode-se notar que, após o Plano Real, houve uma queda dos vínculos empregatícios nesse setor que, entretanto, apresentou um crescimento a partir de

1996, sem diminuir desde então. Somente no setor comercial é que os níveis de emprego não declinaram imediatamente após a implantação do plano de ajuste econômico, mas, pelo contrário, tem apresentado um aumento constante desde então (SEADE, 2008) O gráfico 13 nos mostra a evolução dos vínculos empregatícios nesse município.

Gráfico 13- Evolução dos vínculos empregatícios em Osasco no período 1994-2005

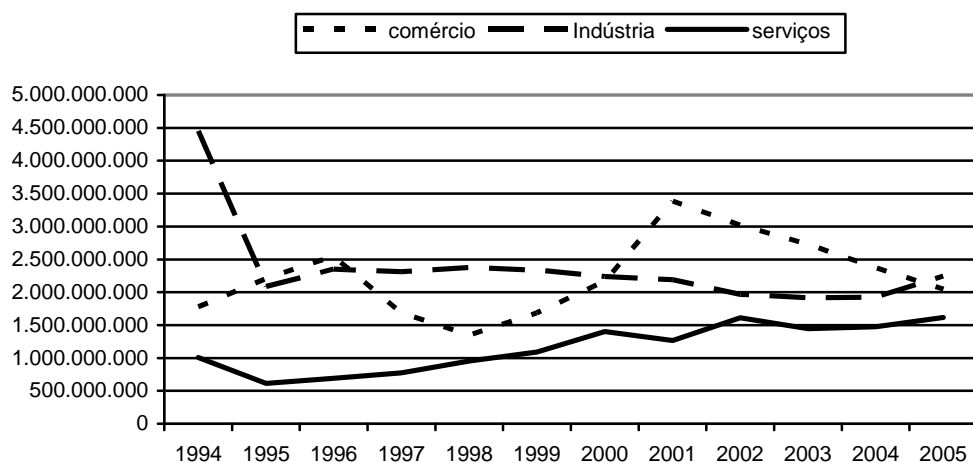


Fonte: SEADE, 2008.

Elaboração; Wagner Constantino

Apesar de percebermos, no gráfico acima, uma evolução sem declínios ou aumentos abruptos no nível de emprego, o mesmo não ocorreu como valor adicionado nos setores estudados. Conforme nos mostra o gráfico 11, o valor adicionado da indústria em Osasco jamais foi recuperado, após a perda que apresentou na implantação do Plano Real, mantendo-se no mesmo nível de 1995 até 2006.

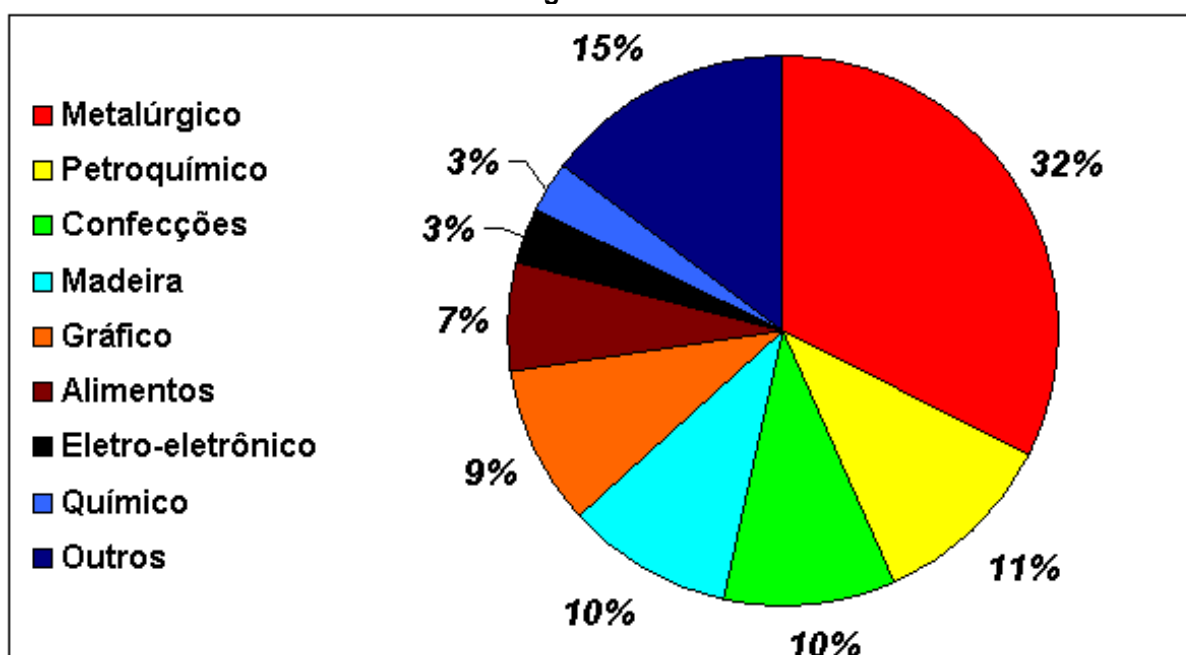
Gráfico 14 - Evolução do valor adicionado fiscal no Município de Osasco no período 1994-2005



Fonte: SEADE, 2008.
Elaboração; Wagner Constantino

Apesar dessa queda acentuada no valor adicionado da indústria e sua estabilidade mantida abaixo dos padrões da metade da década passada, a indústria osasquense é muito diversificada, com destaque para o setor metalúrgico e de petroquímica (gráfico 12)

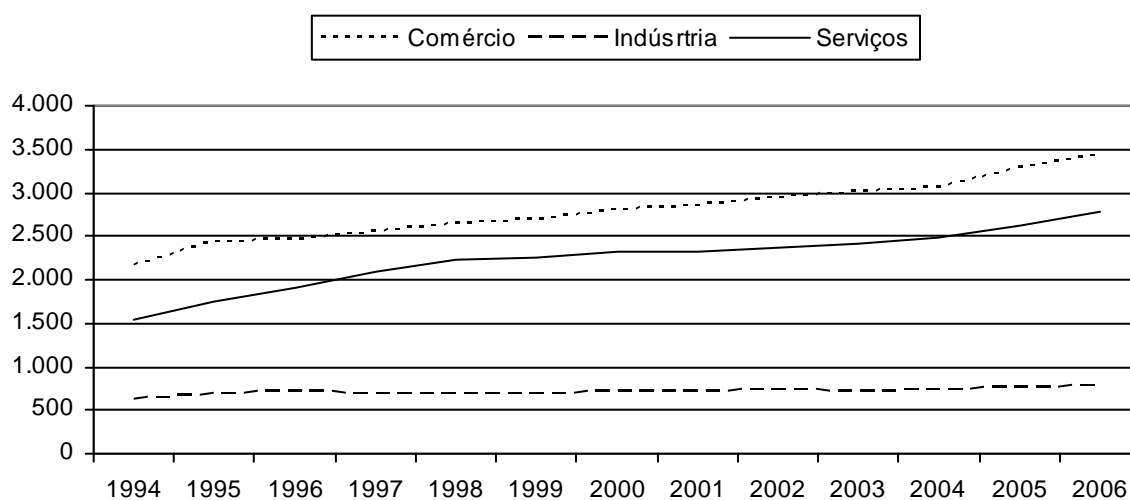
Gráfico 15- Distribuição da produção industrial em Osasco, segundo sub-setores.



Fonte: SICA – Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento, PMO, janeiro 2005

Verificamos que o crescimento no valor adicionado total do município não foi muito significativo em termos absolutos, se for comparado com os anos de 2006 e 2004. Espacialmente, notamos o aumento do número de estabelecimentos nos setores do comércio e do serviço, que vem se mantendo desde 1994, evidenciando uma maior distribuição destas atividades, com a participação de uma quantidade cada vez maior dos estabelecimentos desses setores. Já no setor indústria, o número de estabelecimentos apresenta-se estável nos últimos 12 anos estudados.

Gráfico 16- Evolução do número de estabelecimentos no município de Osasco no período 1994-2006



Fonte: SEADE, 2008.
Elaboração; Wagner Constantino

5.2 –UMA NOVA CENTRALIDADE- A SUPERQUADRA

Uma das várias manifestações espaciais dessas transformações no município de Osasco é a reconfiguração que ocorre em um local tradicionalmente industrial que agora se apresenta como um aglomerado de serviços e comércio que chamaremos neste trabalho de “superquadra e seu entorno”, ou simplesmente “superquadra”, localizada no bairro Industrial Autonomistas. Os limites da superquadra estão estabelecidos pela linha férrea ao norte, pela Avenida Domingos Odália Filho a oeste, pela Avenida dos Autonomistas ao sul, pela Avenida Franz Voegeli a leste, e pelas Avenidas Hilário Pereira de Souza e Manuel Pedro Pimentel, ao norte. Os estabelecimentos que estão na calçada oposta das avenidas dos Autonomistas e da Av, Franz Voegeli também estão considerados. A localização da superquadra está mostrada no mapa 3.

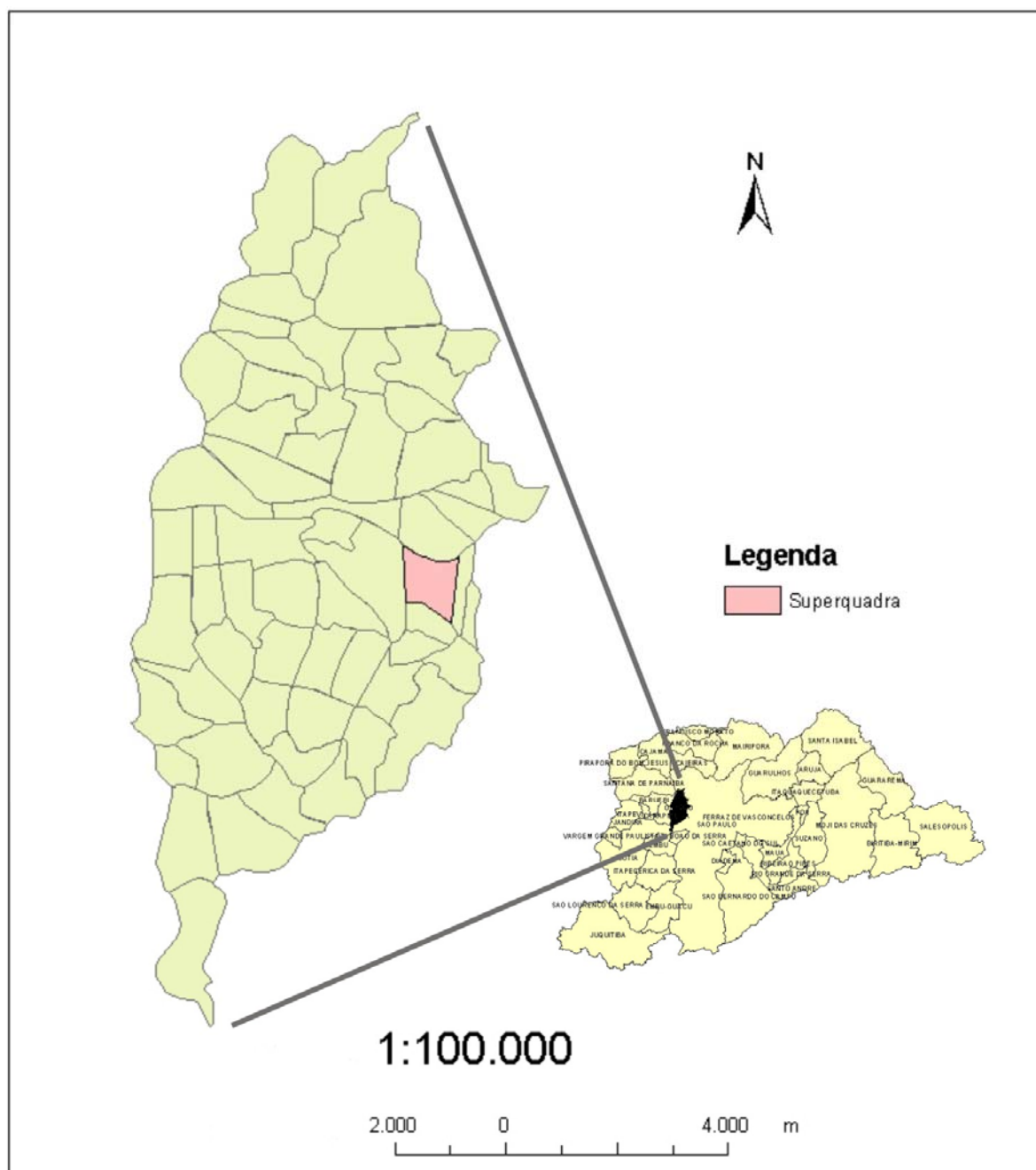
O local é uma área que abrigou, até o início dos anos 90, indústrias como a Eternit do Brasil Cimento e Amianto, instalada ali em 1941, a Indústria Elétrica Brown Boveri S/A, que ali chegou em 1945 e a Tecidos Santista instalada ali em 1950, quando Osasco ainda pertencia ao município de São Paulo

A fábrica da Eternit foi demolida em 1993, em meio a uma conturbada discussão a respeito dos males causados pelo amianto²⁰. Em seu lugar, foi erguida uma loja da rede Wal Mart²¹ e o shopping Center Osasco. Já onde funcionava a Santista, foi construída uma loja Carrefour

A Brow Boveri (atual ABB) ainda funciona no local, mas vendeu seu terreno para o Grupo Savoy, que ergueu o edifício do Shopping União Osasco, ocupando

²⁰ A Eternit mantém fábricas nos municípios de Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA)

²¹ No Brasil a rede Wal Mart atua com as bandeiras Big Supermercados, supermercado Hiper Bom Preço, supermercados Bompreço, supermercados Mercadorama, supermercados Nacional. Supermercados TodoDia, Maxxi Atacado e SAN'S CLUB

Mapa 3 - Localização da superquadra no município de Osasco

A área destacada em preto marca a superquadra.
Elaboração: Lucília Blanes e Raphael Branquinho

uma área de 264 mil metros quadrados. Esse é o mais vultoso empreendimento que está sendo construído na superquadra. O Shopping União Osasco é um empreendimento do grupo Savoy. Dentre os motivos elencados pelo grupo para a implantação de um novo shopping Center no local, destacam-se: Osasco como porta

de entrada da região oeste do Estado; pesquisas realizadas pelo grupo apontam a região como a de maior potencial de expansão da grande São Paulo; o alto crescimento demográfico da região, que potencializa o grupo de consumidores; a carência de empreendimento comercial de grande porte na região oeste da grande São Paulo, a facilidade de acesso pelas rodovias dos Bandeirantes, Castelo Branco e Raposo Tavares, além de ser servida pelo rodoanel metropolitano e marginais.



Foto 1- Antiga Fábrica da Eternit, onde hoje está instalada uma loja Wal-Mart
Fonte: Câmara Municipal de Osasco, sem data



Foto 2- Antiga Fábrica Santista, onde hoje está instalado o hipermercado Carrefour
Fonte: Câmara Municipal de Osasco, sem data

A superquadra inicialmente foi estabelecida como Zona Industrial . Para que o local recebesse a instalação das unidades de comércio e serviços que vieram posteriormente, a prefeitura mudou o zoneamento da área por meio de leis complementares²². Nota-se, nesse aspecto, que não foi estabelecido anteriormente um zoneamento que atraísse as novas empresas, mas o zoneamento foi estabelecido de maneira a atender a demanda pelos novos empreendimentos, ou seja, o zoneamento foi alterado, posteriormente, para atender as demandas das novas empresas que ali se instalaram. O local passou por uma modificação de sua

²² São as seguintes leis complementares que alteraram o zoneamento da área: LC nº 32/94 (para a instalação do Wal Mart); LC nº 40/95 (para a instalação do Carrefour; LC nº 72/98 e LC nº 82/99 (para a instalação dos condomínios residenciais; LC nº 105/2002 (para a instalação da Unifio); LC nº 140/2005 (para a instalação do Sopping Center União)

função para atender os interesses do capital que ali se instalou. Segundo informações da prefeitura de Osasco, um novo zoneamento está sendo preparado para adequar-se à realidade. O mapa 4 mostra como é o zoneamento atual na superquadra.

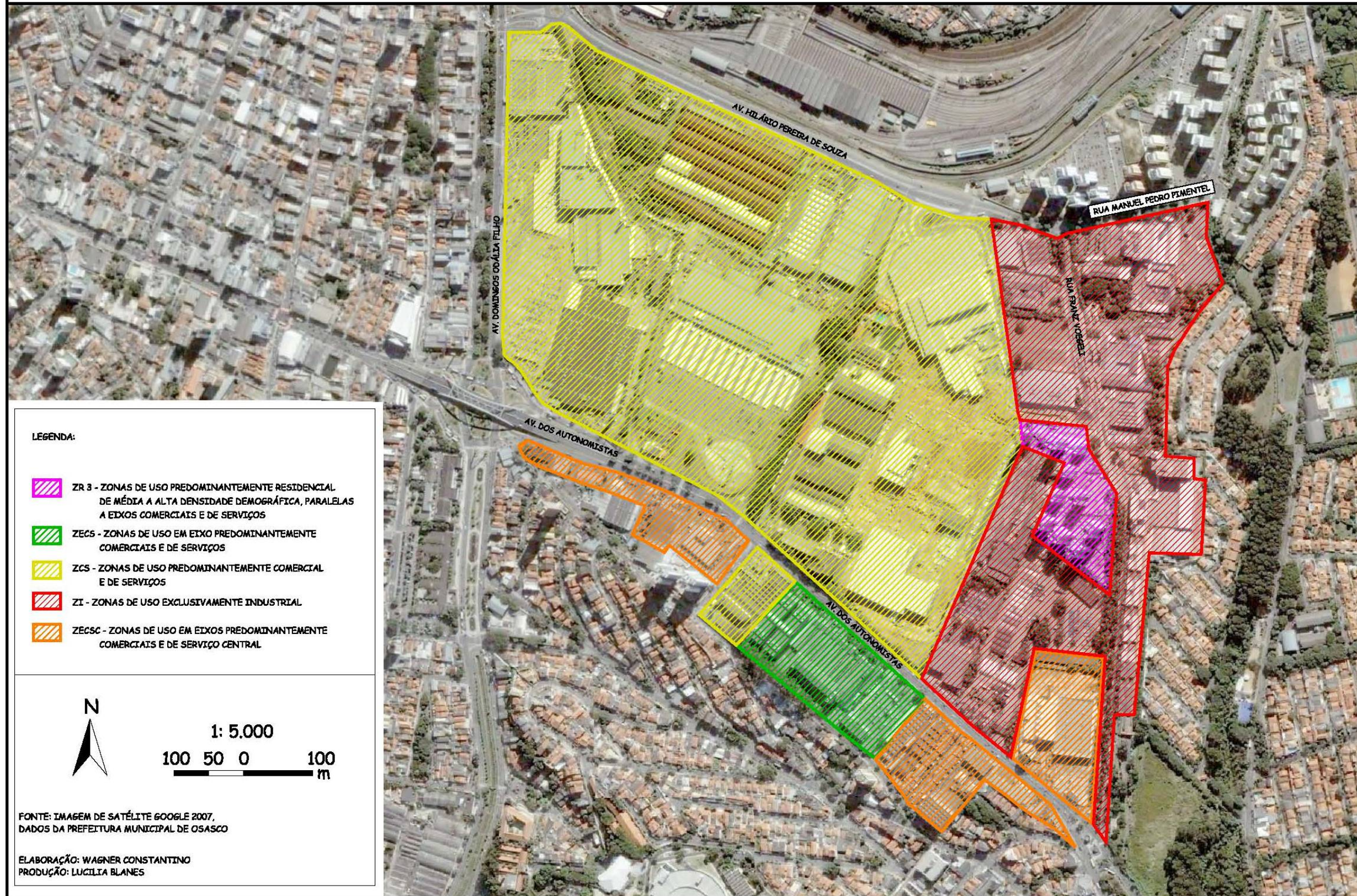
As antigas indústrias foram sendo substituídas, paulatinamente, por unidades de comércio e serviços. Atualmente, só a ABB e a Liquigás continuam ativas no local. O entorno da superquadra foi sendo ocupado, nas últimas décadas, por comércios variados, revendedoras de automóveis e unidades de ensino superior.

Atualmente, toda a área da superquadra está construída ou passando por incrementos de novos empreendimentos que mudam significativamente a paisagem local. Como exemplo disso, temos a área destinada ao empreendimento Osasco Prime Center.



Foto 3- Avenida dos Autonomistas, em frente à antiga fábrica Santista. - 1973
Fonte: Câmara Municipal de Osasco

MAPA 04 - ZONEAMENTO NA SUPERQUADRA



Para melhor compreender o movimento que ocorre na superquadra, realizamos uma pesquisa de campo, que detalharemos mais adiante. Entretanto, compreendemos que a combinação de fatores como as facilidades do acesso proporcionado pelas grandes rodovias e a ausência de empreendimentos de grande porte na região potencializa o futuro Shopping União como um lugar que poderá receber ainda mais pessoas vindas de vários outros municípios, o que pode ser estendido para toda a superquadra.

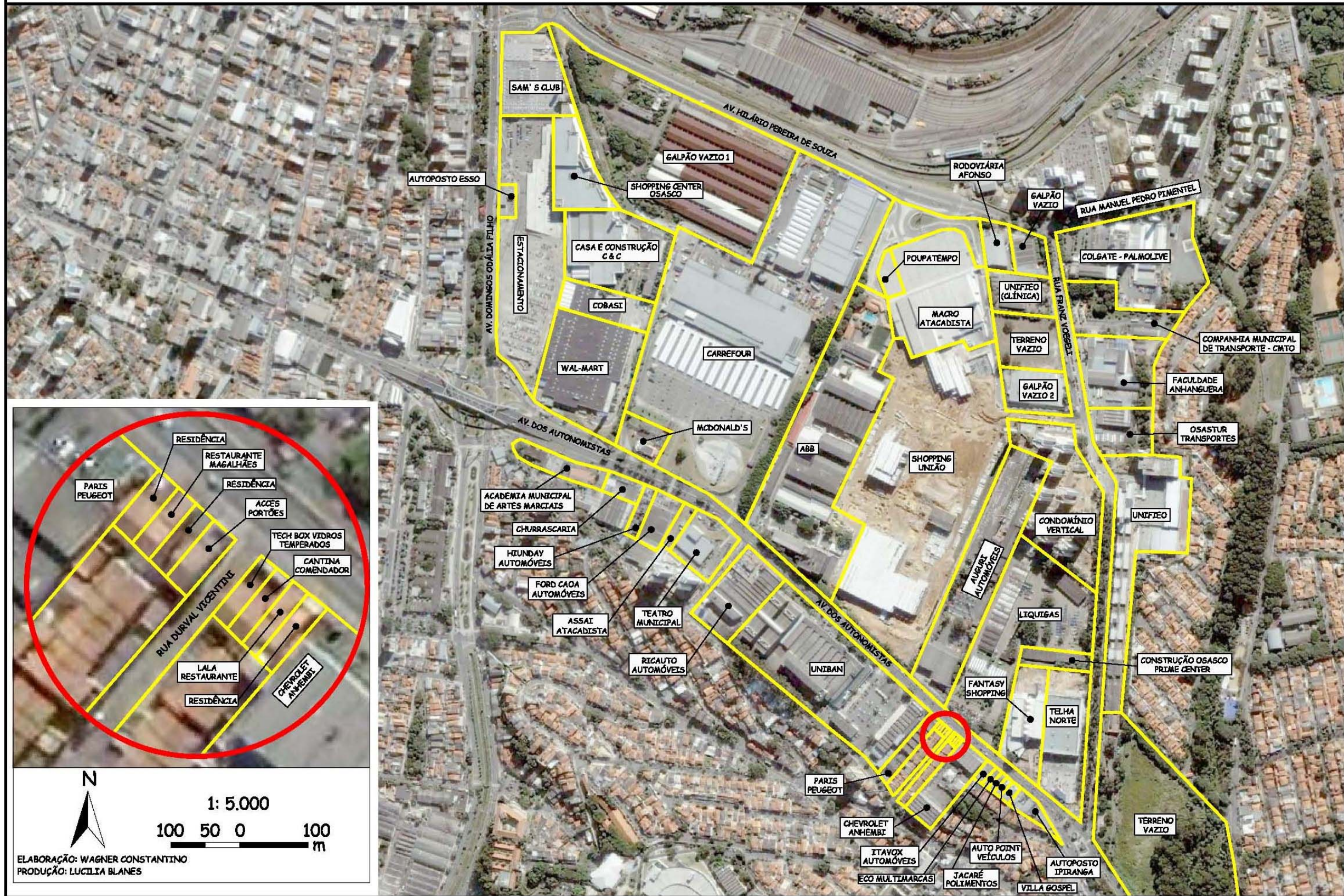


Foto 4- Vista parcial da superquadra a partir da Avenida dos Autonomistas. Percebe-se a instalação de unidades comerciais de grandes marcas internacionais
Foto: Raphael Branquinho, 2009



Foto 5- fachada do Shopping União Osasco
Foto: Wagner Constantino, 2009

IMAGEM 02 - CARTA IMAGEM - ESTABELECIMENTOS INSTALADOS NA SUPERQUADRA EM JUNHO/2009



N
 1: 5.000
 100 50 0 100
 m
 ELABORAÇÃO: WAGNER CONSTANTINO
 PRODUÇÃO: LUCILIA BLANES

Quadro 1-Estabelecimentos instalados na superquadra em 2008:

	Ramo	Em substituição a indústria	Observações
Academia Municipal de Artes Marciais;			Órgão da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer
Acces portões Automáticos;	Instalação e manutenção de portões automáticos		
Asea Brown Boveri-ABB	Automação industrial e materiais para transmissão de energia manutenção industrial		No Brasil possui fábricas em Osasco e Guarulhos (SP), Camaçari (BA) Blumenau (SC)
Assai Atacadista	Distribuído de gêneros alimentícios	Babadopoulos (indústria)	Possui 10m lojas no município de São Paulo, outras 7 lojas na região metropolitana paulista, também em Rio Preto, Sorocaba, Jundiaí, Santos, Rio Claro, Limeira, Caraguatatuba (municípios de São Paulo), além de três lojas nos Estado do Rio de Janeiro e uma em Fortaleza (CE).
Auto Posto Ipiranga.	Distribuição final de combustíveis e serviços automotivos		
Cantina Comendador	Lanchonete e restaurante		Local para atender poucas pessoas
Carrefour	Comércio varejista	Santista (indústria)	É a segunda rede varejista A rede de hipermercados possui em cerca de 15.000 em 30 países. Emprega 490.000 pessoas e atende mais de 2 bilhões de clientes em todo o mundo. No Brasil, possui 191 unidades em 13 estados, sendo 61 lojas somente no estado de São Paulo. Atua sob as bandeiras Carrefour, Carrefour bairro e Supermercados Dia%.
Casa e Construção C&C	Materiais para construção e decoração	Eternit (indústria)	Possui 40 lojas em São Paulo e Rio de Janeiro
Chevrolet Anhembi Automóveis;	Revendedora de automóveis		
Churrascaria Recanto Gaúcho;	Restaurante		
Unifio (clínica)	Ensino superior		Esta unidade possui Clinicas de psicomotricidade, fisioterapia e arteterapiaClinicas unifio-psicomotricidade, fisioterapia, arteterapia

Cobasi	Pet shop	Eternit	Além da loja em Osasco, a rede possui 6 lojas no município de São Paulo, uma em Campinas e uma em São Bernardo do Campo (ambas no estado de São Paulo)
Colgate Palmolive	Produção de cosméticos e perfumaria	Frigorífico Wilson	A unidade fabrica produtos de perfumaria, cosméticos e demais produtos para toalete
Companhia Municipal de Transportes Osasco	Transporte público de passageiros	Frigorífico Wilson	No local funciona apenas o escritório administrativo do órgão da Secretaria Municipal de Transportes
Condomínio Residencial Vertical			
Eco Multimarcas Automóveis;	Revendedora de automóveis		
Estacionamento			
Faculdade Anhanguera	Ensino superior	Frigorífico Wilson	Em Osasco, a unidade chama-se Faculdade Integração Zona Oeste- FIZO-Possui 21 cursos de graduação 12 tecnólogos Tem unidades em GO, SP, MG, MS, SC, RS, MT, DF
Fantasy Shopping		Lonaflex (indústria)	São 40 lojas, sendo 10 de fast food. Irá funcionar como o "open mall" do empreendimento Osasco Prime Center.
Ford Caoa Automóveis	Distribuidora de automóveis		Distribui os automóveis da marca Ford, Hyundai e Subaru
Galpão vazio 1		Santista (indústria)	Imóvel pertencente ao Grupo Spitaletti, onde funcionou parte da empresa Santista. Atualmente, o galpão que se vê na imagem 2 já foi demolido.
Galpão vazio 2		Sinimplast- (Indústria)	Funcionou ali até março de 2009 a indústria plástica Sinimplast, que se transferiu dali para o bairro do Jaraguá, município de São Paulo- para uma unidade construída em terreno próprio, já que a unidade em Osasco funcionava em imóvel alugado.
Hyunday Automóveis	Distribuidora de automóveis		Loja integrante do Grupo CAO A
Itavox	Distribuidora de automóveis		Revendedora Wolkswagem
Jacaré polimentos	Serviços automotivos		
Lalá Restaurante	Restaurantes		Local para atender poucas pessoas
Liquigás	Distribuidora de gás liquefeito de petróleo- GLP		Fundada em 1953, a empresa operou no Brasil com a marca Agip do Brasil, que foi adquirida pela Petrobrás em 2004. Emprega em suas unidades no Brasil

			3,2 mil funcionários, 26 unidades de engarrafamento. Detinha 21,8% de participação no mercado de GLP em 2007 . No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste brasileiro opera com a marca Liquigás e nas regiões Norte e Nordeste, opera com as marcas Tropicgás e Novogás. Possui mais de 4 mil revendedores, atendendo a mais de 35 milhões de consumidores.
MacDonalds	Fast food	Santista	A rede possui 31,8 mil restaurantes, onde trabalham 1,6 milhão de funcionários que alimentam diariamente mais de 48 milhões de clientes em 118 países. É a maior rede de fast food do mundo. No Brasil possui 1.161 pontos-de-venda, empregando cerca de 34 mil funcionários A rede teve um faturamento global de US\$ 45 bilhões em 2006.
Macro Atacadista	Vendas no atacado		A rede tem 64 lojas em 22 estados no Brasil e no Distrito Federal (DF). Faz parte do grupo. Grupo holandês SHV - Steenkolen Handeis Vereeniging
Osasco Prime Center	Salas Comerciais		Lançado em dezembro de 2008 e com previsão de entrega para fevereiro de 2012, o empreendimento será composto por duas torres de 28 pavimentos cada. Serão 12 unidades modulares por andar, com área de 35 a 526 m, totalizando 668 salas
Osastur	Transporte de passageiros	Frigorífico Wilson	O seu trabalho é voltado para fretamento empresarial turismo e também o transporte de encomendas para Avaré e o entorno, RMSP E Região metropolitana de Campinas
Poupa Tempo	Serviços diversos a população		Faz parte do complexo do Shopping Center União Osasco. Oferece cerca de 250 serviços públicos. A unidade atenderá cerca de 2 milhões de pessoas, que residem em Osasco e nos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Possui 239 funcionários
Paris Peugeot	Distribuidora de automóveis		Revendedora Peugeot

Restaurante Magalhães	Restaurante		Local para servir poucas pessoas
Ricauto Automóveis	Automóveis e peças automotivas		
Rodoviário Afonso Transportadora;			
San's Club	Atacadista e varejista	Eternit (indústria)	Integra o grupo Wal Mart
Shopping Center União Osasco		ABB (indústria)	Está sendo erguido em terreno de mais de 200.000 m ² , e terá aproximadamente 264.000 m ² de área construída, terá na primeira fase 257 lojas. Seu estacionamento terá 5.000 vagas para automóveis.
Super Shopping Osasco		Eternit (indústria)	Possui uma estrutura de 54 mil m ² de área construída e 17.630 m ² de área bruta locável. Tem 123 lojas, 7 salas de cinema com 2.000 lugares no total 27 lojas de fast food.
Teatro Municipal de Osasco			Inaugurado em 7 de setembro de 1996, tem capacidade para 500 pessoas.
Tech Box Vidros Temperados	Acabamento residencial		
Telha Norte	Construção e decoração	Lonaflex (indústria)	Faz parte do grupo francês Saint-Gobain, possui uma área comercial de 4,5 mil m ² e oferece um sortimento de 45 mil itens. Emprega de 250 funcionários . A rede é formada por 18 lojas.
Uniban	Ensino superior	Charleroy-Westinghouse (Induselet) (Indústria)	O centro universitário tem mais de 37.000 m ² . Além do campus Osasco, possui 10 campus no município de São Paulo, um em São Bernardo do campo, dois campus em cascavel (PR) e um em São José (SC)
Unifieo	Ensino superior	Frigorífico Wilson	Na graduação são 4 cursos na área biológica, 6 na de exatas 17 na de humanas, além de 9 cursos tecnólogos e 33 de pós-graduação
Villa Gospel	Laser		Salão de festas e casa de shows
Wal Mart		Eternit (Indústria)	Possui lojas em 15 países empregam mais de 2 milhões de pessoas e atendem mais de 176 milhões de clientes por semana. No Brasil possui 345 lojas em 18 estados, e no Distrito Federal. Atua no território nacional sob as bandeiras Wal-Mart, Hipermmercados Big,

			Hiperbompreço, Bompreço, Supermercados Mercadorama, Supermercados Nacional, Supermercados TodoDia, Maxi Atacado e San'sClub
--	--	--	---

Elaboração: Wagner Constantino, a partir de dados de pesquisa de campo realizada nos dias 7 e 9 de março 2009.

O mais vultoso empreendimento no local, o Shopping União Osasco, foi inaugurado em 10/06/2009. Além de 265 lojas, distribuídas em 97 mil metros quadrados, no complexo do novo shopping funciona uma loja do Makro Atacadista²³. Também funciona no complexo uma unidade do Poupatempo, inaugurada em 15 de julho de 2008²⁴, que demonstra uma articulação entre o capital privado e o governo do Estado, que irá aplicar R\$48,8 milhões em cinco anos, valor relativo à implantação e custeio da manutenção da unidade ao longo desse período.

Para a viabilização da construção do Shopping União Osasco e a mitigação dos prováveis impactos que causará na vizinhança, foi aberta a Avenida Hilário Pereira de Souza, como continuação da Avenida Manuel Pedro Pimentel. A avenida foi aberta em parceria com o Wal-Mart, o Carrefour e o grupo Savoy. Além da cessão de parte do terreno que a avenida ocupou, cada parceiro entrou com investimento de 1, 3 milhão de reais. À prefeitura coube participar com as obras de finalização, como a instalação de semáforos, o projeto paisagístico e a adequação necessária dos arredores da obra. O Exército Brasileiro, que tem uma área ali, cedeu 15 mil m² para viabilizar a construção da avenida, já que seu traçado passaria pelas terras do Exército.

²³ O Macro Atacadista é parte do grupo Holandês SHV (Steenkolen Handeis Vereeniging)

²⁴ Poupatempo é o nome dado ao programa de atendimento de múltiplos serviços à população, coordenado pela Secretaria de Gestão Pública do Governo Estadual de São Paulo. Em Osasco, inclui os seguintes órgãos e serviços: Acesso São Paulo – acesso gratuito à Internet; Banco Nossa Caixa S/A - recebimento de tributos; CDHU - Inscrição para financiamento de imóvel; parcelamento de prestações atrasadas; Detran - emissão de 2ª via de Carteira Nacional de Habilitação e renovação; poupatempo - serviços públicos eletrônicos (registro de boletim de ocorrência, inscrição em concursos públicos, emissão de 2ª via de contas, consulta de multas de trânsito); IIRGD - emissão de RG e Atestado de Antecedentes Criminais; Correios - solicitação de CPF, entregas via Sedex, envio de correspondências; Sabesp - solicitação de ligação, religação e desligamento de água e esgoto; Secretaria de Estado da Fazenda - emissão de certificado de pagamento de IPVA, certidão negativa de tributos estaduais; Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho (Sert) - cadastramento de estudantes e de vagas, orientação a empresários e estudantes.

Um expediente lançado pelo poder público de Osasco para tratar dos assuntos econômicos do município foi a criação do Fórum Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentado²⁵. Nesse fórum, discutiu-se instalação do empreendimento do grupo Savoy, inclusive com a presença de seus representantes. Essas situações configuram uma sinergia, o poder público e o capital privado, que agem juntos na viabilização das condições de reprodução do capital.

Também foi lançado na superquadra em dezembro de 2008 o empreendimento Osasco Prime Center. Com entrega prevista para fevereiro de 2012, trata-se de um conjunto de duas torres anexas ao Shopping Fantazy, de 28 pavimentos, com um total de 668 salas comerciais de 35 a 526 m². Esse empreendimento poderá potencializar a superquadra como o local de maior concentração de comércio e serviços da porção oeste da RMSF.

²⁵ Instituído pelo Decreto Municipal nº 9470 de 09/09 de 2005, o Fórum iniciou suas atividades em outubro de 2005. É formado pelos seguintes membros permanentes: Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento da PMO (SICA); Associação Comercial e Empresarial de Osasco (ACEO); Associação dos Comerciantes da Rua Antônio AGU; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Osasco; Banco do Brasil agência Osasco; Banco Bradesco agência Osasco; Caixa Econômica Federal agência Osasco; Centro das Indústrias do estado de São Paulo (CIESP) regional Castelo; CETESB escritório regional Osasco; Conselho regional de Contabilidade (CRC); Conselho regional de Corretores de Imóveis CRECI/SP delegacia Osasco; Central Única dos Trabalhadores – CUT regional; Faculdades Integradas da Zona Oeste (FIZO); Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP) regional Castelo; Força Sindical – Regional Osasco; Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO); SEBRAE regional Osasco; SENAC Osasco; SENAI Osasco; Sindicato dos Comerciantes; Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (SESCON); Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo; Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Osasco; Sindicato dos Bancários, regional Osasco; Centro Universitário da FIEO (UNIFIEO); Universidade Bandeirantes (UNIBAN) e ZATZ Empreendimento e Participações.



Foto 6- Vista da av. Hilário Pereira de Souza, a partir da Loja Makro
Foto: Raphael Branquinho, 2009

Vale lembrar que esses empreendimentos estão sendo instalados na superquadra com frente para a Avenida dos Autonomistas, que já está consolidada como um importante eixo comercial em Osasco desde a década de 80.

A nova centralidade que a superquadra representa faz parte de um movimento que está em curso. Atualmente, a superquadra é um mosaico de distintos usos do solo que permite a convivência de atividades muito diferenciadas. Mas o que percebemos é que o movimento de substituição das antigas e tradicionais atividades comerciais e industriais por atividades de serviços e comércio mais modernos tende a homogeneizar a superquadra e consolidá-la como um lócus diferenciado de comércio e serviços na porção oeste da metrópole. O movimento de estruturação do local nos permite afirmar que esse lugar se caracteriza como um centro de comércio e serviços diversificados, no qual os modelos de Shopping

Center e dos hipermercados serão predominantes. Entretanto, os serviços de educação aparecem com os três campus universitários ali existentes, bem como a instalação de torres de escritórios do Osasco Prime Center são indicadores do potencial dessa área para a ampliação deste setor. Apesar de ainda ali existirem residências e restaurantes populares, o movimento de renovação do local mostra que essas atividades tendem a desaparecer. A venda do terreno da ABB para o grupo Savoy e a saída da empresa de embalagens plásticas Sinimpla, em março de 2009, nos mostra que a tendência é a saída das antigas indústrias. Nesse sentido, em um mundo marcado pelo mercado, o tempo dessa modificação será determinado pelas forças desse mercado..

O consumo, para Canclini (2003:36) é a ferramenta que as pessoas nas sociedades modernas se utilizam para “instaurar e comunicar diferenças”. A superquadra, assim como outras centralidades desse tipo, são reguladas segundo a sua especificidade: o lugar do consumo que segrega, por ser um lugar destinado, tendencialmente, ao consumo específico de uma determinada camada da população.

Para averiguar o movimento e caracterização da superquadra, realizamos um trabalho de campo com a intenção de confirmar (ou não) a centralidade da superquadra. Procuramos, inicialmente, identificar a origem dos frequentadores do local. Para tanto, realizamos dois blocos de entrevistas. O primeiro foi realizado junto aos estabelecimentos (como exemplo: de material de construção, revendedora de automóveis, atacadista de alimentos) que, pelas características de seus produtos, emitem nota fiscal com a identificação e endereço do consumidor. De maneira distinta, também incluímos nesse rol a distribuidora de gás de cozinha Liquigás, que envia seu produto para outros lugares. Os responsáveis por estes estabelecimentos

responderam da seguinte maneira à pergunta “de quais lugares vêm seus compradores”?

Quadro 2 - Municípios citados como local de origem de alguns consumidores de produtos e serviços oferecidos na Superquadra

Estabelecimento	Local de origem dos compradores
Telha Norte	Mairinque, Louveira, Bragança Paulista, Cotia, , Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Ford Koa	Itapevi, Barueri, Santana de Parnaíba, Cotia
Hyundai Automóveis	Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Várzea Paulista, Itupeva, Cabreúva, Várzea Paulista, Santo André Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Peugeot Automóveis	São Roque, Cotia Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Eco Multimarcas	Campinas, Caieiras, Jundiaí, Sorocaba Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Auguri Automóveis	Campinas, Caieiras, Jundiaí, Sorocaba Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Assaí Atacadista	Itapevi, Jandira, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba, São Paulo
Liquigás	Todos os municípios da RMSP

Elaboração: Wagner Constantino, a partir de dados de pesquisa de campo realizada nos dias 7 e 9 de março de 2009

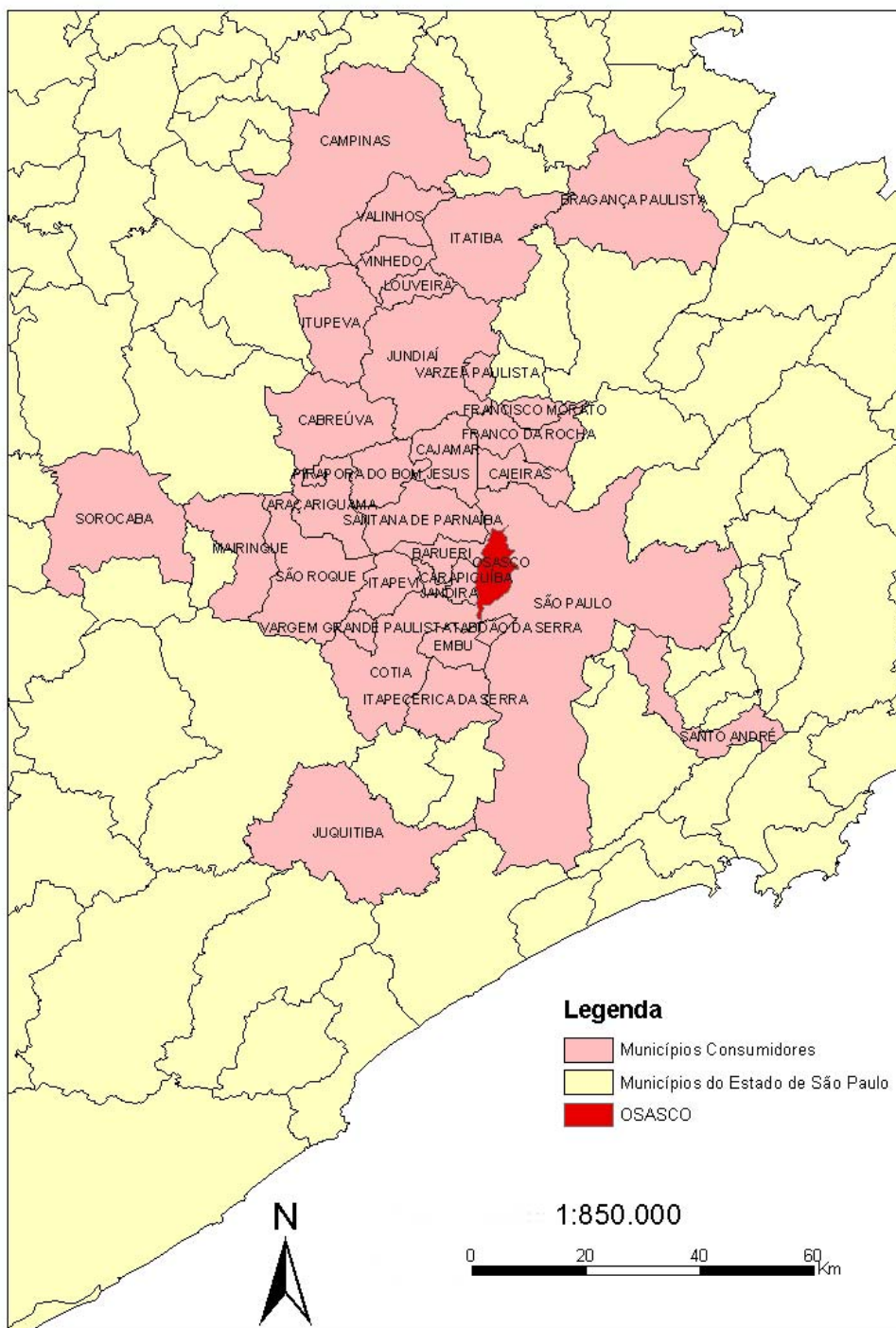
O outro bloco de entrevistas foi realizado com os motoristas das vans que realizam o transporte dos estudantes até os centros universitários ali instalados. Esses responderam da seguinte maneira à pergunta: “de quais lugares vêm os estudantes que transportam”?

Os municípios citados foram: São Roque, Taboão da Serra, Embu, Juquitiba, Vargem Grande Paulista e Itapeçerica da Serra, além de todos os municípios que compõem a porção oeste da RMSP.

As respostas encontradas em nossa pesquisa, associadas às demais leituras e caracterização do local, nos permitiram afirmar que a superquadra é uma centralidade tanto em relação ao município de Osasco como a outros municípios da

metrópole, com acentuada influência nos municípios da porção oeste. O mapa 6 mostra os municípios para os quais a superquadra é uma centralidade.

Mapa 5- Municípios de origem de parte dos consumidores de alguns produtos e serviços oferecidos na superquadra.

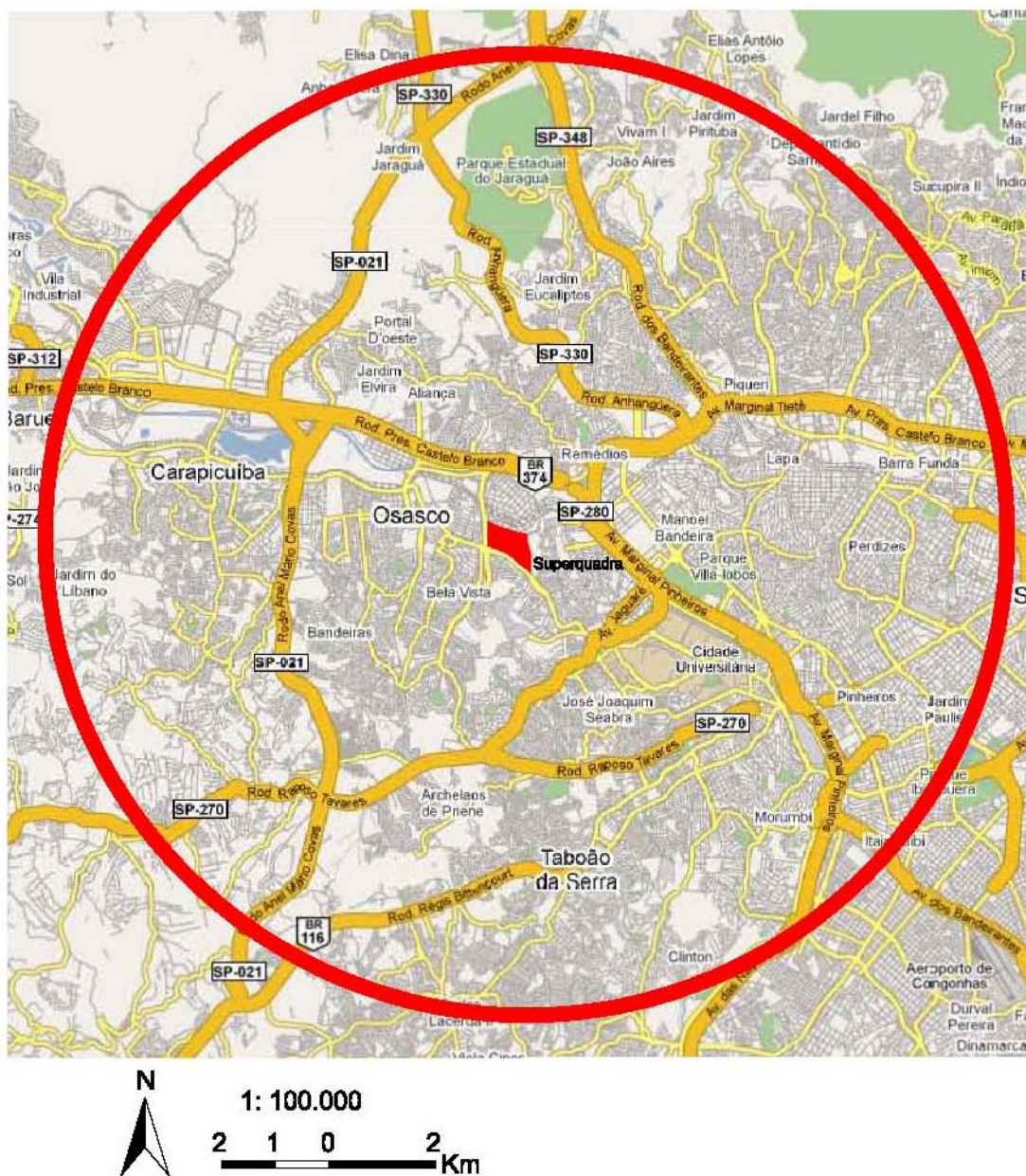


Fonte:Wagner Constantino, a partir de dados de pesquisa de campo realizada nos dias 7 e 9 de março de 2009.

Elaboração: Lucília Blanes

Segundo pesquisas encomendada pelo Grupo Savoy junto ao Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento de Mercado, a área de influência direta da cidade abrange uma população total de 1,21 milhões de habitantes em 140 km², como mostrado no mapa 6.

Mapa 6- Área de abrangência do Shopping União Osasco



O círculo representa a área de abrangência do Shopping União, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento de Mercado. Em vermelho no centro, destaca-se a superquadra.

Fonte: Savoy

5.3- A nova estratégia do capital na porção oeste da RMSP

A Superquadra, em Osasco, é uma manifestação do capital imobiliário que, de acordo com Paiva (2007), mantém uma estreita imbricação com o capital financeiro que, juntos, “procuram interagir de maneira sistêmica para potencializar a reprodução do capital” unindo duas frações do capital, “formando um capital único para atingir uma autonomia relativa no processo de valorização” (Paiva, 2007:04).

O capital imobiliário e o capital financeiro vêm estreitando relações nas duas últimas décadas, simultaneamente ao delineamento das novas relações de produção características do processo de acumulação flexível. Segundo Paiva (2007), esta aproximação ocorreu por iniciativa das instituições financeiras que reconhecem na propriedade imobiliária um ativo de grande importância na composição de suas atuações no mercado. Entretanto, alerta o autor, que esse estreitamento não trata simplesmente de uma aproximação como outras que já haviam acontecido no passado, mas de uma relação que se estabelece agora tutelada por uma acumulação financeirizada, o que, em outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e Japão, impulsionou uma valorização imobiliária que alimentou o crescimento econômico nessas nações. A partir desses núcleos, continua o autor, o capital imobiliário expandiu-se geograficamente à procura de oportunidades para sua valorização por todo o globo, o que fomenta a criação de um circuito mundial de valorização patrimonial. E também se expandiu conceitualmente,

a fusão do capital financeiro com o capital imobiliário intensificou a geração de novos instrumentos financeiros, promovendo a superação da rigidez (baixa liquidez) do ativo imobiliário e, conseqüentemente, uma transformação

substancial na temporalidade de reprodução do capital imobiliário (PAIVA, 2007:134).

Como discutimos anteriormente, algumas cidades (principalmente as que fazem parte de regiões metropolitanas) estão sob a égide de um processo de reprodução comandado por forças que atuam de maneira ordenada e simultânea em várias partes do mundo. Esse processo faz parte das transformações espaciais que ocorrem nas cidades de modo que o espaço urbano atenda as necessidades de reprodução do capital. O capital imobiliário funciona como o agente que dirige e proporciona a recriação de espaços adequados à necessidade da reprodução capitalista.

Isso implica afirmar que a cidade torna-se cada vez mais um produto eminentemente da necessidade (ou obsessão) especulativa do capital imobiliário no seu processo de valorização e não necessariamente das necessidades de grande parte da sociedade. Obviamente, nem sempre os interesses objetivos dos promotores imobiliários são revelados, talvez sejam os interesses velados- não defensáveis publicamente-, os que mais impactam sobre a paisagem da cidade e nos ganhos das elites imobiliárias urbanas (PAIVA, 2007:80)

O estabelecimento quase simultâneo dos empreendimentos Shopping União Osasco e o Osasco Prime Center, assim como os que estão sendo realizados ao mesmo tempo em Barueri²⁶, município vizinho (vide mapa 1), mostram que os

26 Nos últimos cinco anos os investimentos imobiliários têm aumentado muito em Barueri e Santana de Parnaíba, ao mesmo tempo em que está ocorrendo uma concentração dessa atividade em grandes empresas. Além de empresas nacionais do setor, multinacionais vêm investindo na sub-região oeste da RMSP. O crescimento do mercado imobiliário em Alphaville e Tamboré é resultado do incremento do setor imobiliário na RMSP como um todo. Para se ter uma idéia, o número de unidades lançadas na RMSP, em 2007, foi 78,71% maior que 2006. Em Alphaville e Tamboré verifica-se o lançamento de empreendimentos voltados para as classes média-alta e alta. Segundo levantamento realizado pela Revista Viva, em publicação de novembro de 2007, hoje estão em andamento 12 loteamentos residenciais com um total de 5.902.047 metros quadrados com 3.677 unidades, além de 8 empreendimentos que colocarão à disposição 2.740 salas comerciais e 302 lojas. Também estão sendo lançados 16 empreendimentos que colocarão à disposição 3.585 apartamentos. Alphaville é o quinto colocado em valorização imobiliária na região metropolitana de São Paulo. (O Estado de São Paulo, 20/07/08).

agentes econômicos²⁷ que operam na produção do espaço estão encontrando na porção oeste da RMSP as condições necessárias para desenvolverem suas atividades.

Mais especificadamente no caso dos empreendimentos de salas para escritório, esses vêm atendendo a uma exigência do mercado quanto à modernização dos edifícios:

 sistema de ar condicionado central, de automação, controle de energia, conforto e segurança predial, infra-estrutura sofisticada de telecomunicações e de processamento de dados, lajes grandes e flexíveis, cabeamento de fibra óptica, vagas de estacionamento passaram a ser requisitos básicos desses edifícios para atender melhor os seus ocupantes[,,,] (NOBRE, 2000:141)

Edifícios com essas características atendem a necessidade que a atual fase do desenvolvimento do capital impõe às empresas de apresentarem maior mobilidade espacial. Assim, as empresas preferem tornar-se inquilinas ao invés de imobilizarem capital em uma sede própria, deixando o capital mais livre para investirem em ações mais vantajosas (FIX, 2003).

Assim, como no caso do Osasco Prime Center, a construção do Shopping União também se realiza tendo as várias etapas do processo a cargo de agentes distintos. Esse expediente permite ao capital uma mobilidade muito maior do que se as várias etapas estivessem ao cargo de um mesmo capitalista, já que um agente (consultor, incorporador, construtor etc.) pode se retirar do processo antes de sua conclusão, se a continuidade não lhe for vantajosa, para ser substituído por outro (FIX, 2003).

27 Citando Logan e Molotch, Fix (2003) caracteriza três tipos de agentes econômicos que atuam na produção do espaço: i- o primeiro tipo é o passivo, um rentista que apenas marginalmente funciona como promotor imobiliário, muitas vezes adquiriu o imóvel para outro propósito. Mas este acabou se mostrando mais valioso quando vendido ou alugado para usos diversos; ii- o segundo antecipa as mudanças do uso do solo e especula sobre o futuro de determinado lugar. Procura captar a renda por meio do estabelecimento de forma do controle sobre as regiões propensas a se tornarem mais vantajosas ao longo do tempo. Baseia-se, portanto, na previsão de tendência e na realização de apostas. A principal habilidade de que necessita prover os movimentos geográficos dos outros, não apenas dos agentes do setor imobiliário, mas também dos empresários relacionados à produção e aos serviços; iii- o terceiro tipo não apenas procura prever o futuro para tomar suas decisões, como também intervém para alterá-lo, modificando as condições que estruturam o mercado. A estratégia é influenciar na arena da tomada de decisões, que traz vantagens a uma região em relação a outras, como a realização de obras públicas, a oferta de subsídios, as alterações no zoneamento, a elaboração de planos etc. (pag. 32-33).

Dessa maneira, “o mercado imobiliário torna-se uma alternativa de investimento do grande capital financeiro” (Nobre, 2000;135). O empreendedor imobiliário não será o usuário de seu empreendimento. As salas de escritório em um edifício ou as comerciais em um shopping tornam-se mercadorias que são colocadas no mercado para serem vendidas ou alugadas por outro capitalista. O promotor imobiliário assume, dessa forma, o papel de criador de mercadoria, que constrói o ambiente no qual se realizará a produção e reprodução de outros segmentos da economia.

5.4- TRANSIÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICAS SOCIAIS EM OSASCO

Os modelos de desenvolvimento econômico adotados no Brasil desde a chegada dos portugueses, em 1500, deram origem a uma desigualdade social que lançou milhares de brasileiros na pobreza. Pinheiro (1995), em um breve trabalho, faz uma relação entre os modelos de desenvolvimento adotados em cada período histórico latino-americano e as políticas sociais a eles relacionados, como estratégia de estabilização em uma situação de transição.

O argumento central é que, historicamente, as políticas sociais foram concebidas como parte integrante do funcionamento dos sistemas econômicos. No *modelo primário-exportador*, o Estado intervinha na sociedade com o objetivo de assegurar condições de trabalho para viabilizar as empresas monocultoras e de criar um espaço-nação nos limites das atividades produtivas. No modelo de *substituição de importações*, sob a égide do populismo, as políticas sociais foram direcionadas para fortalecer a classe média, em busca do apoio ao regime autoritário e de modo a favorecer a consolidação do mercado interno. Com o esgotamento da estratégia industrializante, a transição para um novo padrão de desenvolvimento foi permeada por orientações de agências internacionais que atuam na região, enfatizando o caráter

compensatório e focalizado das políticas sociais. Tais prognósticos induzem, mais uma vez, à idéia de operacionalidade das políticas sociais em relação ao modelo econômico, dados que sugerem o direcionamento daquelas para amortecer os impactos no tecido social, causados pela reorganização do sistema produtivo, assegurando a estabilidade do regime de transição. (Pinheiro, 1995:1-2)

Dessa maneira, a desigualdade social no Brasil, como em toda a América Latina, tem em comum sua construção associada ao modelo de desenvolvimento econômico adotado em cada momento histórico. Mas somente a especificidade do desenvolvimento histórico de cada nação latino-americana, tomada particularmente, pode deixar claro como a riqueza e o seu par dialético, a pobreza, foram nelas construídas.

O Brasil viveu ciclos econômicos (da extração do pau-brasil, da extração do ouro, da extração da borracha, como exemplos) que trouxeram alguma prosperidade econômica somente enquanto perduraram. O ciclo do café diferencia-se dos demais, pois a riqueza promovida por ele permitiu o desenvolvimento da indústria no sudeste brasileiro.

Com a crise econômica mundial iniciada em 1929, a política substitutiva de importações, comandada por Getúlio Vargas, nos anos 30 do século passado, proporcionou ao Brasil um desenvolvimento econômico assentado em grande parte na indústria. O posterior desenvolvimento do capitalismo em nível nacional permitiu ao Brasil inserir-se, definitivamente, nas relações econômicas globalizadas. Entretanto, esse fato não significou um desenvolvimento econômico igual no território. As baixas taxas de crescimento econômico, verificadas ao longo dos anos 80 e 90, não propiciaram a formação de um quadro social que atendesse as necessidades básicas de uma parcela da população brasileira, que convive com o

desemprego a violência, informalidade e outras manifestações da pobreza (GUERRA, 2007).

As mudanças na estrutura da produção econômica no município de Osasco também estão inseridas dentro desta lógica. À medida que uma nova riqueza foi sendo produzida no município, a pobreza, também, se manifestou gerando uma desigualdade sócio-espacial local como desdobramento da reprodução ampliada do capital.

A desigualdade sócio-espacial é a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social (Rodrigues, 2007:74)

Não há dúvidas da existência de uma estreita relação do Estado com desenvolvimento do capital, fato comprovado com as ações dos diversos estados nacionais do centro capitalista para amenizar os efeitos da crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos no segundo semestre de 2008, como visto anteriormente. Porém, as ações do Estado moderno contemporâneo não se restringem em atender as demandas geradas pela reprodução capitalista, mas pela própria demanda e pressão social derivadas do processo existente, fazem com que também existam ações voltadas para o atendimento de demandas sociais.

A complexidade do desenvolvimento urbano cria demandas que o Estado precisa atender para que não haja desequilíbrios que comprometam a reprodução das relações das forças atuantes em seu território. A desigualdade sócio-espacial aparece como a manifestação desse desequilíbrio.

Em Osasco, 64,2 mil pessoas encontram-se abaixo da linha da pobreza²⁸. Em uma escala de 0 a 1, em que zero refere-se ao pior desempenho e 1, ao melhor, o

²⁸ Considera-se linha da pobreza, neste estudo, os indivíduos que recebem até meio salário mínimo de renda mensal *per capita*.

município de Osasco tem um índice de pobreza de 0,492, sendo que 6 bairros do município apresentam índices igual a zero e apenas dois bairros têm índices igual a um (GUERRA, 2007). Essa desigualdade sócio-espacial pode ser melhor analisada no mapa 8:

Somente analisando os índices referentes à pobreza, a situação da desigualdade sócio-espacial ainda não fica esclarecida. Em um estudo a respeito desse tema, o poder público em Osasco buscou identificar a manifestação espacial da desigualdade social²⁹. Um dos resultados desse trabalho é o mapa da exclusão social de Osasco, que expressa uma síntese de outros sete indicadores³⁰ (Guerra, 2007). O mapa 9 mostra a distribuição espacial desse indicador.

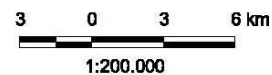
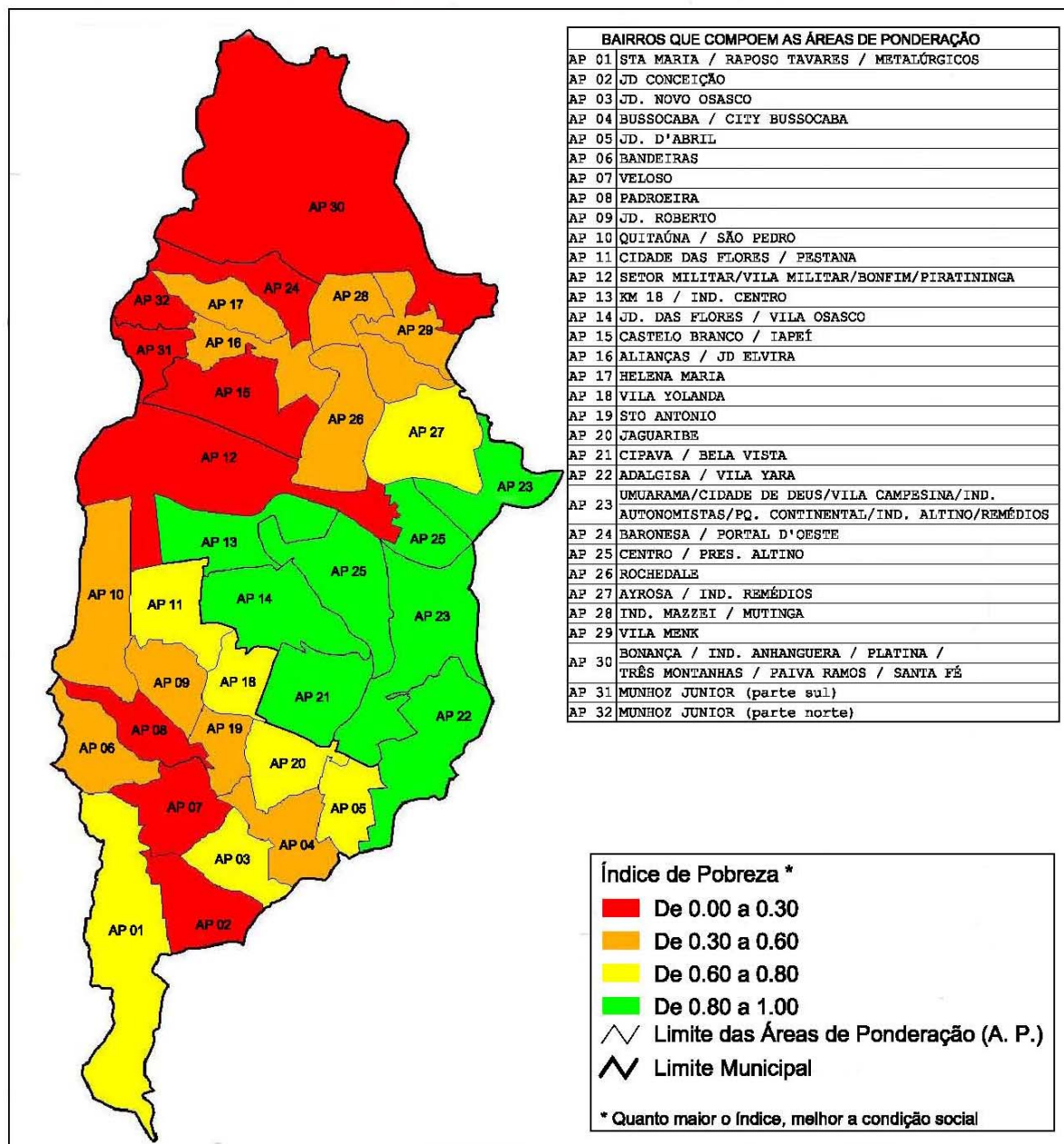
Entretanto, o que aparece aqui como uma exclusão social é o modo como uma parcela da população está sendo incluída de maneira precária, marginal e instável no contexto das grandes transformações econômicas (MARTINS, 1997). Não é um acontecimento que ocorre paralelo ao desenvolvimento das forças capitalistas, mas é um movimento que está inserido dentro da lógica do capital. Não cabe ao capital privado a resolução dos problemas sociais, mas ao Estado. Entretanto, o funcionamento da estrutura estatal apresenta-se como uma equação de alocações de recursos. Da mesma maneira que a economia local cresce, os recursos financeiros do Estado também devem crescer para poder atender as várias demandas.

Mapa 7

29 Para encaminhar as discussões a respeito deste tema, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão- SDTI. Já em seu primeiro ano de funcionamento, a SDTI tratou de iniciar um diagnóstico da situação no município. O resultado deste trabalho foi publicado no Atlas da Exclusão Social de Osasco, em 2007 e, posteriormente, os resultados foram melhor analisados no livro Inclusão Social com Geração de Ocupação e Renda

³⁰ São eles: índice da pobreza, índice de emprego formal, índice da desigualdade, índice de alfabetização, índice de escolaridade, índice de violência e índice de juventude.

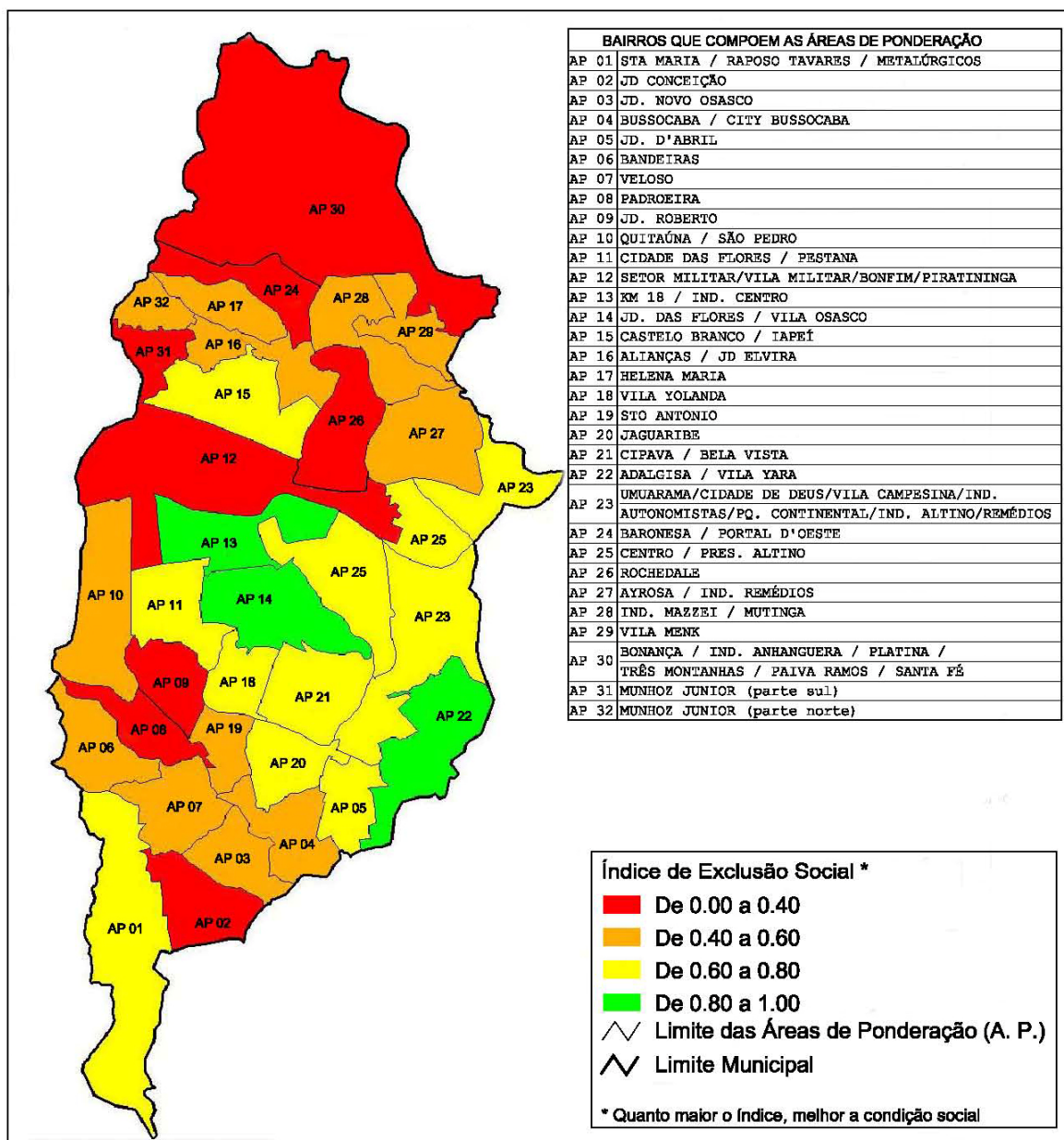
Município de Osasco - Índice de Pobreza por Área de Ponderação



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão / PMO, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

Mapa 8

Município de Osasco - Índice de Exclusão Social por Área de Ponderação

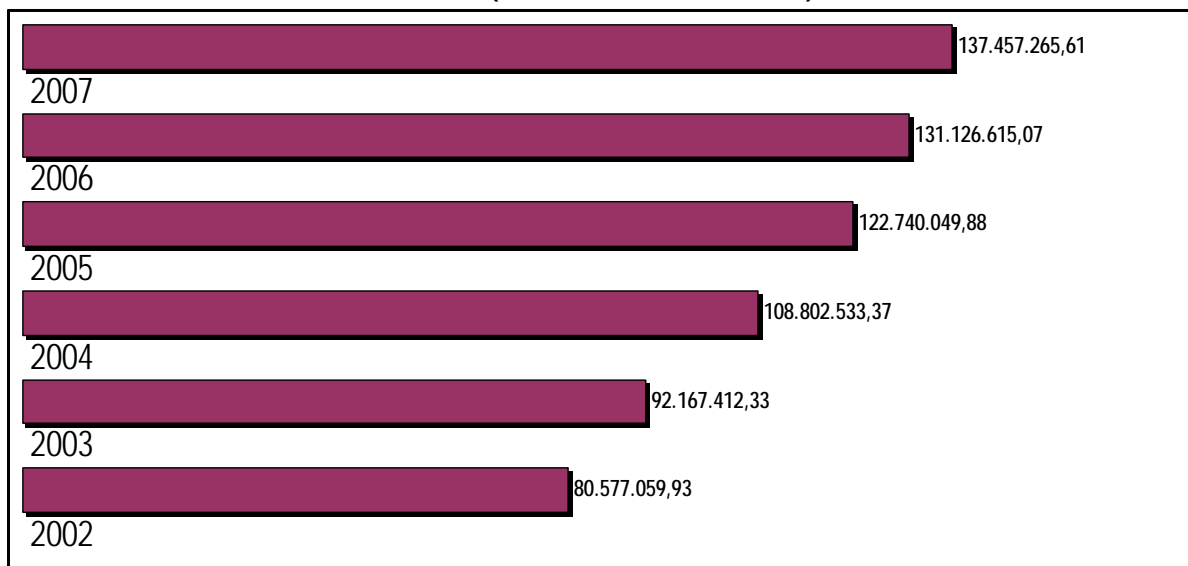


Fonte: Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão / PMO, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

Em Osasco, a última década foi marcada por um considerável aumento na arrecadação municipal, que de 1997 a 2007 foi de 131,235%. Esse aumento foi

proporcionado, principalmente, pelo aumento da receita tributária própria³¹ e pelo aumento do repasse do ICMS, conforme o gráfico 17

**Gráfico 17- Evolução do repasse do ICMS no período 2002-2007
(valores brutos em reais)**



Fonte: Prefeitura Municipal de Osasco, 2009

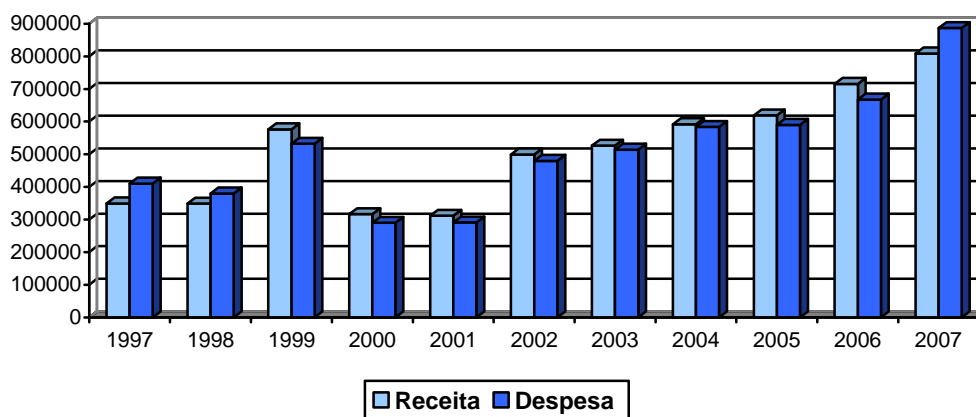
Entretanto, as despesas também aumentaram muito nesse período, na ordem de 204,67%, com destaque para as despesas com investimentos³², que tiveram um aumento de 495,7%, apesar do seu valor bruto (R\$87,2 milhões em 2007) estar muito abaixo de despesas com pessoal e custeio³³ (R\$390,42 milhões e R\$377,2 milhões em 2007, respectivamente).

³¹ A receita tributária própria é a soma da arrecadação dos impostos: ISS + IPTU + TAXA, inclusive considerando-se inscrições em dívida ativa.

³² As despesas com investimentos consideram, também, as inversões financeiras e toda a despesa de capital exceto as amortizações da dívida pública.

³³ As despesas de custeio abrangem toda despesa corrente, exceto as de pessoal, transferência a pessoas e pagamento de juros

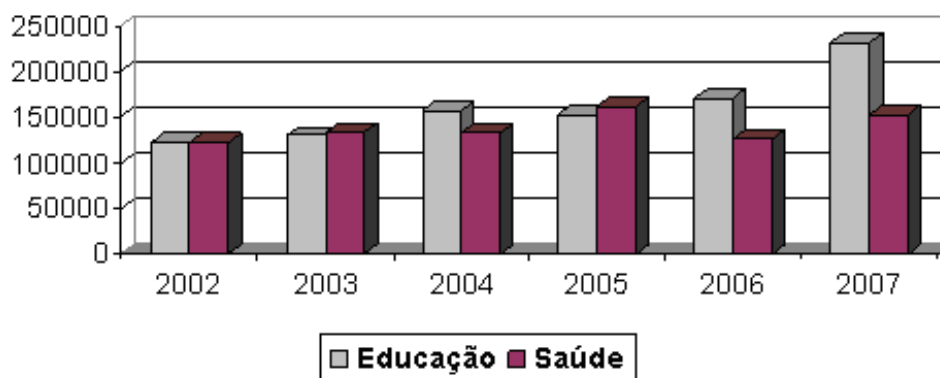
Gráfico 18- Evolução da Receita e Despesa Total do Município de Osasco 1997-2007 (em mil reais)



Fonte: Aequus Consultoria, 2009
Elaboração: Wagner Constantino

Observa-se que no ano de 2007, em Osasco, a despesa total voltou a ser maior que a receita total, o que havia ocorrido pela última vez no ano de 1998. O que nos importa aqui é considerarmos os investimentos em programas de saúde e educação, já que são instrumentos para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do município.

Gráfico 19- Despesas com Saúde e Educação, em Osasco, no período 2002-2007 (em mil reais)



Fonte: Aequus Consultoria, 2009
Elaboração: Wagner Constantino

Nos últimos 6 anos, a despesa com educação cresceu 90,7% e representou, em 2007, 26,23% da despesa total, enquanto em 2002 representava 24,95%. Já na área da saúde, o aumento da despesa foi de 26,21%, o que representou em 2007 17,32% da despesa total, enquanto em 2002, representava 24,67% da despesa total do município.

Pode-se concluir, dessa comparação, que os maiores gastos do poder público em Osasco não estão diretamente associados aos serviços que servem à população com menor recurso, que necessitam dos serviços da rede municipal, como o de educação e saúde, cujas despesas tiveram uma diminuição no decorrer do tempo ou tiveram um aumento pequeno, se comparado a outras despesas.

De outro lado, a prefeitura local tem efetivado projetos que procuram minimizar os efeitos causados pelo modelo de inserção de parte da população no processo atual de reprodução do capital. O projeto Bolsa Família, do governo federal, está sendo conduzido em Osasco como um programa social prioritário e o seu gerenciamento já rendeu ao município o reconhecimento do governo. O 2º Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família do Governo Federal (PBF) premiou duas experiências desenvolvidas em Osasco, como as melhores práticas brasileiras junto aos beneficiários do Portal do Trabalhador e da Oficina Escola Têxteis (SEBRAE, 2009)

Também o poder público local lança mão de políticas próprias, como o Projeto Osasco 50 Anos³⁴, que concentra um programa de ações voltadas ao desenvolvimento social e econômico do município. E ainda, através de ações

³⁴ Esse projeto concentra um programa de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social e tem os seguintes eixos temáticos: desenvolvimento urbano e qualidade ambiental, desenvolvimento econômico, saúde, educação, identidade cultural da sociedade e política esportiva, reforma e modernização do Estado, inclusão social e cidadania, segurança pública e combate à violência urbana.

específicas de combate à pobreza, a prefeitura local busca soluções mais efetivas e imediatas para os graves problemas associados à pobreza de parte da população³⁵.

De maneira integrada, os programas sociais da SDTI já atenderam quase 300 mil pessoas de 2005 a março de 2008, distribuídas conforme a tabela seguinte:

Quadro 3- Número de famílias atendidas, segundo os programas da PMO

PROGRAMA SOCIAL	Nº	UNIDADE
Programa Bolsa Família	20.157	Famílias
Programa Renda Cidadã	8.311	Famílias
Programa Renda Mínima	100	Famílias
Programa Juventude Cidadã	5.709	Pessoas
Programa ProJovem	908	Pessoas
Programa Jovem Cidadão	1.024	Pessoas
Programa Bolsa Trabalho	147	Pessoas
Programa Operação Trabalho	845	Pessoas
Programa Começar de Novo	197	Pessoas
Programa Emergencial de Auxílio Desemprego Estadual	597	Pessoas
Programas Capacitação Ocupacional	8.645	Pessoas
Programa Osasco Solidária	3.471	Pessoas
Programa de Crédito Popular	1.445	Pessoas
Programa Osasco Digital *	6.022	Pessoas
Programa Osasco Inclui	145.927	Pessoas
Total **	297.421	Pessoas

* Além dos cursos, o Programa Osasco Digital possibilitou mais de 100 mil acessos livres a Internet.

** Para padronização de unidade da soma total, no caso dos BFe RC contabilizamos todos os membros das famílias, que correspondem, a 80 mil e 42 mil indivíduos, respectivamente.

Fonte:SDTI/PMO

Fonte: Prefeitura Municipal de Osasco, 2009

Esse total equivale a, aproximadamente, 42% da população do município.

As análises dos dados aqui expostos indicam que, apesar do caráter de esquerda do governo Osasquense (o atual prefeito é do Partido dos Trabalhadores),

³⁵ Essas ações estão divididas em programas redistributivos, emancipatórios e de desenvolvimento.

Os programas redistributivos estão concentrados em dois núcleos: Núcleo familiar- Compreendem um conjunto de ações de transferência de renda para famílias pobres e trabalhadores desempregados, visando complementação monetária, aumento de escolaridade, formação social e ocupacional (Programa Bolsa família Federal, Programa Renda Cidadã estadual, Programa Emergencial de auxílio Desemprego estadual, Programa renda Mínima Municipal, Programa Operação Trabalho Municipal e programa Começar de Novo Municipal).Núcleo Juventude- compreende projetos de transferência de renda (bolsas) direcionados a jovens desempregados, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias de baixa renda, somado a capacitação social e ocupacional com elevação de escolaridade e trabalhos comunitários – pertencimento (Programa Bolsa Trabalho Municipal, Programa Jovem Cidadão Estadual, Programa Escola de Fábrica federal, Programa Juventude Cidadã Federal e Programa Projovem Federal.

Os programas emancipatórios reúnem o programa Osasco Solidária (programa de apoio e fomento à cultura e às estratégias de economia popular e solidária como forma de geração de trabalho e renda, organização, produção e relacionamento social via formação de empreendimentos econômicos e solidários – micro-empresas, empresas familiares, cooperativas e empresas associativas) e o Programa Capacitação Ocupacional (responsável pela capacitação oferecida aos beneficiários dos programas sociais)

Já os programas de desenvolvimento incluem a intermediação de mão-de-obra e de negócios e apoio ao desenvolvimento local, além do programa Osasco Digital (gerenciamento de informações da SDTI e inclusão digital).

as políticas sociais sugerem ser um conjunto de ações que tendem à minimização dos efeitos desastrosos desse período de transformação econômica, sem que haja uma mudança efetiva da situação econômica dos habitantes do município.

Percebe-se que os programas buscam uma maneira de alterar o modo como as pessoas mais carentes estão incluídas nesse processo de transformação econômica. Não que elas estarão, através dessas ações, emancipadas, mas serão incluídas (ainda que de modo precário) de acordo com a lógica de reprodução do capital. Não podemos, entretanto, esquecer que tais políticas têm um efeito positivo na melhoria das condições de vida da população assistida, mas, tratando-se de um movimento maior da economia, percebe-se que as ações do poder público local em Osasco têm um caráter reduzido, determinado pelas limitações do nível municipal de administração, e aparecem como políticas sociais que mitigam os impactos sociais causados pelo contexto de reestruturação produtiva da metrópole paulista, acomodando os conflitos e assegurando que essa transição seja realizada de uma maneira estável, como nos alerta Pinheiro (1995). Esses programas aparecem como a socialização dos custos da pobreza.

Assim, o desenvolvimento do processo capitalista que se realiza localmente, em Osasco, está profundamente associado aos processos de reprodução do capitalismo em nível mais amplo, seja no modelo da produção do espaço como no modelo do estabelecimento das políticas públicas.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 70 do século passado, a reprodução do capital passou a se realizar de maneira distinta do que tinha sido desde o início dos anos 20.

A partir dessa época, o modelo fordista de produção não atendia mais as necessidades que o capital exigia para reproduzir-se. O modelo embasado em grandes quantidades de capital fixo na instalação das unidades produtivas, a regulamentação do mercado financeiro, a forma de contratação de mão-de-obra e as antigas formas de produção mostraram-se ineficientes e inadequadas para manter as taxas de lucro em um patamar aceitável para a reprodução do capital.

Concomitante a esse fato, a partir dos anos 70, as tecnologias de informação, comunicação e transporte apresentaram novas oportunidades para a produção e reprodução do capital. Entretanto, as políticas estabelecidas pelos estados-nação voltadas para a produção, comércio e investimentos ainda estavam associadas ao antigo modelo fordista. Para a reprodução do capital, a partir de então, foi necessário que se promovesse uma desregulamentação econômica que permitisse ao capital aproveitar-se da maior fluidez e volatilidade que as novas tecnologias proporcionavam. O discurso da globalização da economia realizado principalmente por agentes financeiros apela para a ideia de que a economia mundial e os novos investimentos só podem ser realizados mediante uma política de desregulamentação nos países que pretendessem aproveitar-se deste movimento. O que se verificou foi uma onda de políticas neoliberais, iniciadas pelos Estados Unidos e Inglaterra e imitada por outras nações, posteriormente, que se realizou mediante a desregulamentação de muitas operações econômicas.

Essa proposta sempre esteve permeada pela falsa ideia de que o Estado deveria intervir minimamente na economia. Isto não é verdade. Nos tempos de globalização econômica, o Estado tem um papel fundamental em derrubar as barreiras que dificultam a valorização do capital e dar o suporte para a sua reprodução. Isso aparece bem claro na ligação estreita que existe entre os grandes grupos econômicos e os Estados nos quais mantêm suas sedes. Há uma relação sinérgica entre ambos, que se beneficiam mutuamente.

O processo de desregulamentação verificado a partir dos anos 70 permitiu ao capital fluir com maior facilidade e instalar-se em porções do território onde encontrasse as condições mais favoráveis para sua reprodução. Esse fato reordenou a divisão internacional do trabalho e reorganizou a produção no interior dos estados-nação.

As facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias permitiram que o comando e gestão dos processos produtivos se separassem espacialmente das unidades produtivas. Daí o fato de certas cidades do “core” capitalista passarem a centralizar os processos de gestão e comando de diversas atividades que se realizam a nível global. São chamadas por Sassen (1988) de cidades mundiais. São tais cidades que funcionam como centro de comando da economia mundial.

Essas cidades, e outras também, nas quais São Paulo está incluída, possuem agora uma nova estrutura econômica que se apresenta com um novo padrão espacial. O que se verifica é que as relações e fluxos econômicos, de informação, mercadorias e pessoas, antes concentradas em algumas cidades, agora estão estendidos em porções maiores do território, nas quais a dispersão da dinâmica metropolitana se estende por toda uma região. São porções polinucleadas que abrangem diversas cidades, que comandam a economia em territórios próximos e

em localidades muito mais distantes. São as cidades-regiões, conforme Scott et al. (2001).

No caso brasileiro, verificamos que, a partir da década de 70, as atividades econômicas até então concentradas na Região Metropolitana de São Paulo –RMSP– passaram a ser realizadas em uma região mais abrangente formada pelas cidades do seu entorno.

Esse movimento é marcado, principalmente, pela transferência de unidades produtivas da RMSP para localidades não muito distantes dela, assim como novos investimentos em unidades fabris passaram a ser realizados nessas localidades que não a RMSP. Porém, é no centro da RMSP que as atividades de comando e gestão dessas atividades se encontram. Esse fato é explicado por muitos estudiosos como sendo de uma desindustrialização de São Paulo, outros o reconhecem como uma industrialização do interior, outros o vêem como uma desconcentração industrial. Nosso ponto de vista é distinto desses. Concordamos com Lencioni (1996): o que ocorre é um desadensamento da RMSP, pois as atividades que antes se realizavam concentradas no centro da metrópole, agora ocorrem em uma porção do espaço mais estendida que forma a cidade-região de São Paulo.

A cidade-região apresenta-se como a metrópole contemporânea por excelência e é muito distinta das metrópoles modernas. Seu entendimento não pode mais ser realizado com os instrumentos que servem a análise das metrópoles modernas, e sua apreensão só pode ser alcançada se realizada por intermédio de uma análise multiescalar como ferramenta de investigação.

Verificamos, ainda que, no caso brasileiro, a economia nacional foi definitivamente inserida na economia globalizada com as reformas iniciadas pelo Plano Real em 1994. Além da reforma monetária, ao Plano Real seguiram-se uma

série de medidas (privatizações, desregulamentação econômica, reforma do sistema financeiro) que tiveram implicações diretas na estrutura produtiva da Região Metropolitana Desadensada São Paulo. Logo após a implementação do Plano Real, os municípios da porção sudeste da metrópole paulista, que até então tinham um grande desempenho econômico por conta de sua produção industrial, tiveram uma brusca redução do valor adicionado. Em contrapartida, os municípios da porção oeste da metrópole passaram a ter um desempenho econômico muito maior que antes do Plano Real, principalmente os municípios de Barueri e Osasco.

O nosso estudo de caso mostrou que no município de Osasco a combinação da inserção do Brasil na economia globalizada, juntamente com o fato de a metrópole estar se desadensando, e os efeitos do Plano Real fizeram surgir um novo arranjo espacial: a superquadra.

Antes, um local que abrigava indústrias, a superquadra hoje abriga grandes shoppings centers, hipermercados de marcas estrangeiras, centros universitários, revenda de automóveis e outros comércios, além de estar recebendo o investimento pioneiro de um conjunto moderno de salas comerciais. Apenas duas indústrias ainda estão no local.

Nossa pesquisa mostrou que a superquadra é uma nova centralidade não apenas em Osasco, mas na região metropolitana, já que convergem para a superquadra pessoas oriundas de municípios distantes em busca das mercadorias e serviços ali oferecidos. Na nova estrutura da região metropolitana desadensada, a superquadra desempenha um papel de integração econômica na porção oeste da metrópole, reforçando a metropolização do espaço em torno de si.

A reestruturação que ocorre na superquadra é resultado da ação combinada do capital financeiro e do capital imobiliário que, juntos, formam um novo capital.

Esse novo capital determina a reestruturação espacial, conforme suas necessidades de reprodução.

A atuação do poder público local em Osasco proporciona as condições necessárias para o desenvolvimento do capital que ali se manifesta e, ao mesmo tempo, estabelece políticas sociais que acomodam a parcela da população que está incluída de maneira precária no contexto de transformação econômica, minimizando os conflitos.

Bibliografia

AGLIETTA, M. **Regulación y Crisis del Capitalismo**. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.p. 192-197.

ALVES, Glória da A - **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. Tese de doutorado, DG- FFLCH-USP, 1999

_____.- São Paulo, uma cidade global *in* **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**, Ana Fani A. Carlos (org), São Paulo, Contexto, 2005

AMADO, A. M. - Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990 *in* **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, Crocco, M e Gonzaga, F. (org) Belo Horizonte, Autêntica, 2006

BATISTA JR, P.N- **O Plano real sob a luz da experiência mexicana e argentina**, São Paulo, Revista Estudos Avançados nº 10, 1996

_____. **Mitos da Globalização**- São Paulo, Revista Estudos Avançados nº 12, , 1998.

_____. - **A economia como ela é**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001

BENNER, R.- Um novo imperialismo? *In* **Globalização: dimensões e alternativas**, Carlos Eduardo Martins (org), Rio de Janeiro, Ed, POC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004

BERMAN, M- **Todo lo sólido se desvanece en el aire: La experiencia de La modernidad**, Coyoacam, México, Siglo Veinteuno, 1991.

BIONDI, A- **O Brasil privatizado- um balanço do desmonte do Estado**, São Paulo, Perseu Abramo, 2000

BOLAFI, G- Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema *in*. **A Produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**, Maricato, E (org) São Paulo, Alfa-Ômega, 2ª Ed. 1982

BONDUKI, N.G. & ROLNIK, R. Periferias: **Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho**, São Paulo, Prodeur, Caderno de Estudo e Pesquisa 2 – FAU-USP, 1979

BORJA, J. & CASTELLS, MI. El impacto de la información sobre la estructura social y espacial de las informaciones *in* **Local y Global: La gestión de las informaciones en la era de la información**, Madri, Taurus/ Pensamiento, 1997.

BRITO, C. R. – **Osasco: Espaço, Técnica, Tempo**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, USP, 1996

BRUNHOFF, S- **A moeda em Marx**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

BUCI-GLUCKMANN, C- **Gramsci e o Estado**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

CAIADO, A.S.C- RIBEIRO, T.F.F. E AMORIM, R L- **Reestruturação produtiva- perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social**, Petrópolis, Vozes, 2004

CAMARGO E SILVA, C. – **O papel do shopping Center na formação de clusters. O caso do shopping Aricanduva na cidade de São Paulo**. Monografia, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2007.

CANCLINI, N. G.- **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995

_____ **Imaginários urbanos**, Buenos Aires, Ed. Universitária de Buenos Aires, 1999.

_____ **Globalização Imaginada**, São Paulo, Iluminuras, 2003

_____ **Culturas híbridas**, São Paulo, Edusp, 2003

CANO, W- Alguns aspectos da concentração industrial *in* **Formação econômica do Brasil**, Flavio R. Vesiani e José R.M. de Barros (org), São Paulo, Saraiva, 1977.

CARLOS, Ana F. A. – São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro *in* **Geografias de São Paulo**, Ana Fani Alessandri Carlos & Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores) São Paulo, Contexto, 2004.

_____ - **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**, São Paulo, Contexto, 2001

CARVALHO, M- **Cidade global: anotações críticas sobre um conceito**, São Paulo, São Paulo em perspectiva Vol. 14, out/dez, 2000.

CARVALHO, F. J. C- A economia Keynesiana e a moeda nas economias modernas *in* **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, Crocco, M e Gonzaga, F. (org) Belo Horizonte, Autêntica, 2006

CHESNAIS, F- **A mundialização do capital**, São Paulo, Xamã, 1996.

COELHO, M.I.Z- **A estruturação do município de Osasco no contexto da região metropolitana de São Paulo**. Tese de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

COGGIOLA, O- Neoliberalismo- futuro do capitalismo? **In Neoliberalismo ou crise do capital**, Coggiola, O e Katz, C, São Paulo, xamã, 1996

CORDEIRO, H. K- A cidade mundial São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano **in O novo mapa do mundo- Fim de século e globalização**, Santos ET alli (Org), Hucitec, São Paulo, 2002

CROCCO, M. & JAYME Jr, F. G.- O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro **in Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, Crocco, M e Gonzaga, F. (org) Belo Horizonte, Autêntica, 2006

DAMIANI, A- **A cidade desordenada. Concepção e cotidiano do conjunto Itaquera I**. Tese de Doutorado, DG, FFLCH-USP, 1993

DÉAK, Globalização ou crise global **in Globalização e estrutura urbana**, Sueli Ramos Schiffer (org), Fapesp, São Paulo, 2004

DEBRUN, M- **Gramsci: Filosofia, política e bom senso**, São Paulo, Ed.Unicamp, 2001

DEUS, A. I- **A Berrini na centralidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado, DG-FFLCH-USP, 2007

DINIZ, C. C- Impactos territoriais da reestruturação produtiva **in O futuro da metrópole: desigualdade e governabilidade**, Rio de Janeiro, Rivan:Fase, 2000

EMPLASA- **Sumário de Dados da Grande São Paulo**, São Paulo, 2.003. Documento eletrônico

ENGELS, F. **Contribuição ao Problema da Habitação**. In: MARX, K; ENGELS, F. Textos n. 2. São Paulo : Edições Sociais, 1976.

FERNANDES, F. **Dicionário Brasileiro Contemporâneo Ilustrado:2ª Ed.**, Porto Alegre, Ed. Melhoramentos, 1988.

FERREIRA, J.S.W- **Os contrastes da mundialização-** A economia como instrumento de poder em um sistema internacional excludente. dissertação de mestrado- FFLCH, USP, 1997.

FISHLOW, A- Origens e consequências da substituição de importações no Brasil **in Formação econômica do Brasil**, Flavio R. Vesiani e José R.M. de Barros (org), São Paulo, Saraiva, 1977.

FIX, M- **São Paulo cidade global- fundamentos financeiros de uma miragem**. Dissertação de mestrado, FFLCH- USP, 2003

Folha de São Paulo- 14/08/2003, São Paulo, 2003,

_____ - 11/01/2008, São Paulo, 2008.

FRICK, O- **Reflexões sobre a desconcentração industrial em São Paulo-** Tese de Doutorado, FAU-USP, São Paulo, 1991

FRANCO, G. H. B.- **O plano real e outros ensaios**, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

FURTADO, C- **O capitalismo global**, São Paulo, Paz e Terra, 1998

GADELHA, M.A F- Globalização e crise estrutural *in* **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**, Regina A Fonseca Gadelha (org) São Paulo, Hucitec, 1997

GOLLDSTEIN, L; SEABRA, M. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização-** Revista do Departamento de Geografia da USP- São Paulo 1(1), p 21-47, 1982

GOTTDIENER, M- **A produção Social do espaço urbano**, São Paulo, Edusp, 1993.

GUERRA, A. **Atlas da exclusão social de Osasco: alternativas de desenvolvimento, trabalho e inclusão.** Alexandre Guerra, Dulce Cazzuni, Rodrigo Coelho- Osasco, SP: SDTI/PMO, 2007

GUIDDENS, A- **A consequência da modernidade**, São Paulo, Ed. UNESP, 1991

HANSEN, A.H- **Guia para Keynes**, São Paulo, Vértice, 1987- 195-218

HARVEY, D. - **A Justiça Social e a Cidade**, São Paulo, Hucitec, 1980.

_____ – **Condição Pós- Moderna**, São Paulo, Loyola, 1989

_____ - **Los limites del capitalismo y La teoria marxista**, Fondo de cultura econômica, México DF, 1990

_____ - **A produção capitalista do espaço**, São Paulo, Annablume, 2005

HIRST, P & THOMPSON, G- **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade-** Petrópolis, Vozes, 1998 O

IANNI, O- **Teorias da globalização**, Rio e Janeiro, Civilização Brasileira, 1995

_____ - **A era do globalismo**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999

_____ - **A sociedade Global**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002

_____ - Mídia, política e hegemonia *in* **Globalização: Dimensões e alternativas**, Carlos Eduardo Martins (org), Rio de Janeiro, Ed, PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004

INÊS, A- São Paulo: Metrópole Financeira da América do Sul *in* **Geografias de São Paulo**, Ana Fani Alessandri Carlos & Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores) São Paulo, Contexto, 2004.

KING, A. D- Cidades, nações, globalização e identidade: revisitando a cidade global e mundial *in* **Globalização e identidade nacional**, João R. Barroso (org), São Paulo, Atlas, 1999

KOULIOUMBA, S.- **São Paulo: Cidade mundial? Evidências e respostas de uma metrópole em transformação.** Tese de doutorado, FAU- UUSP, 2002

LACERDA, A. C.- **O Brasil na contramão**, São Paulo, Saraiva, 2001

LAGO, L. C. & RIBEIRO, L.C.Q- A casa própria em Tempos de Crise: Os Novos padrões de provisão de Moradia nas Grandes Cidades *in* **A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da Questão da habitação à Reforma Urbana.** Luiz Cezar de Queiroz Ribeiro (org) Rio de Janeiro, EDUFRRJ, 1996

LANGENMBUCH, J. R. – **A Estruturação da Grande São Paulo- Estudo de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, IBGE, 1971

LENCIONI, S- **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil.** Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1991

_____ - Reestruturação Urbano Industrial no Estado de São Paulo *in* **Território- globalização e fragmentação**, Milton Santo & Maria Adélia A de Souza & Maria Laura Silveira (organizadores), São Paulo, Hucitec, 1996

_____ - **A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. a particularidade de seu conteúdo sócio espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica.** Anais do X Encontro nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 2003, paper..

_____ - O processo de metropolização do espaço- Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização, *in* **Globalização e estrutura urbana**, Sueli ramos Schifer (org), São Paulo, Hucitec- FAPESP, 2004

Livre Mercado, **Grande Osasco ameaça Região**, Ed. Mercado Livre, Diário do Grande ABC, ed. Nº 173, Fevereiro , Santo André, 2004 OK

MARCONDES M.J..A. - **Cidade e Natureza**, São Paulo, Fapesp- Edusp/Studio Nobel, 1999.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**, São Paulo, Hucitec, 1996

MARX, K- **O capital**, Livro I, Vol.I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MARTINS, J. de S. – **Exclusão social e a nova desigualdade**, São Paulo, Paulus, 1997

MARTINS, C.E- **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia- FFLCH-USP, 2003
O ESTADO DE SÃO PAULO, caderno Cidades/Metrópole, edição de 20/07/2008.

Moraes, A.C.R, e Costa, W. M- A geografia e o processo de valorização do espaço **in Novos Rumos da geografia brasileira**, Milton Santos (org), São Paulo, Hucitec, 1992

NOBRE, E. A. C- **Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros**. Tese de doutorado, FAU-USP, 2000

OHMAE, K.- **O fim do Estado-nação**, Rio de Janeiro, Campus, 1996 OK

OLIVEIRA, F.Introdução **in Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classe**, 3ª Ed. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1981

_____. Prefácio **in Maricato, E. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**, Alfa-Ômega, 2ª Ed. São Paulo, 1982

PAIVA, C. – **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade do processo**. Tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2007

PASSWORD ;K. Dictionaries: **English for speakers of portuguese**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005

PRADO, E- **Desmedida do valor: crítica da pós- grande indústria**, São Paulo, Xamã, 2005

PRADO, M. C. R. M.- **A real história do real**, Rio de Janeiro, Record, 2005.

PRATES, R- **Reestruturação da Metrópole Paulista: O processo de descentralização industrial**. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

RATTNER, H- **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, serviços de publicações, 1972

RIBEIRO, D- **O povo brasileiro- a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo, Cia das letras, 1995

RIBEIRO, L.C.Q. & AZEVEDO, S. A Produção da Moradia nas Grandes Cidades: Dinâmicas e Impasses, in **A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da Questão da Habitação à Reforma Urbana**. Luiz Cezar de Queiroz RODRIGUES, N. R- **Planos de estabilização e impactos nos bancos**. Tese de doutorado, Departamento de Contabilidade e Atuária, FEA-USP, São Paulo, 2004.

SAID, Z. **Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real**. Dissertação de mestrado, Departamento de Administração e Contabilidade, FEA-USP, São Paulo, 2005.

SANCHES, F- **A reinvenção das cidades para o mercado mundial**. Tese de doutorado, DG- FFLCH- USP, 2001

SANTOS, M.- **Espaço e método**, São Paulo, Nobel, 1985

_____ **Metrópole Corporativa Fragmentada**, São Paulo, Nobel, 1990

_____ **Técnica, espaço, tempo-** , São Paulo, Hucitec 1994

_____ **Tendências da urbanização brasileira no fim do Século XX** In: Carlos, Ana Fanny (org.) - Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade Urbano. São Paulo: EDUSP; 1994

_____ - **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**, São Paulo, Edusp, 2002

SASSEM, S- **As cidades na economia Mundial**, São Paulo, Nobel, 1998

_____ - Território e territorialidade na economia global, in **Globalização e identidade nacional**, João Barroso (org), São Paulo, Atlas, 1999

SCOTT, A. J & AGNEW, J & SOJA W. & STORPER, M. **Cidades-regiões globais**. Espaço e Debates, nº 41, ano XVII

SEABRA, O C L- **Os Meandros do Rio nos Meandros do Poder – Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo**. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987

SENHAS- **Diccionario para la enseñanza de la lengua espanhola para brasileños**. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filologia, 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001

SICSU, J. & CROCCO, M- Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro *in Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*, Crocco, M e Gonzaga, F. (org) Belo Horizonte, Autêntica, 2006

SILVA, E. **História de Barueri: capítulos da História Municipal**, São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 1999

SILVA, A. G. **Município de Barueri: Segregação espacial e Clientelismo Político na Metrópole Paulista**. Dissertação de Mestrado, FFLCH- USP, São Paulo 2002

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1973

SPÓSITO, M.E.B- **O centro e as formas d expressão da centralidade urbana**, São Paulo, Revista geografia n10, 1991

SODRÈ, N. W- **A farsa do neoliberalismo**, Rio de Janeiro, Graphia, 1999

SOJA, E. **Geografias pós-modernas- A reafirmação do espaço na teoria social crítica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1993

SOROS, G- **A crise do capitalismo**, Rio de Janeiro, Campus, 1998

TINOCO, A.C- **Integração ou fragmentação- O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração**, São Paulo, Espaço e Debates nº 41, p 46-65, 2001

TOLEDO, R.P.- **O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo**, São Paulo, Cia das Letras, 1998

WALLERSTEIN, I- **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**, Petrópolis, Vozes, 2002

Web Sites:

AEQUUS CONCULTORIA, **Multicidades- Finanças dos Municípios Brasileiros**, ano 4, 2008. Disponível em http://www.financasdosmunicipios.com.br/dados/ArquivosPDF/Revista_Multicidade4.pdf, acesso em 04/05/2009.

_____, **Multicidades- Finanças dos Municípios Brasileiros**, ano 1, 2005. Disponível em http://www.financasdosmunicipios.com.br/dados/ArquivosPDF/Revista_Multicid ade4.pdf, acesso em 04/05/2009.

FILHO, F. F- **O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico**. Revista Análise Econômica, Ed. Número 35, Ano 19, março de 2001, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, disponível em http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antiores/pdf_edicao35/artigo01.pdf; acesso em 08/01/2009

LENCIONI, S- **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, UFRS, 2007, disponível em <http://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/73954/86985> acesso em 03/01/2007

_____- **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar- reflexões a partir do caso de São Paulo**. Revista de geografia Grande Norte nº 39:7-20, Pontifica Universidad Católica de Chile, 2008, disponível em [:http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002&lng=pt&nrm=](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002&lng=pt&nrm=)

Sayad, J- **Observações sobre o Plano Real**, Revista de Estudos Econômicos vol. 25, número especial, 1995/96, disponível em www.usp.estecon/index.php/estecon/article/viewFile/5931302, acesso em: 03/01/2009.

SEBRAE- **Osasco recebe premiação do Bolsa Família**. Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/node/6651>, acessado em 12/01/2009.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. **Diretrizes para a apresentação de dissertações e teses da USP**: Documento eletrônico/ Vânia M.B. de Oliveira Funaro, coord. ...[ET AL.] São Paulo: SIBi-USP, 2004 Disponível em <http://www.teses.usp.br/info/diretrizesfinal.pdf>; acesso em 21/07/2008